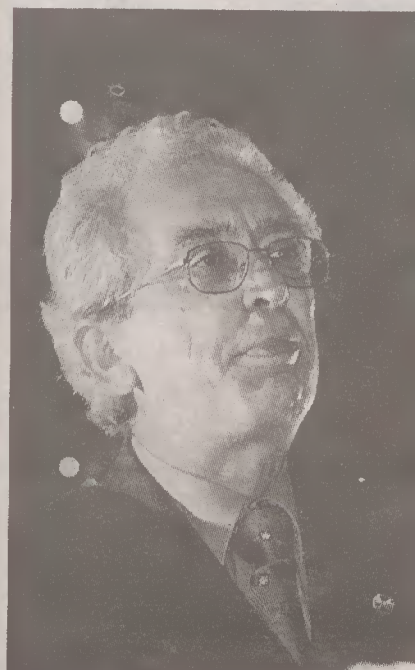


Adiante!

Os mais baixos salários e pensões
para pagar serviços públicos caros

Parem os preços!

O PCP leva a cabo, até final da semana, uma acção de esclarecimento, a nível nacional, contra os aumentos de preços e apelando à luta por melhores salários e por outra política.



José Neves
para
Vila Franca

«Isto vai,
meus
amigos!»

Com a presença do Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, foi apresentado o candidato da CDU à Presidência da Câmara de Vila Franca de Xira.

José Neves criticou o mandato do PS no concelho, avançou com as linhas gerais de um projecto alternativo e deixou uma mensagem de confiança: «Isto vai, meus amigos, isto vai!» **Pág. 5**

Carvalhas em Avis

O fracasso do PS

Cerca de duas centenas e meia de camaradas participaram no 8.º Encontro Regional de Quadros do Alentejo do PCP realizado em Avis com a participação de Carlos Carvalhas.

Pág. 7

Responder à tragédia

Um País devastado

As águas começaram a baixar. Mas deixaram marcas de devastação, sobretudo nas bacias do Mondego e do Tejo. Há mortes a lamentar e centenas de famílias desalojadas.

Pág. 14

Antiglobalização

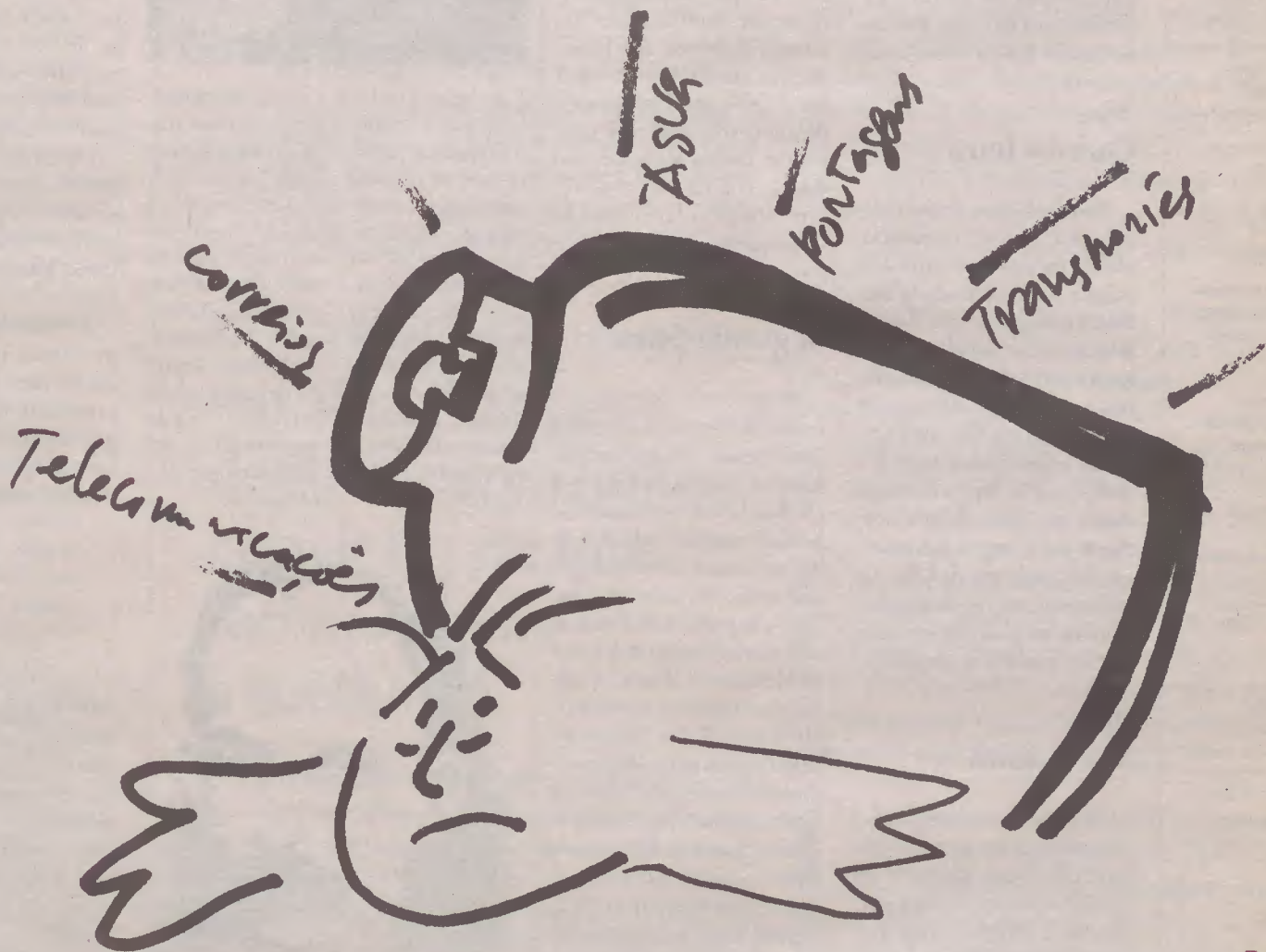
Ninguém cala os protestos

O Fórum Social Mundial, no Brasil, e as manifestações que se realizaram em Davos e em outras cidades suíças reflectem a crescente mobilização da opinião pública contra as injustiças.

Págs. 20 e 21

A indignação popular marcou a concentração que exigiu a retirada das tropas portuguesas estacionadas nos Balcãs, ao mesmo tempo que se fizeram ouvir vozes condenando os crimes contra a humanidade que a NATO protagoniza.

Centrais



Pág. 32

PCP promoveu concentração junto à residência do Primeiro-Ministro

Militares nos Balcãs, não!



Avante!
Proletários de todos os países
UNI-VOS!

PROPRIEDADE
Partido Comunista Português
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO
Editorial «Avante!», SA
Av. Almirante Reis, 90,
7.ª A - 1169-161 Lisboa.
Capital social:
15 000 000\$00.
CRC matrícula: 47058.
NIF - 500 090 440

DIREÇÃO E REDACÇÃO
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90/91
Fax: 21 781 71 93
E-mail:
avante.pcp@mail.telepac.pt
Web:
http://www.pcp.pt

Director
José Casanova

Chefe de Redacção
Leandro Martins

Chefe Adjunto
Anabela Fino

Redactores
Carlos Nabais
Domingos Mealha
Henrique Custódio
Isabel Araújo Branco
João Chasqueira
Lígia Calapez
Margarida Folque

Grafismo
José Araújo

Fotografia
Jorge Caria
Sérgio Morais

Secretaria da Redacção
Ivone Dias Lourenço
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial Avante!
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

Alterações de remessa
Até às 17 horas
de cada sexta-feira:
Tel. 218 429 836

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS
Delegação Lisboa:
Tapada Nova - Capa Rota
Linhó - 2710 Sintra
Tel. 21 924 04 47
Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia
Tel. 22 941 76 70

ASSINATURAS
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

TABELA DE ASSINATURAS*
(IVA e portes incluídos)

PORTUGAL
(Contínente e Regiões
Autónomas)
50 números: 8 100\$00
25 números: 4 200\$00

EUROPA
50 números: 21 850\$00

EXTRA-EUROPA
50 números: 30 600\$00

GUINÉ-BISSAU,
S. TOMÉ E PRÍNCIPE
e MACAU
50 números: 23 000\$00

*Enviar para
Editorial «Avante!»
nome, morada
com código Postal
e telefone
a acompanhar cheque
ou vale de correio.

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85



Manifestação contra a permanência das tropas portuguesas nos Balcãs

Resumo

24 Quarta-feira

As associações académicas de Coimbra e do Algarve entregam no Tribunal Cível uma acção contra o Estado português por não cumprimento da Lei de Bases do Financiamento do Ensino Superior Público ● A Telefonica espanhola e a Portugal Telecom unem as operações de telefonia móvel no Brasil ● O Departamento de Defesa norte-americano admite a existência de plutónio nas munições utilizadas nos bombardeamentos nos Balcãs ● O Parlamento da República Democrática do Congo proclama Joseph Kabila presidente.

25 Quinta-feira

Manifestação, promovida pelo PCP, frente à residência oficial do primeiro-ministro exige a retirada imediata das tropas portuguesas dos Balcãs ● Inicia-se nos matadouros portugueses o abate de 50 mil bovinos com mais de 30 meses ● Recomeçam em Taba, no Egipto, as negociações israelo-palestinas depois de terem estado suspensas durante dois dias ● Em França a manifestação dos bombeiros de Lille por melhores condições de trabalho culmina em violentos confrontos com a polícia de choque.

26 Sexta-feira

António Guterres e Durão Barroso acordam numa reunião em São Bento introduzir na Constituição uma norma que impede o direito à greve por parte das forças de segurança ● Novo atentado da ETA vítima mortalmente cozinheiro do comando da Marinha em San Sebastián ● O presidente de Angola, Eduardo dos Santos, confirma a substituição do chefe de Estado-Maior das Forças Armadas, João de Matos, pelo general Armando da Cruz Neto ● Um violento sismo devasta o estado indiano de Gujarat e provoca a morte de pelo menos 2250 pessoas.

27 Sábado

O ministro do Ambiente, José Sócrates, admite que a incineradora do Hospital de S. João no Porto não cumpre todos os preceitos legais ● Dique do rio Caima rebenta, inundando por completo a fábrica de papel em Palmaz ● Prossegue a busca de sobreviventes do sismo que abalou a Índia e que já contabiliza 15 mil mortos e

cerca de 33 mil feridos ● Mau tempo continua a assolar Portugal e provoca quatro mortos, dois em Baião e dois em Seia.

28 Domingo

A CDU apresenta o médico José Neves, como cabeça de lista à Câmara Municipal de Vila Franca de Xira ● Pacheco Pereira considera a carta de António Guterres à NATO «fonte de um enorme ridículo nos meios científicos e técnicos da NATO» ● O primeiro-ministro israelita, Ehud Barak, cessa todas as negociações de paz com os palestinos até dia 6 de Fevereiro, e anula a cimeira com Yasser Arafat em Estocolmo ● A Índia pede 1500 milhões de dólares (315 milhões de contos) ao Banco Mundial e ao Banco Asiático de Desenvolvimento para fazer face às consequências do sismo.

29 Segunda-feira

Os governos português e espanhol reúnem-se em Sintra para reverem o relacionamento bilateral entre os dois países ● Os Bombeiros Sapadores de Setúbal exigem a substituição do comandante da companhia e ameaçam com greve de fome caso não sejam satisfeitas as suas reivindicações ● A morte de Mohammed Mussa, alvejado por soldados israelitas, eleva para 325 o número de palestinos mortos ● O presidente indonésio, Abdurrahman Wahid, rejeita a hipótese de se demitir apesar da forte contestação de que foi alvo por parte de milhares de jovens pela sua alegada implicação em escândalos financeiros ● No Chile, Hugo Gutiérrez, advogado de acusação de Augusto Pinochet divulga que o general vai ser processado ● Mau tempo continua a devastar Portugal deixando algumas localidades como Ereira isoladas.

30 Terça-feira

Termina a Cimeira luso-espanhola sem qualquer acordo entre os dois governos em relação à oferta pública de aquisição (OPA) da EDP ● A suspeita de fraude nos exames decisivos para promoções de funcionários do fisco, leva a investigação fiscal pela PJ ● O ministro palestino da Informação, Yasser Rabbo, apela a árabes israelitas que votem contra o candidato do Likud (direita), Ariel Sharon ● Várias populações de Montemor-o-Velho e Santarém continuam inundadas.

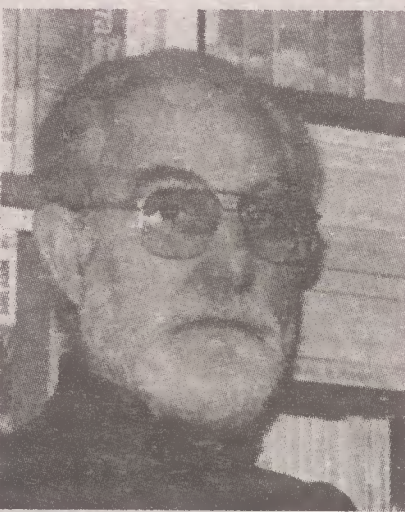
Aconteceu

Adeus a Egito Gonçalves

Uma das mais activas figuras da poesia portuguesa, foi na passada terça-feira a enterrear, deixando como legado da sua carreira literária mais de 20 livros.

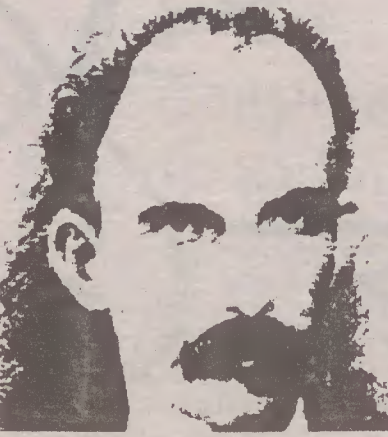
Egito Gonçalves nasceu em 1922 em Matosinhos.

Quando regressa ao continente, concilia a poesia com empregos diversos assim como com a intervenção política. O seu poema «Notícias do Bloqueio», escrito em 1952 e verdadeiro símbolo da oposição ao regime sala-



Estudante de electrotecnia no Porto, é forçado a interromper os estudos para cumprir o serviço militar. Incorporado em plena Segunda Guerra, foi colocado nos Açores, o que lhe permitiu conviver com intelectuais como Armando Cortes-Rodrigues ou Ruy Galvão de Carvalho.

zarista, foi traduzido em diversas línguas. Com fortes ligações ao PCP, Egito Gonçalves tinha também outros interesses para além da poesia, como o teatro, sendo um dos fundadores do Teatro Experimental do Porto, e tendo igualmente presidido o Cineclub de portuense.



Comemoração do nascimento de «José Martí»

No domingo, dia 28 de Janeiro, a Embaixada da República de Cuba em Lisboa comemorou o 148.º aniversário de José Martí poeta e Herói Nacional cubano.

Esta comemoração deu início a actividades que decorrerão durante todo o ano e que se irão estender até Janeiro de 2003 data na qual se festejará os 150 anos do nascimento deste intelectual revolucionário.

No decorrer das festividades foi erigido um busto em honra deste ilustre patriota, seguido de um discurso do Embaixador de Cuba.

O representante da Associação de Amizade Portugal-Cuba, Urbano Tavares Rodrigues, também tomou a palavra para lembrar José Martí como escritor mas também como revolucionário e humanista.

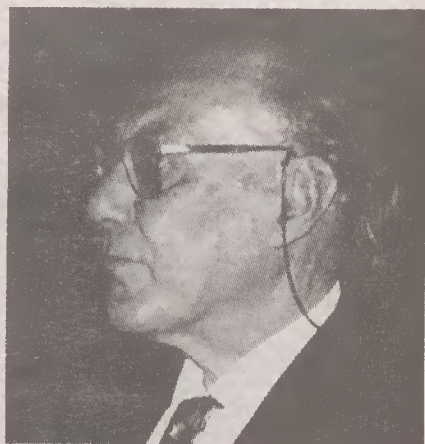
As comemorações terminaram com um grupo de crianças cubanas a declamar poemas de Martí.

Homenagem a Alfredo Portela Santos

No passado dia 17 de Janeiro, a Câmara Municipal de Lisboa promoveu uma homenagem ao engenheiro Alfredo Portela Santos, falecido a 18 de Janeiro de 1998, e atribuiu o seu nome a uma rua no Casal dos Machados, na Freguesia de Santa Maria dos Olivais.

Alfredo Portela Santos nasceu em Angola, no Lubango. Deixou Angola aos 19 anos para vir estudar para Lisboa onde frequentou o Instituto Superior Técnico e logo começou a desempenhar um papel muito activo no movimento estudantil. Em 1956, tornou-se membro do Partido Comunista Por-

tuguês e foi várias vezes perseguido e preso pela PIDE. Profissionalmente, a sua vida foi dedicada à construção de



grandes barragens de betão em diversas partes do mundo, tendo sido um dos primeiros engenheiros utilizador de modelos numéricos completos para análise da estabilidade de barragens.

Os fundos da União

Segundo a agência Lusa, o comissário europeu António Vitorino advertiu que Portugal é um dos países que mais perderá fundos comunitários após o alargamento da União Europeia ao Leste.

António Vitorino alerta igualmente para a proximidade da negociação de um «novo conceito de coesão económica e social» da UE para o período que se segue a 2006, aconselhando Portugal a ser «um dos países que deveria estar muito preocupado com este debate e acompanhá-lo de perto», pois antevê para os próximos anos uma revisão profunda dos critérios da política comunitária de coesão económica e social, devido à

perspectiva de uma União Europeia alargada a 27 estados-membros. Segundo o comissário europeu, Portugal devia estar atento a dois factores que poderão provocar alterações na política de coesão: a «nova economia» e o conceito de «empregabilidade», associado à formação contínua e qualidade dos trabalhadores.

Madrid diz não à OPA da EDP

A questão da EDP foi tema central do encontro entre os dois chefes dos governos português e espanhol, assim como dos respectivos ministros da Economia.

Estas reuniões porém não alteraram a decisão do governo de Aznar. Os espanhóis garantem que nos moldes actuais não é possível a concretização da OPA

da EDP sobre a Hidrocantábrico, visto que a eléctrica portuguesa «tem uma elevada participação do Estado e a legislação espanhola não permite a entrada de empresas públicas estrangeiras em sectores estratégicos da sua economia».

Os dois governos ibéricos garantem porém estar «à procura de uma solução satisfatória

para os dois países». Essa solução, como era de esperar, poderá passar pela definição de um calendário de privatização da EDP, deixando o ministro dos Negócios Estrangeiros português um indício de que tal solução está a ser equacionada. «A EDP», disse, não é uma empresa pública, e ainda está a ser privatizada.»



Crónica Internacional

• Albano Nunes

Persistir

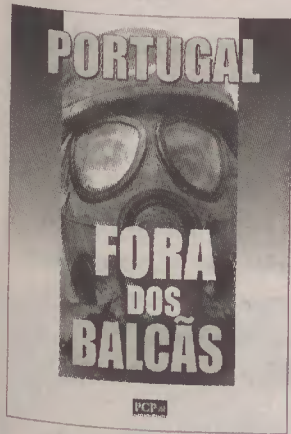
Os fatores do militarismo e do intervencionismo imperialista estão inquietos e perturbados perante o que se está a passar em torno da «síndrome dos Balcãs». A argumentação «humanitária» que construíram para dar cobertura à ilegal e ilegítima guerra contra a Jugoslávia está a esfarrapar-se perante as revelações acerca da utilização de armamento com urânio empobrecido e as criminosas consequências que daí já resultaram e poderão vir a resultar para gerações de habitantes dos Balcãs. Por outro lado, o comportamento dos responsáveis civis e militares, com mentiras descaradas e inquietantes manifestações de desprezo pela vida humana, confirmam que, na sua luta contra o capital e a «globalização» imperialista, os trabalhadores e os povos estão confrontados com uma engrenagem de poder que expõe a Humanidade a grandes perigos.

A utilização de armas com urânio empobrecido é muito grave. Nas acções promovidas pelo PCP, com destaque para a jornada de protesto do passado dia 25 e a concentração frente à residência oficial do Primeiro-Ministro, reclamámos o fim da produção e utilização destas armas, expressámos a nossa solidariedade com as populações dos Balcãs atingidas pelos seus efeitos e exigimos o regresso dos militares e polícias portugueses que foram enviados para a Bósnia e o Kosovo. A questão é tão séria que, reflectindo a força da opinião pública, instituições e personalidades influentes, como o Conselho da Europa ou o bispo D. Januário Torgal, fazem ouvir a sua voz preocupada e crítica. Isto significa que é possível alargar

A credibilidade da NATO e seus serventuários saiu abalada

o movimento em curso contra a utilização militar do urânio empobrecido. Simultaneamente, é absolutamente necessário ir mais além, até às próprias raízes da questão, sob pena de os fatores do militarismo e da guerra conseguirem recuperar do sobressalto que se está a verificar por toda a Europa.

É isso que, navegando contra a corrente, o PCP tem feito e vai continuar a fazer. Exigindo o respeito da Carta da ONU e do direito internacional. Lutando pela dissolução da NATO e pela progressiva desvinculação de Portugal desta aliança agressiva. Reclamando, não apenas a proibição de armas com urânio empobrecido, mas a abolição de todas as armas nucleares e outras armas de destruição massiva. Exigindo, no respeito pela Constituição da República, uma política externa patriótica, independente, solidária com todos os povos do mundo, de paz e desarmamento. E sobretudo, e de imediato, o fim do seguidismo e subserviência de Portugal ao imperialismo.



No quadro da responsabilização do Governo, é absolutamente necessário confrontar directamente o MNE e respectivo ministro com as suas responsabilidades próprias. O que tem vindo a público, pouquíssim

mo aliás, indica que J. Gama, «atlantista» militante, intervém sobretudo para desvalorizar motivos de inquietação, proteger os altos responsáveis da NATO, impedir que seja perturbado o envolvimento de Portugal na estratégia das grandes potências, assegurar o prosseguimento do curso intervencionista que também ele preconiza, mendigando, nomeadamente em África, alguma migalha do bolo da recolonização imperialista em curso. Para J. Gama, «o alargamento da NATO, como da União Europeia, é um imperativo histórico» (*Visão*, 28.05.98) e a militarização da UE é necessária para o «reforço operativo da nova NATO» (*Público*, 29/5/97). NATO que se arroga o direito de intervir em qualquer ponto do mundo onde, como sublinhava J. Solana em 18.01.01 na Áustria, sejam «ameaçados o nosso modo de vida, os nossos valores e os nossos interesses», os «nossos»/deles, da classe dominante, naturalmente.

Não podemos distrair-nos. Há múltiplas indicações de que, passados os primeiros momentos de surpresa e confusão, o sistema de poder que serve o grande capital tomou sérias medidas de contrapropaganda e de silenciamento do protesto suscitado pela «síndrome dos Balcãs». Mas nada será como dantes. A credibilidade da NATO e seus serventuários saiu abalada. Foram lançadas boas sementes de novas lutas, que, como sempre, reclamam de nós constância de valores e acção persistente.

Editorial

MAIS DO QUE A ESPERANÇA

As eleições autárquicas de Dezembro deste ano começam a estar na ordem do dia. Tratando-se das primeiras deste século e deste milénio; sabendo-se a importância e o significado que teve a construção do Poder Local Democrático no nosso país – este seria um bom momento para uma reflexão colectiva sobre os caminhos e as formas de reforço do conteúdo democrático do Poder Local. Não é esse, no entanto, o entendimento nomeadamente do PS e do PSD que, em frenética conjugação de esforços, desenvolvem um acelerado processo visando a alteração da lei num sentido claramente empobrecedor desse conteúdo democrático. A pretensão de substituir os executivos camarários eleitos proporcionalmente (e, por isso, traduzindo democraticamente a expressão real de cada força política e garantindo um pluralismo que se tem revelado extremamente positivo) por executivos monocores (armados, por força da lei e contra a vontade dos eleitores, de um perverso poder absoluto), constitui, de facto, um atentado ao funcionamento democrático do Poder Local. A substituição do diálogo – sempre necessário e útil para

a cabo, por todo o País, uma campanha de dinamização da CDU, visando o seu reforço, nomeadamente através da aproximação e comprometimento de muitos milhares de independentes que reconhecem no projecto autárquico da Coligação Democrática Unitária a mais sólida contribuição para a defesa dos interesses das populações e para a resolução dos problemas existentes.

Dos diversos caminhos e medidas apontadas pelo Comité Central com vistas ao reforço da CDU, emergem com carácter prioritário a intensificação da valorização do trabalho concreto realizado pelos seus eleitos, o aprofundamento da concretização do seu projecto de desenvolvimento das freguesias e dos concelhos e a preparação das listas a apresentar nas eleições de Dezembro. Trata-se, ao fim e ao cabo, de prestar contas do trabalho realizado à população; de definir linhas de trabalho futuro e propostas programáticas que respondam aos anseios e aspirações dos munícipes; de constituir equipas capazes de, colectivamente e em estreita ligação às populações, levar por diante com êxito essas propostas.

Neste esforço se insere a apresentação pública do candidato da CDU à presidência da Câmara de Vila Franca de Xira – o médico José Neves – ocorrida no passado domingo.

São grandes a importância e o significado de que se reveste a apresentação desta candidatura. Trata-se, de facto, de um momento relevante na luta dos comunistas e dos seus aliados na CDU pela reconquista da presidência daquele município. E, como sublinhou o Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, na sessão pública realizada na prestigiada Euterpe Alhandrense, «apresentamo-nos em Vila Franca de Xira para ganhar, convictos de que faremos mais e melhor».

Com igual confiança, José Neves apresentou a sua candidatura pela CDU como uma candidatura «determinada a retomar a condução dos destinos do Município de Vila Franca de Xira, colocando ao serviço das populações um valioso património acumulado, de experiência e capacidade colectiva, naturalmente corrigindo erros e omissões detectados na reflexão entretanto feita, sobre o nosso desempenho e o dos nossos adversários políticos».

E definiu a «trilogia de princípios» que é garantia de uma gestão democrática, eficaz, serena, confiante e capaz de responder às expectativas das populações: «a democracia participada, a todos envolvendo no processo de decisão; os critérios de isenção, honestidade e desapego ao poder aplicados na constituição das nossas listas; a política de unidade, envolvendo independentes e militantes de outras organizações políticas em projectos comuns».

Eis-nos, assim, perante uma candidatura que marca com nitidez o traço distintivo da CDU, o conjunto de características, de caminhos, de maneiras de entender o exercício do Poder que confere uma singularidade incontestável à Coligação Democrática Unitária.

Por isso, e como afirmou José Neves, «mais do que a esperança queremos, já hoje, afirmar aos trabalhadores do município, de todos os sectores, que será com eles que construiremos o futuro».

“Apresentamo-nos em Vila Franca de Xira para ganhar, convictos de que faremos mais e melhor”

uma boa gestão como a experiência tem mostrado – pelo monólogo do «quero, posso e mando», facilitaria certamente a aplicação de políticas autárquicas em sintonia com os interesses partidários, mas traduzir-se-ia, a ser levada por diante, num grave atropelo democrático. Por muitas loas que os seus defensores teçam à democracia...

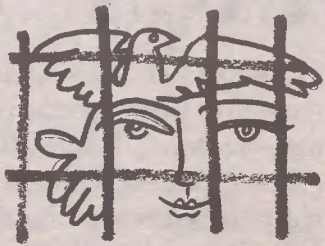
Lutar contra esta tentativa de subversão da vontade expressa pelo eleitorado, contra este esvaziamento de democraticidade das eleições autárquicas, é um imperativo que se coloca a todos os que entendem o Poder Local como uma componente essencial do regime democrático e o vêem como um caminho eficaz para a resolução de muitos dos problemas que afligem as populações. É na base destas preocupações, e tendo em conta que o Governo agendou para o próximo dia 7 a discussão, na Assembleia da República, da sua proposta visando a modificação radical do sistema eleitoral das autarquias, que o PCP decidiu lançar uma acção de esclarecimento público sobre a matéria. Com essa acção pretende-se alertar e mobilizar a opinião pública – e os próprios eleitos autárquicos, incluindo eleitos de outras forças políticas – contra o grave retrocesso que a aprovação da proposta do Governo do PS significaria.

Paralelamente a isto, e respondendo ao apelo produzido pelo Comité Central na sua última reunião, diversas organizações do Partido levam

Actual O TPI da nova ordem

• José Casanova

O acordo a que chegaram os líderes do PS e do PSD no sentido de voltar a instituir a prisão perpétua em Portugal é um exemplo acabado dos conceitos de modernidade e de independência e soberania nacionais perflhados por Guterres e por Barroso... A decisão de proceder a mais uma revisão da Constituição para introduzir a prisão perpétua na Lei Fundamental do País não decorre de imperativos internos, pelo que, tratando-se de um grave e inaceitável retrocesso civilizacional, trata-se, igualmente, de uma imposição dos donos do mundo ao Governo português – imposição que este, por hábito e vocação, acata e cumpre servilmente. O regresso da prisão perpétua visa tão-somente adaptar a Constituição Portuguesa aos Estatutos do Tribunal Penal Interna-



cional (TPI) que os líderes da nova ordem mundial pretendem criar e que virá a constituir um instrumento «legal» da política agressiva e terrorista do imperialismo norte-americano.

«A Constituição portuguesa está ao sabor das determinações do estrangeiro.

Não há independência nacional nessa matéria», afirmou o Bastonário da Ordem dos Advogados, comentando o facto à saída de um encontro com o Presidente da República. E acrescentou: «Não surpreenderia que no dia em que os Estados Unidos da América mandarem, a pena de morte volte a ser instalada em Portugal.» A gravidade de tais afirmações é tanto maior quanto, como a experiência nos mostra, elas correspondem a uma flagrante realidade. De facto, não surpreende mas preocupa

a subserviência total do Governo Português face aos ditames dos grandes e dos poderosos, nomeadamente do imperialismo norte-americano. Os acontecimentos dos Balcãs – resultantes de uma acção brutal e criminosa que o Primeiro-Ministro persiste em não reconhecer e da qual persiste em não querer retirar as óbvias ilações, antes reincidindo no envio de militares portugueses para a região, indiferente ao facto de pôr em perigo as suas vidas – constituem um exemplo dessa postura servil e carente de brio patriótico. O Governo Português tem o dever de pugnar pelos interesses do nosso País e do nosso Povo, os quais só por mera coincidência conjuntural poderão, alguma vez, identificar-se com os interesses do imperialismo. E, nas actuais circunstâncias, um TPI justo e isento teria como tarefa prioritária julgar como criminosos de guerra todos os responsáveis pelos bárbaros crimes cometidos na Jugoslávia...

Lepra

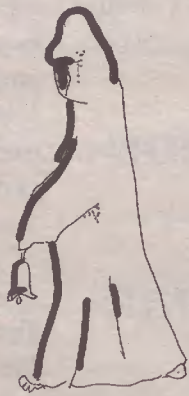
• Leandro Martins

A lepra é uma coisa horrorosa e a maioria dos portugueses sabe-o apenas de ouvir dizer, ou de ver fotografias, ou de lhes terem contado em pequenos os dramas da exclusão daqueles que se passeavam cosidos aos muros, agitando badalos, enquanto as gentes mais sãs fugiam a sete pés. Muita água e muita higiene passou desde então, muito saber se acumulou e agora até a lepra é curável e se trata, embora a miséria – onde ela está sempre à espreita – e a exclusão não tenham ainda cura acertada e segura. A lepra continua a fazer as suas vítimas algeures, longe de nós, e ainda em Angola se estima que este flagelo atinja milhares de pessoas, elas também excluídas, pela miséria, de profilaxias e tratamentos.

Que me lembre, só há pouco tempo, em reportagem televisiva, se falou desta doença em Portugal, e se falou dela do ponto de vista social e médico, isto é, abordando o drama de uns poucos – felizmente poucos – que ainda andam aí em tratamento e continuam excluídos não pelo contágio mas pela degradação.

Por outro lado, a abordagem do tema na sua vertente «política» vem-se tornando um hábito. Curiosamente, trata-se de nós, comunistas, a quem muitos gostariam de ver badalando avisos, encostados ao muro da exclusão, enquanto se aguarda-

ria a nossa extinção, proibidos de contagiar mais gentes com ideias e vontades de mudança. Outros, menos atentos ou mais esperançosos, atrevem-se quase mensalmente a passar-nos atestados de óbito, assegurando a sociedade em geral de que o perigo – vermelho, neste caso – já passou e que podem as gentes dormir sossegadas abandonando-se ao êxtase de serem sugadas pelo velho drácula do capital.



Estes que falam de lepra a propósito dos comunistas – do PCP, dos seus dirigentes e militantes, dos seus eleitores – defendem tese diversa. Que não a temos, garantem. Ministros e barões do poder cor-de-rosa dispõem-se a passar-nos o atestado de saúde. Já o fizeram aqui há tempos, voltam a fazê-lo agora. O atestado é grátis, nem sequer paga taxa moderadora. Vem acoplado a um programa de «saúde», ditado sempre por orientação superior. A orientação foi desta vez fornecida

pelo doutor Pina Moura e impressa no papel do *Diário de Notícias*, «defendendo» uma «aliança com o PCP». Logo no mesmo dia, uma série de doutores passaram um atestado colectivo. Que não tínhamos lepra, asseguravam.

Já sabíamos. Mas desconfiamos que estes atestados de «saúde» são ainda piores que os atestados de óbito. Entretanto, é melhor andar com as vacinas em dia.

Desastre anunciado

• Anabela Fino

A privatização dos caminhos-de-ferro da Grã-Bretanha foi um «desastre». A constatação, tardia, é do primeiro-ministro britânico, que demorou quase uma década a reconhecer o que desde a primeira hora se tornou evidente para os seus concidadãos que recorrem àquele meio de transporte.

Anulações sistemáticas de comboios, preços proibitivos, multiplicação de acidentes – o mais recente, em Hatfield, provocou a morte de quatro passageiros – tornaram-se hoje na «imagem de marca» de um serviço que chegou a ser internacionalmente reconhecido pela sua qualidade.

Dividida por 46 sociedades privadas incapazes de coordenar a sua gestão, o que se reflecte dramaticamente, entre outros aspectos, na degradação dos equipamentos, a antiga British Rail não passa agora de um pálido reflexo de si própria. Peter Rayner, historiador dos caminhos-de-ferro, resume a situação da seguinte forma: «De facto, a privatização

da British Rail restabeleceu a situação que existia no princípio do século XIX, antes do Parlamento ter imposto as normas de segurança.»

Em franco desenvolvimento, pelo contrário, estão os preços dos bilhetes, que aumentaram 50 por cento em menos de dois anos. Um incremento só batido pela subida em flecha do descontentamento dos britânicos: 70 por cento são favoráveis à renacionalização dos caminhos-de-ferro.

No curto espaço de vida desta privatização que conservadores e trabalhistas defenderam como exemplo da ultramodernidade, fasciados pelas alegadas vantagens do neoliberalismo, o desastre previsível consumou-se. O mercado não tem vocação para a segurança, só para o lucro a qualquer preço. Perigoso axioma quando se lida diariamente com a vida humana.



Em vésperas de eleições e com as sondagens preocupantemente em baixa, o inefável Blair está preocupado. Compreende-se. Os votos podem deslizar.

Também do outro lado do Atlântico chegam exemplos elucidativos das maravilhas do mercado: na Califórnia, símbolo do capitalismo, os apagões, mesmo sem cegonhas, entraram na rotina das populações rendidas à electricidade privada. O regresso forçado à luz das velas parece incomodar os americanos. O romantismo já não é o que era.

Em Portugal, como de costume, as notícias demoram a chegar, pelo que as privatizações continuam de vento em popa. Entregar o ouro ao bandido é a palavra de ordem, até ao dia em que lá para as bandas de São Bento, perante o desastre, se comece a ouvir «agarra que é ladrão».

Frases

“É preciso ter a coragem de avisar que o “capital humano” não é um factor descartável e a discriminação existe. Se não se parar para pensar, e o lucro se sobrepujar a tudo, a panela de pressão não vai aguentar”

(Graça Franco, Público, 30.01.01)

“O Governo, ao decidir enviar tropas para a Bósnia e para o Kosovo, é responsável por tudo o que acontecer a essas tropas. É politicamente responsável. Como é o Presidente. Como são os partidos da oposição que concordaram”

(Marcelo Rebelo de Sousa, TVI, 28.01.01, citado pelo Público, 30.01.01)

“Se amanhã acontecer qualquer coisa (...) na saúde, na vida daqueles soldados – e, graças a Deus, parece que isso não é líquido –, eu sou responsável politicamente por aquilo que fiz quando era líder do PSD”

(idem, ibidem)

“O senhor presidente do governo [regional da Madeira, Alberto João Jardim] deixa-se influenciar por quem está mais perto dele. É como aquele homem que ama mais a mulher que mais facilmente vai com ele para a cama”

(Virgílio Pereira, vice-presidente do PSD/Madeira, Público, 28.01.01)

“Se o PR não intervém na Madeira [contra a gestão de João Jardim], acha que sou eu que o devo fazer”

(Durão Barroso, Público, 29.01.01)

“Em Portugal, no ano da graça de 2001, seja no caso das vacas loucas, do urânio empobrecido ou do escândalo da TAP, a verdade é sempre a última coisa a que os cidadãos têm direito”

(António Ribeiro Ferreira, Diário de Notícias, 28.01.01)

“É preciso quebrar a redoma de vidro dos privilegiados. Os gritos e as denúncias, as recomendações, as esmolas, os remendos, as solidariedades e os perdões da dívida não bastam. São urgentes propostas discutíveis que coloquem o centro na periferia. Cristo não nos deixou uma teoria para realizar essa deslocação. Na periferia estabeleceu a sua tenda”

(Frei Bento Domingues, O.P., Público, 28.01.01)

“Os responsáveis do PS e do PSD podiam contar toda a verdade sobre o modo como foram financiados os dois partidos nos últimos 15 anos”

(Eduardo Dâmaso, Público, 27.01.01)

“Alguém do interior do PS serviu o “polvo” de bandeja. Se o caso da Fundação [para a Prevenção e Segurança] teve esta dimensão toda é porque foi alguém da família que num acto de vingança apresentou aquilo como se fosse uma coisa tenebrosa”

(Armando Vara, O Comércio do Porto, 25.01.01)

“Os cidadãos não votam porque acham os políticos demasiado distantes, insensíveis ou irrelevantes e não acreditam que possam melhorar as coisas com o seu voto”

(Boaventura de Sousa Santos, Visão, 25.01.01)



• Gustavo Carneiro
Texto
• Jorge Caria
Fotos

José Neves, cabeça de lista à Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, foi apresentado em Alhandra

«Isto vai, meus amigos, isto vai»

O primeiro candidato a ser apresentado pela CDU criticou o mandato do PS, que considerou distante das aspirações das populações e próximo dos grandes interesses.

Seriedade e confiança

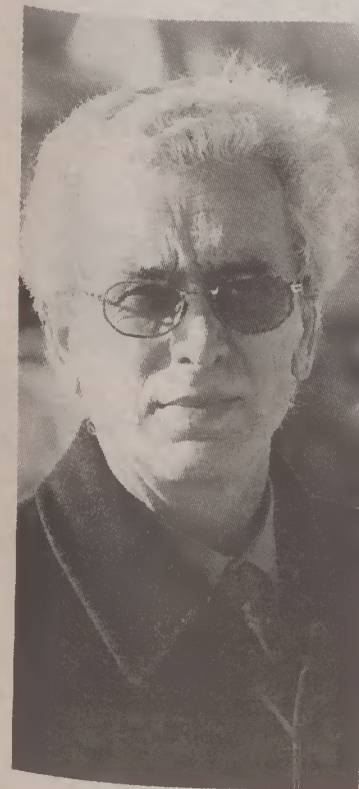
O cabeça de lista da CDU, nas próximas eleições autárquicas, à Câmara Municipal de Vila Franca de Xira é médico e tem 53 anos. Ligado desde muito jovem ao movimento associativo, foi em Angola — onde viveu desde os seis anos — que se iniciou nestas práticas, aos 15 anos.

Já em Vila Franca de Xira, foi — e é — dirigente do Vilafranquense e está há muito ligado às associações de deficientes, tendo sido fundador e primeiro presidente da direcção do API, Associação Projecto Jovem, uma associação destinada à integração profissional de deficientes. É ainda secretário da delegação portuguesa da ARIES, associação de radioamadores cegos de

Espanha, e colaborador da ACAPO, associação de cegos de Portugal.

No plano autárquico, José Neves tem, também, larga experiência. Membro do PCP desde o primeiro de Maio de 1985, as suas ligações às listas unitárias vêm de trás, tendo sido eleito na Assembleia Municipal no mandato que terminou, precisamente, nesse ano. No mandato seguinte foi igualmente membro desse órgão. Em 1989, é eleito presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira, nas listas da Coligação Democrática Unitária.

Como médico, exerce medicina familiar no Centro de Saúde de Vila Franca de Xira, tendo já sido director do Centro



de Saúde de Alhandra, até ser exonerado do cargo pela antiga ministra da saúde Leonor Beleza.

Actualmente, é membro da Comissão Concelhia do PCP, com a responsabilidade de coordenação do grupo de trabalho que elaborará o Projecto Alternativo para a Câmara Municipal.

«A gestão do Partido Socialista caracteriza-se por alguns aspectos que estão nos antípodas da nossa prática», disse ao «Avante!» José Neves, cabeça de lista da CDU naquele concelho. «É uma gestão presidencialista, que não envolve nem as populações, nem os trabalhadores do município, nem sequer os próprios eleitos», afirma. Um exemplo caracteriza esta afirmação. O Partido Socialista, que ficou com os mesmos

quatro vereadores do que a CDU, não lhes atribuiu qualquer pelouro, contrariando o que foi a prática da coligação ao longo dos vinte e um anos em que dirigiu aquele concelho.

A caracterização continua, com o candidato a apelidar de «casuística» a gestão PS, «que procura dar resposta momentânea, caso a caso, aos

«Esteiros: minúsculos canais como dedos de mãos espalmadas, abertos na margem do Tejo; dedos de mãos avaras dos telhais, que roubam nateiro às águas e vigor à malta; mãos de lama que o rio afaga», lê-se na placa que indica a Avenida dos Esteiros. É no cruzamento entre esta avenida e a Praça Soeiro Pereira Gomes — autor do excerto inscrito na placa — que se situa a Sociedade Euterpe Alhandrense, onde se deslocaram, no passado dia 28, centenas de pessoas — comunistas, verdes, independentes e, até, alguns socialistas — para ouvir as propostas da CDU para aquele concelho.

Depois da música popular portuguesa, com o grupo «Ó

problemas que se colocam, não segue uma orientação planeada, não respeita os instrumentos de planeamento que nós deixámos nos mandatos anteriores, nem os substitui por novos instrumentos de planeamento».

O Projecto Alternativo da CDU vai ser discutido com a população

Outro dos problemas que o candidato comunista detecta na Vila Franca dos últimos anos é a sua «betonização»: «A construção de novas urbanizações por parte dos investido-

res, que a Câmara apadrinha a troco de contrapartidas, não respeita o Plano Director Municipal que estava aprovado e avança para áreas que nós consideramos dever ser protegidas, como a área da Reserva Agrícola Nacional, a Área Ecológica Nacional» que estão a ser subvertidas nas aprovações dessas obras, acusa José Neves.

A opção pela construção de grandes centros de saúde — quando as próprias opções ministeriais se pautam pela política de proximidade, a construção de pequenos centros de saúde nos locais onde a população vive — constitui outra das críticas feitas pelo candidato da CDU, bem como a opção da Câmara em encerrar galerias e em não promover iniciativas culturais.

Um projecto alternativo

As propostas da CDU dividem-se, na opinião do candidato, em dois aspectos. O primeiro aspecto prende-se com o regresso a uma prática de gestão própria da CDU, que envolva os eleitos, as populações e os trabalhadores da autarquia. O segundo aspecto é o de gerir a autarquia de acordo com os interesses das

populações mais desfavorecidas e recusando a cedência aos grandes investidores, cujos interesses são contrários aos da maioria da população.

Para levar à prática estas propostas, «constituíram-se equipas de trabalho, as quais dividiram entre si as competências municipais, para que possamos fazer para cada área propostas concretas que marquem a diferença», diz o candidato. Este trabalho estará terminado em finais de Fevereiro, para depois o «colocar à discussão pública, até à altura de férias». Com base nesta discussão será construído o programa eleitoral.

A listas estão igualmente em fase de discussão. Certo é que será uma equipa nova — aproveitando as experiências de vinte e um anos de gestão — e que dê garantias de trabalho ao longo dos próximos quatro anos, independentemente do resultado eleitoral.

Juntos para a vitória

vir as populações e não para se servirem a si próprios».

A intervenção de José Neves, candidato à presidência da autarquia, intervalada pelas estrofes de «O Futuro», de José Carlos Ary dos Santos, pôs em relevo as diferenças entre a coligação que integra o PCP e as outras forças políticas. «A generosidade e entrega, dos antigos e actuais eleitos da CDU» constitui, para José Neves, uma diferença substancial. A coligação, afirma, «é a única força política que aposta num projecto autárquico que é mais do que um enunciado de princípios, possuindo características singulares e distintivas, impostas pela participação popular ao longo dos anos, às quais temos sido, sempre e reconhecida-

mente, fiéis». José Neves disse ainda que assume o compromisso de oferecer o corpo e a inteligência ao combate democrático pela melhoria das condições de vida das populações percorrendo um caminho já desbravado por outros autarcas que mostraram tal ser possível. «Na recordação do desempenho desses camaradas encontrarei, certamente, a força necessária.»

Carlos Carvalhas fechou o comício dizendo que «o que temos para oferecer é honestidade e trabalho, com uma grande vontade de transformar a sociedade». Para o secretário-geral do PCP, o projecto autárquico da CDU «resume-se num ponto: como melhorar o nível de vida das populações?»

Sesimbra

«A acção conjunta de comunistas e outros democratas que não se revejam nesta gestão é fundamental para a alteração do actual quadro autárquico, por forma a favorecer a população do Concelho de Sesimbra e que terá de passar pela penalização eleitoral do PS», afirmou a Comissão Concelhia local do PCP, que reuniu no passado dia 26 para preparar as eleições autárquicas do final do ano.

A concelhia acusa a gestão PS de apenas ter executado projectos deixados pela CDU e que para restituir «à população do Concelho de Sesimbra uma gestão capaz, moderna, isenta e participada, que retome a via do desenvolvimento harmonioso e equilibrado, interrompida pelo PS» é necessário o reforço eleitoral da CDU para reconquistar os órgãos autárquicos.

Odivelas

A Junta de Freguesia de Odivelas, do PS, «encerrou o cemitério sem pré-aviso» acusa o comunicado da CDU local. «Enquanto as outras juntas de freguesia de presidência CDU (Caneças e Póvoa de St.º Adrião) têm encontrado soluções, a Junta de Freguesia de Odivelas deixou chegar o problema às últimas consequências» sem tomar as medidas devidas, como a substituição das terras saturadas ou a utilização de outros produtos que «garantissem o ritmo de decomposição dos corpos adequado aos tempos previstos por lei para as exumações»; defende a CDU.

Para resolver esta questão, a CDU de Odivelas propõe a construção de um novo cemitério, a que o presidente da Comissão Instaladora do Município de Odivelas respondeu com o silêncio.

Moita

A Zona Ribeirinha do Concelho da Moita vai ser requalificada e valorizada. Quem o diz é a Câmara Municipal que, na última reunião, aprovou o protocolo de cooperação que irá ser celebrado com a Administração do Porto de Lisboa. Embora não existam projectos, a serem aprovados numa fase posterior, a intenção da autarquia é criar uma zona destinada a actividades de recreio e lazer, a criação de uma zona pedonal e de passeios marítimos e a melhoria das zonas de praia. Está ainda prevista a implementação de um estudo que vise o reordenamento do Cais de Alhos Vedros como área portuária.

Câmara não cede na recusa do projecto do Fundo Margueira Capital e avança com propostas alternativas

Manhattan ou Cacilhas?

O parecer negativo do Ministério do Ambiente ao projecto da *Manhattan* não afasta os seus autores, que apostam forte na publicidade, nem consegue esconder as responsabilidades do Governo em todo o processo.

A Câmara Municipal de Almada está satisfeita com a decisão do Ministério do Ambiente de chumbar o empreendimento urbanístico do Fundo Margueira Capital, que prevê para os terrenos dos antigos estaleiros da Lisnave de Cacilhas torres até 80 andares.

«Só podia haver esta posição», disse, à Agência Lusa, Maria Emília de Sousa, presidente da autarquia, afirmando em seguida que «ficou claro da parte do Governo que o Ordenamento do Território tem de obedecer às leis vigentes», sobretudo as que atribuem às autarquias competências em matéria de ordenamento do território.

O parecer do ministro José Sócrates, de que a presidente da Câmara teve conhecimento pela imprensa, entendia que a *Manhattan* de Cacilhas é «uma opção urbanística com volumetria e carga manifestamente excessivas para o local, com implicações paisagísticas negativas sobre o estuário do Tejo e a cidade de Lisboa».

A história do contestado projecto, que passou à história como *Manhattan* de Cacilhas, data de 1999 quando a sociedade gestora do Fundo Margueira Capital – constituído em 1995 para o Governo poder pagar ao Grupo Mello e seus parceiros uma indemnização de 50 milhões de contos pelas «benfeitorias» realizadas nos estaleiros – apresentou uma proposta urbanística que, com as já referidas torres de 80 andares, pretendia albergar 15 mil habitantes.

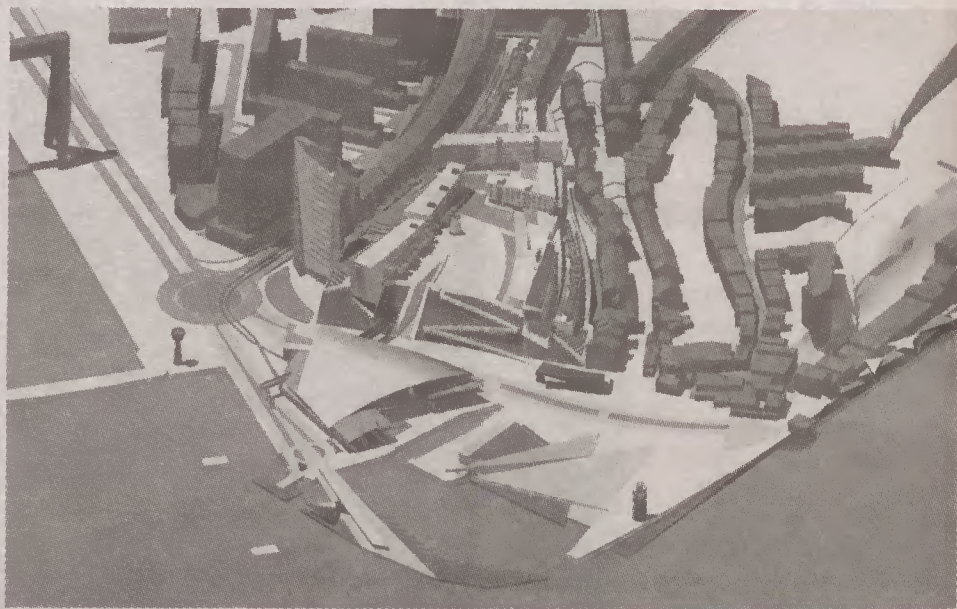
Outros planos

A autarquia, de maioria CDU, prepara um Plano de Urbanização para os 115 hectares compreendidos entre Cacilhas, Margueira Velha, Mutela, Caramujo-Romeira e o centro histórico da Cova da Piedade. Este plano, que não contempla apenas os antigos estaleiros, pretende uma total requalificação da referida zona. A aquisição, já consagrada, da

antiga fábrica de moagem do Caramujo – primeiro edifício em betão armado em Portugal – para a criação de um museu, a construção da Estação de Tratamento de Águas Residuais da Mutela e diversas áreas de habitação, lazer, turismo, serviços e investigação, fazem parte das intenções da autarquia.

Segundo Maria Emília de Sousa, é este Plano – cuja elaboração será feita mediante um concurso público internacional supervisionado, entre outras entidades, por autarquia e Governo – que vai «definir os usos do solo» daquela zona.

Este documento, cujas linhas orientadoras foram aprovadas pela Câmara Municipal em Novembro – com os votos contra do PS – prevê índices de ocupação inferiores aos da *Manhattan* e respeitam os limites estabelecidos no Plano Director Municipal, de onde foram excluídos pelo Governo, em 1997, os estaleiros da Lisnave, que ficaram sob jurisdição do Estado, mais propriamente do Ministério das Finanças.



Zonas de habitação, lazer, turismo e serviços constam no Plano da autarquia para toda a área

PCP lança acção de esclarecimento

Não à nova lei eleitoral para as autarquias

Na terça-feira, o Gabinete de Imprensa do PCP divulgou o lançamento de uma campanha contra a nova lei das autarquias, através de um comunicado que a seguir transcrevemos.

«Tendo em conta que, por agendamento do Governo, a Assembleia da República discutirá na generalidade, no próximo dia 7, uma proposta que modificaria radicalmente o sistema eleitoral das autarquias que vigora há 25 anos, o PCP vai lançar uma acção de esclarecimento público visando alertar e mobilizar a opinião pública (e os próprios eleitos autárquicos, incluindo de outras forças políticas) contra o que representaria um grave retrocesso.

Em apoio a esta acção, o departamento de

Propaganda editou um Folheto formato A4 e bem assim um *dossier* mais desenvolvido – com o título “Dez questões com respostas” – onde se responde aos principais argumentos invocados pelo PS e pelo Governo.

Estes materiais, e outros elementos úteis de informação, podem também ser consultados na página do PCP na Internet (www.pcp.pt).

A nova lei das autarquias, que Governo e PS pretendem fazer passar no próximo dia 7 de Fevereiro, procura acabar com o sistema de proporcionalidade conquistado com a Revolução de Abril e fazer com que, nas eleições para a Câmara Municipal, presidente e vereadores fiquem todos a ser do partido mais votado.

Alterações à legislação eleitoral para as Autarquias

10

Questões com Resposta



Há 25 anos

que conquistámos e exercemos o direito de eleger directamente as Câmaras Municipais (presidente e vereadores).

Agora,

o governo e o PS querem acabar com este direito, ficando o presidente e todos os vereadores a serem todos do mesmo partido.



Não consinta este retrocesso!

O túnel da discórdia

O deputado metropolitano da CDU/Porto, Mário David Soares, em cartas dirigidas aos presidentes da Assembleia e Junta metropolitanas, exigiu esclarecimentos sobre uma série de incidentes, possivelmente relacionados com a construção do Metro do Porto. Pergunta o deputado se «o desabamento de casas na Travessa da Formiga no passado dia 12 de Janeiro, o desalojamento de várias famílias e o encerramento de estabelecimentos fabris na rua do Heroísmo, além do desalojamento de várias famílias, em Setembro último, da Rua da Estação, estão ou não ligadas à actividade da tuneladora»? Caso a res-

posta seja afirmativa, a CDU, por intermédio do seu deputado, questiona sobre que medidas tomar para evitar novos acidentes e sobre a atribuição de responsabilidades pelas indemnizações às vítimas.

A CDU, afirma o deputado em ambas as cartas, «sempre pugnou para que o Metro do Porto não fosse um pretexto para protagonismos pessoais ou políticos, mas antes uma obra que a área metropolitana do Porto tanto precisa». O que a coligação não aceita, diz, «é que os percalços, e a sua invulgar ocorrência, que não foram tecnicamente previstos, ponham em risco a vida e os bens das pessoas».

Desporto para todos

Os Jogos do Seixal 2001, uma iniciativa da Câmara Municipal do Seixal, juntas de freguesia, escolas e movimento associativo do Concelho, abriram no passado sábado, 27 de Janeiro, pelas 17 horas, no Pavilhão Municipal do Alto do Moinho, em Corroios e prolongar-se-ão até final de Maio.

A segunda edição dos Jogos tem em conta o êxito

que constituiu a primeira edição, realizada entre Fevereiro e Junho do ano passado, que movimentou mais de 4 mil atletas, em 35 modalidades desportivas.

Atendendo aos objectivos que se procura alcançar, esta acção pretende, na opinião dos organizadores, ser o mais abrangente possível, procurando enquadrar o maior número possível de partici-

pantes. Em conferência de imprensa de apresentação da segunda edição dos Jogos do Seixal, Corália Loureiro, vereadora do desporto da Câmara Municipal do Seixal, de maioria CDU, referiu que «queremos que o desporto chegue a todos. Tem sido este o princípio defendido ao longo destes 26 anos de Poder Local Democrático no Concelho».

Encontro Regional de Quadros do PCP Alentejo prova fracasso da política do PS

Cerca de duas centenas e meia de quadros do PCP participaram, no sábado passado, em Avis, no 8.º Encontro Regional de Quadros que a Direcção do Alentejo promoveu para analisar a situação política, económica e social da região e aprovar o Plano de Actividades para o ano em curso.

O Encontro, que contou com a participação do secretário-geral do PCP (ver intervenção em separado), mostrou ao longo de todo o debate a sua preocupação em dar resposta aos problemas dos trabalhadores e das populações.

Assim, através do diagnóstico feito no Plano de Actividades para 2001 - aprovado por unanimidade -, os comunistas consideram que o actual panorama do Alentejo é uma prova do fracasso da política do PS: a região envelhece e perde população; o desemprego atinge dezenas de milhares de pessoas; o traba-

lho precário e mal remunerado substitui cada vez mais o emprego estável, com o recurso preocupante à mão-de-obra imigrante, submetida a condições de trabalho desumanas; o rendimento das famílias mantém níveis muito baixos; os serviços de saúde não respondem às necessidades das populações; o preço dos medicamentos aumenta enquanto neles diminui a participação do Estado.

Por outro lado, a água do Guadiana continua a perder-se no oceano, devido aos atrasos na construção da barragem do Alqueva, cujos

benefícios o Governo insiste em entregar aos grandes proprietários ao mesmo tempo que recusa assegurar aos pequenos agricultores e trabalhadores agrícolas o acesso à terra regada.

Os comunistas consideram, ainda, que a utilização da BAI para fins civis continua «a marcar passo» e que o anúncio pelo ministro da Defesa da intenção de intensificar a utilização militar como escola de pilotos e estacionamento de uma esquadrilha de combate inserida na força de intervenção rápida europeia constitui uma «ameaça séria» não só para aquele projecto civil como para a segurança da região.

Quanto aos Itinerários Principais e Complementares, ou são «uma manta de retalhos» que não respeitam as normas fundamentais de segurança, ou «não passam de promessas».

CCRA desestabiliza

Depois de reafirmar a sua solidariedade aos trabalhadores e populações em luta, o Encontro denunciou a política centralista do PS a sua «descarada» instrumentali-



O Encontro pretendeu dar resposta aos problemas da região

zação e partidarização das estruturas desconcentradas do poder na região.

É assim que a CCRA, «longe de constituir um instrumento de apoio às autarquias locais e um elo de articulação» entre as diferentes estruturas e agentes que intervêm na região, é um foco de desestabilização que funciona como mais como Comissão Eleitoral do PS.

Quanto ao III Quadro Comunitário de Apoio, continua a ser gerido por critérios «arbitrários e diferenciados», conforme se trate de candidaturas de projectos de autarquias de maioria PS ou de

maioria CDU, aprovando as primeiras e obstaculizando as segundas.

Outra acusação feita pelos comunistas diz respeito ao atentado que o PS está a tentar perpetrar contra a «natureza democrática e plural do poder local, através da alteração das leis eleitorais. Tendo, porém, em conta o importante trabalho pelas autarquias de maioria CDU, o Encontro considera haver condições para a sua vitória nas próximas eleições e apela aos militantes para que intervenham activamente nesta importante batalha eleitoral, através designadamente da realização

de encontros concelhios da CDU.

Por fim, os presentes nesta ampla discussão saudaram as autarquias alentejanas pela decisão «audaciosa» e «ímpar no país» de realizar os primeiros Jogos do Alentejo, promovidos pelas respectivas Associações de Municípios, para cujo êxito os comunistas deverão empenhar-se e aprovou um conjunto de iniciativas, das quais se destaca o lançamento, já em Fevereiro, de uma campanha com o lema «Alqueva - Dar a terra a quem a trabalhe, contra a desertificação e o envelhecimento do Alentejo».

Aprofundar o debate

Três grandes linhas de trabalho aprovadas pelo Encontro mereceram a especial atenção do secretário-geral do PCP. A primeira respeitante ao investimento do Alqueva, a segunda ao debate e aprofundamento da democracia participativa nos concelhos de maioria CDU e a terceira à realização de plenários mensais de militantes.

Quanto ao Alqueva, que deve cumprir «as suas funções de desenvolvimento, de democratização do acesso à terra, de promoção do emprego, combatendo a desertificação e o envelhecimento», Carlos Carvalhas considerou «inaceitável» que os frutos deste importante investimento fiquem «nas mãos de meia dúzia ou desta ou daquela multinacional», devendo os pequenos e médios agricultores, seareiros e reideiros, os trabalhadores agrícolas «ter acesso à terra irrigada».

Trata-se de uma questão que «não é menor», insistiu, já que a melhoria da «qualidade de vida dos alentejanos, a sua fixação na região, a preservação e enriquecimento da sua cultura» estão directamente ligados ao «modelo» que for seguido no aproveitamento do Alqueva.

Daf a importância de alargar e aprofundar o debate sobre esta problemática, não se aceitando que em relação a ela triunfe a política de «factos consumados», ou seja, «dos privilégios e interesses dos grandes senhores do dinheiro e da terra».

Quanto ao aprofundamento do debate sobre a democracia participativa nos concelhos de maioria CDU, ele deve envolver as populações «nas grandes opções orçamentais e nas grandes linhas de intervenção autárquica» para, conhecendo através de uma intervenção directa, as suas principais aspirações, abrirem-se «perspectivas de um trabalho com acerto e valor democrático» e contribuir-se para a participação de muitos independentes que vêm na CDU e no seu projecto «a mais sólida direcção para a defesa dos interesses e a resolução dos problemas das suas terras, vilas e cidades».

Entretanto, para Carlos Carvalhas, a terceira direcção de trabalho - realização de plenários mensais do Partido - tem uma importância decisiva «para uma maior dinamização de toda a vida política», para a «tomada de iniciativas e apresentação de propostas e medidas» e para a «denúncia» e «mobilização das populações» em relação a qualquer problema local. Aliás, como salientou, «esta é a postura de um Partido de causas, valores, que não vira as costas às dificuldades e que se empenha para resolver os problemas dos trabalhadores e das populações».

Carlos Carvalhas acusa Governo

Irresponsabilidade e compadrio

No Encontro, Carlos Carvalhas mostrou-se preocupado com o agravamento da situação social e económica do país, designadamente «com o défice da Balança Comercial e o endividamento das famílias, da economia e do País, com a situação de mais de 1 milhão de reformados e a extensão do trabalho precário e sem direitos e com o número de acidentes de trabalho que «marcam o destino de largas massas de trabalhadores».

Portugal é dos países com os mais elevados índices de acidentes - 200 a 300 mil por ano - e mais baixas pensões para os acidentados, disse, razão por que o PCP, através do seu Grupo Parlamentar, vai voltar à luta com nova legislação no sentido de alterar esta situação.

Aliás, as medidas mais positivas que têm sido tomadas - rendimento mínimo, aumento das reformas e pensões, redução de impostos sobre os trabalhadores, criação da rede nacional de serviços públicos para o tratamento e reinserção de toxicodependentes, proibição da discriminação dos jovens na fixação do salário mínimo, combate às listas de espera no Serviço Nacional de Saúde - «têm por base, a iniciativa, a luta, a persistência, a proposta e o voto do PCP».

A política de direita do PS é, pois, «opção sua», nunca lhe faltando na Assembleia da República «os votos para medidas positivas». Só que, nas questões mais estruturantes e de regime, «quem o PS procura é a direita, PSD ou PP», como se verificou nas privatiza-

ções, nas leis laborais, nos avanços para o Federalismo, na revisão constitucional. Ainda agora, lembrou Carlos Carvalhas, «selaram um acordo para reverem a Constituição para poderem reintroduzir a prisão perpétua, por pressão externa, com vista à adesão ao Tribunal Penal Internacional», o que, em sua opinião, é uma regressão civilizacional.

Abordando, de seguida a política «de compadrio», as «Fundações», a acentuação das desigualdades, as mentirolas e meias verdades em relação ao urânio «empobrecido» ou «enriquecido», as promessas não cumpridas e os escândalos de privatizações, como as da GALP ou da TAP, o secretário-geral do PCP considerou que não é com propaganda que o Governo esconde o descrédito da sua política ou dá resposta aos problemas.

PS quer poder absoluto

Para Carvalhas «não é também com propaganda» que o Governo se livra de responsabilidades em relação à guerra contra a Jugoslávia e ao urânio empobrecido, pois a verdade é que, alegando primeiro desconhecimento quanto à utilização de armas com urânio empobrecido e depois surpresa e preocupação por estas terem também plutónio, acabou por admitir mais tarde «que era normal essas armas terem plutónio» e «que tudo é negligenciável...».

«Não é ainda com propaganda» nem com a alteração das leis eleitorais que o Governo «compensa o descrédito da sua política», prosseguiu o secretário-geral do PCP, classificando de «descaramento» o facto de, em ano de eleições autárquicas, o Governo procurar «a todo o vapor alterar as legislação eleitoral» precisamente para estas eleições.

Na realidade, o que o PS pretende «é acabar com a eleição directa e proporcional das câmaras municipais e com a representação pluralista nas vereações». Ao mesmo tempo, o presidente da Câmara passaria a ser o primeiro candidato da lista mais votada para a Assembleia Municipal e ficaria «com o poder absoluto de escolher todos» os que comporiam a Câmara Municipal. Ou seja, tendo em vista um «poder absoluto» e «sem controlo» o PS quer, com o apoio do PSD, fazer aprovar uma legislação que «constituiria uma regressão democrática e um factor de empobrecimento da vida política».

Por fim, depois de alertar para a utilização do aparelho do Estado pelo PS na sua campanha para as próximas eleições autárquicas, Carlos Carvalhas defendeu que a essa campanha o PCP e a CDU têm de contrapor «um trabalho que não se distingue apenas pelo volume da obra realizada e pela qualidade da sua acção, mas também, pelas suas características democráticas, de aproximação às populações e de resposta no quadro das suas competências aos seus problemas».

FELGUEIRAS Presidente da CM sob acusações

A Câmara Municipal de Felgueiras vive uma situação de sistemática deterioração desde a divulgação de notícias que acusavam a sua presidente, Fátima Felgueiras, de ter dado cobertura e até utilizado em proveito próprio verbas do «saco azul» de um alegado pelouro paralelo de finanças.

A demissão, no princípio de Janeiro, dos três vereadores do PSD veio agravar mais a situação e pôr em causa o funcionamento da Câmara, onde apenas se mantêm os quatro vereadores eleitos pelo PS.

Face à situação, a Comissão Concelhia de Felgueiras do PCP entende que a presidente da Câmara deve suspender de imediato o seu mandato, responsabiliza-a, bem como ao PS, pela situação criada e exige a tomada de medidas que ponham cobro a esta situação, quer ao Ministério da Administração Interna, à Polícia Judiciária e ao Ministério Público, quer ao IGAT que, após inspecção, já elaborou um relatório que aponta para a perda de mandato da presidente da Câmara.

BRAGA Falta de resposta esclarecedora

Continua sem resposta o requerimento que há dois meses o vereador do PCP na Câmara Municipal de Braga apresentou ao seu presidente para o esclarecimento das suspeitas que envolvem as obras do Mercado Abastecedor do Noroeste, depois de as brigadas de fiscalização no Ministério do Ambiente terem posto em causa a legalidade daquelas obras em zona inundável do rio.

A falta de resposta é, para a Comissão Concelhia de Braga do PCP, só por si bastante esclarecedora. É que a Câmara de Braga tem 50% do capital da Sociedade criada para gerir o Mercado, autorizou a realização de obras sem a devida licença de construção nem respeito pelas normas de protecção estabelecidas para a ocupação das margens do rio e ignorou as recomendações dos organismos técnicos, assim como o embargo ordenado pela Direcção Regional do Ambiente - Norte.

As cheias do Este evidenciaram assim não só a força dos elementos naturais como puseram ao julgamento dos cidadãos e incúria e irresponsabilidade da Câmara.

COIMBRA Milhões por água abaixo

A Direcção da Organização Regional de Coimbra do PCP, por sua vez, responsabiliza o Estado pela devastação que está a acontecer no Baixo Mondego, depois das últimas intempéries. É que as obras do Mondego, cujo objectivo era controlar as cheias, há muito deveriam estar concluídas, depois de ao longo dos anos, as populações, diversas entidades da região e o PCP terem criticado as características desta obra que, para além da construção (polémica) de um leito artificial, deveria englobar uma rede de drenagem.

Ou seja, «milhões de contos por água abaixo», com os resultados à vista: hectares e hectares de terras submersas, populações isoladas, estradas e linhas de comboio cortadas, habitações e sacas agrícolas destruídas e a centenária ponte de ferro de Alfarelos a Montemor-o-Velho levada na torrente, impondo a tomada urgente de medidas de apoio às famílias afectadas e a abertura de um inquérito para avaliação da evolução das obras.

PORTIMÃO Saúde em causa no Barlavento

A alteração do estatuto jurídico do Hospital do Barlavento Algarvio está a merecer crescente contestação por parte dos profissionais de saúde por prejudicar a situação e as carreiras desses profissionais e ter graves consequências para a população da região.

Solidária com os trabalhadores em luta, a Comissão Concelhia de Portimão do PCP diz que o novo estatuto não obedeceu a qualquer estudo prévio, é apenas «orientado pelas opções de privatização do Governo», sendo que as direcções administrativas irão passar a avaliar os resultados dos cuidados de saúde «muito mais pelos lucros financeiros do que pela real eficácia para a Saúde Pública». Manifestando-se, pois, contra qualquer tipo de privatização do Hospital do Barlavento, o PCP exige que seja garantida uma gestão pública responsável e competente deste Hospital, que dê resposta aos problemas por que passa e outras anomalias do seu funcionamento.

Trabalhadores de Aveiro vivem momento crítico, com a falência e o encerramento de inúmeras empresas

Desemprego e baixos salários são «incomportáveis»

O início do novo ano coincidiu «com as piores notícias» para centenas de trabalhadores do Distrito de Aveiro, concluiu a Direcção da Organização Regional do PCP em reunião há dias realizada.

De facto, após a sucessão recente e já denunciada de falências e encerramento de empresas (Nortenha, Limas, Machado e Campos, Centro Vidreiro e Sociedade de Padarias de Ovar), voltam a surgir idênticas ameaças para os trabalhadores da Confersil, em Águeda, e C&J Clark, em Arouca, respectivamente dos sectores metalúrgico e de calçado, em ambos os casos provocando a revolta e indignação dos trabalhadores e das suas famílias, particularmente por se tratar de empresas viáveis e com altos índices de produção.

Assim, na sequência de posições anteriormente assumidas, o PCP apoia a manifestação hoje realizada pelos trabalhadores da C&J Clark

em Arouca, tendo entretanto já promovido o contacto directo do deputado comunista Vicente Merendas com estes trabalhadores e com trabalhadores da Confersil.

O momento «é crítico» para o sector laboral do distrito de Aveiro, e «visível», segundo os comunistas, «no aumento do desemprego, na precariedade e o baixos salários» ali praticados, cada vez mais «incomportáveis» face à constante subida dos preços de bens e serviços essenciais e das taxas de juro para habitação. Isto, enquanto, «ao contrário, sobram os apoios e benefícios para o grande patronato que, por

isso mesmo, tenta travar a necessária reforma fiscal».

Enfim, uma política «perfeitamente injusta e anti-social» por parte do Governo, que o PCP denuncia e combate, «procurando elevar», com a sua acção, «o nível e as condições de vida dos trabalhadores do distrito».

**A DORAV
está a organizar
uma visita
do Grupo
Parlamentar
ao distrito**

**Urgem
medidas
de reparação**

Na sua reunião, a DORAV manifestou-se igualmente preocupada com as consequências do mau tempo que assolou a região nos últimos meses, afectando agricultura, pescas, vias de comunicação e alguns núcleos urbanos.

Os agricultores do distrito - já em dificuldades pela quebra de rendimentos nos últimos anos -, viram a sua

situação agravada com a perda de culturas hortícolas, acréscimo de custos com a construção de estúbulos provisórios e o recurso a forragens para alimentação do gado, com a destruição de estufas e caminhas agrícolas.

Por sua vez, os pescadores vivem uma situação particularmente difícil já que desde há cerca de dois meses não podem fazer-se ao mar, não ganhando, por esse facto, o sustento das suas famílias. Assim, no sentido de procurar minorar a situação insustentável dos pescadores, os comunistas exigem a revisão urgente das normas do Fundo de Compensação Salarial, como preconiza um projecto de lei apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP.

A DORAV considera igualmente urgente «uma resposta adequada» do Governo e das autarquias da região relativamente à reparação ou reconstrução de muitas infra-estruturas danificadas ou destruídas, bem como ao apoio aos agricultores, às populações, aos comerciantes e outros empresários atingidos.

Entretanto, para conhecer melhor a situação e preparar iniciativas adequadas, a DORAV decidiu organizar, em breve, uma visita do Grupo Parlamentar do PCP às regiões do distrito mais atingidas pelas intempéries, acompanhada de reuniões de trabalho com entidades interessadas.

Por fim, a DORAV iniciou a discussão do Plano de Actividade para 2001, que deverá culminar em 17 de Fevereiro com uma reunião conjunta da Direcção Regional e Comissões Concelhias e incidirá, entre outros aspectos, sobre a dinamização da organização e intervenção do Partido na região, a intensificação da preparação das eleições autárquicas e as comemorações do 70.º aniversário do «Avante!» e do 80.º aniversário do PCP.



PCP recebe AOFA

Uma delegação do PCP, dirigida pelo seu secretário-geral, Carlos Carvalho, recebeu, na sexta-feira, no Centro de Trabalho Soeiro Pereira Gomes, em Lisboa, uma delegação da Associação de Oficiais das Forças Armadas.

▼ CAMARADAS FALECIDOS ▼

José Carlos Homem Figueiredo Proença

Organizado na Freguesia de Parede, faleceu com 72 anos de idade, o camarada José Carlos Homem Figueiredo Proença. Membro do PCP de há longa data, foi militar, enfrentando nesta qualidade problemas com o fascismo. Encontrava-se reformado do Exército com a patente de coronel. Era um militante empenhado no trabalho do Partido, com relevo para as questões autárquicas, nas quais sempre colaborou.

José Luís Marcelino

Faleceu recentemente o camarada José Luís Marcelino. Estava organizado na freguesia de S. João de Brito, em Lisboa, onde desenvolvia a sua actividade partidária de forma dedicada e convicta.

Mariana Rita Belenciano

Faleceu, no dia 20 de Janeiro, com 89 anos de idade, a camarada Mariana Rita Belenciano, natural da freguesia de S. Cris-

tóvão, Montemor-o-Novo. Membro do Partido desde 1950, serviu de ponto de apoio aos membros do PCP que então se encontravam na clandestinidade. Camarada sempre muito dedicada e activa, mesmo após o 25 de Abril, esteve organizada em Vendas Novas, onde residia.

Vítor Manuel Coelho Diogo

Vítima de doença súbita, faleceu, no passado dia 22 de Janeiro, no Hospital Amadora-Sintra, o camarada Vítor Manuel Coelho Diogo, de 55 anos de idade.

Membro da célula da freguesia de Massamá, concelho de Sintra, era um camarada activo e profundamente ligado aos problemas da população da sua localidade, a cujo movimento associativo deu sempre o seu apoio. Era um militante com que o Partido contava em momentos difíceis.



Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

VISEU Recandidatura oportuna

O anúncio da recandidatura de Fernando Ruas à presidência da Câmara Municipal de Viseu pelo PSD, dada a completa ausência de alternativas no seio deste partido há doze anos à frente do município, «não constitui novidade para ninguém», ironiza o Executivo Concelhio de Viseu do PCP.

Aliás, esse anúncio deveria, na opinião do PCP, ter sido acompanhado de um reconhecimento por parte do PSD de que acaba o seu terceiro mandato com «um gritante nível de problemas básicos por resolver», como saneamento básico e água canalizada, entre outros. O PCP, registando ainda a «oportunidade» do momento escolhido para o anúncio - o dia seguinte à realização pela Câmara Municipal de uma sessão para o lançamento de um livro com os discursos do actual Presidente, agora de novo candidato -, considera que, na total ausência de oposição por parte dos eleitos do PS e PP, novidade será «a eleição de alguém do PCP, no quadro da CDU», nas próximas eleições.

SETÚBAL Sócrates faz charme

A visita que o ministro José Sócrates fez, na semana passada, à Sécil, a pretexto do anúncio de medidas de requalificação ambiental da antiga zona húmida da cimenteira, não passa, segundo a Direcção Regional de Setúbal do PCP, de uma «operação de charme» para iludir a opinião pública sobre os riscos da co-incineração de resíduos industriais tóxicos no Parque Natural da Arrábida, devendo, por isso, merecer nova demonstração de repúdio por parte da população de Setúbal e da região. Por seu lado, o PCP reitera a determinação de lutar ao lado das populações contra a transformação da Península de Setúbal num depósito e plataforma de resíduos, sem que se proceda à elaboração cabal e definitiva de um Plano Nacional de plena identificação, redução, tratamento e reciclagem de resíduos. Tanto mais quanto o último Relatório Médico, por falta de unanimidade, deixa intocado o conjunto de argumentos contra esta solução e enuncia um apreciável conjunto de medidas cautelares em termos de saúde pública.

OVAR Impõe-se semaforização

A inauguração da passagem inferior da Madria, que há cerca de meio ano veio responder a uma aspiração de inegável interesse para a população de Ovar, criou, como a Concelhia do PCP já alertara, problemas sérios à circulação automóvel no centro da cidade, para além de outras necessidades.

Assim, face ao uso crescente desta nova via, o PCP entende que se impõe a semaforização urgente do seu acesso pela N 109, neste momento muito mal sinalizada e propiciadora de perigo para os automobilistas.

Quanto à passagem propriamente dita, a Concelhia de Ovar lamenta que uma obra tão recente comece já a apresentar sinais de degradação e, no que respeita à passagem de nível da Estrada de S. João - hoje encerrada ao trânsito -, por se tratar de um acesso imprescindível para parte muito significativa da população, justifica a construção de uma passagem aérea, exclusivamente para peões, de preferência com rampa para deficientes e bicicletas.

O caminho errado

Ainda se ia a meio da enxurrada de palavras suscitada pela abstenção nas presidenciais (agora definitivamente fixada nos 50,2%), e já o ministro Jorge Coelho aproveitava a onda para invocar que, precisamente para «aproximar os eleitos dos eleitores» e por essa via combater a abstenção, havia a bondosa contribuição dos projectos do PS de «reforma do sistema político» e, concretamente, de alteração das leis eleitorais para as autarquias e para a Assembleia da República.

Não se pode negar que a manobra é espertalhona e que os responsáveis do PS mostraram reflexos rápidos (que pena não lhes dar para o bem), mas tem de se afirmar que se trata apenas da gulosa tentativa de vender peixe podre em época de fome.

Na verdade, por mais que nos esforcemos e queiramos ser generosos, não se vê que contribuição positiva para reduzir a abstenção é que pode vir das alterações da legislação eleitoral em que o PS está tão empenhado.

Desde logo, convém ter em conta aquilo para que Ruben de Carvalho

relação às quais se tem falado mais de «distância» entre eleitos e eleitores e sobre as quais se têm carregado mais elementos de erosão e descrédito. E têm mobilizado comparativamente menos eleitores precisamente aquelas - as autárquicas - em que justificadamente se poderia falar de maior «proximidade» dos eleitos e também de temas, problemas e assuntos que, pela sua natureza local, poderia supor-se terem condições para interessarem mais os eleitores.

Pode-se não gostar da realidade desvendada por estes dados irrefutáveis, mas o que eles, pelo menos, talvez nos digam é

// Ligar as novas leis eleitorais ao combate à abstenção é tentar vender peixe podre em época de fome //

chamou oportunamente a atenção na sua crónica no «DN» de 18/1: nem mais nem menos que, na história eleitoral portuguesa desde o 25 de Abril, é um dado incontornável que as eleições autárquicas têm registado sempre níveis de abstenção superiores ao registado nas eleições legislativas.

Ou seja, tem sempre suscitado maior participação nas urnas as eleições para a Assembleia da República que são precisamente aquelas em

pletamente falacioso pretender que viria algum efeito positivo para a redução da abstenção se, como o PS pretende (e se vai discutir na AR já no próximo dia 7 de Fevereiro), acabasse a eleição directa das Câmaras Municipais e o correspondente pluralismo de representação partidária nas vereações municipais na base da proporcionalidade, tudo a ser substituído pela investidura do 1.º candidato da lista mais votada para a Assembleia

Municipal no cargo de Presidente da Câmara a quem seria atribuído o poder de escolher e nomear - entre os da sua cor, está bem de ver - todos os vereadores.

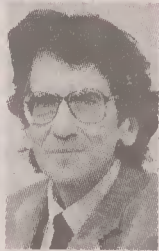
Não é pois arriscado prever que o facto de os cidadãos se verem despossados de um direito que exercem há 25 anos, perceberem que o seu voto já não influenciaria a composição das vereações, de muitos sentirem que deixavam de ter quem realmente os representasse nesse órgão essencial da administração local só poderia conduzir a uma maior abstenção.

E só se espera que não venham mais falar de «aproximação dos eleitos aos eleitores» os defensores de uma alteração legal que roubaria aos cidadãos a escolha pelo seu voto dos vereadores e a oferece aos «distantes» humores, arbítrio e arranjos de uma só pessoa!

E os círculos uninominais?

Quanto ao novo sistema eleitoral para a AR proposto pelo PS (e que, criando três níveis de círculos eleitorais, resultará absoluta e propositamente ininteligível para 98% dos eleitores) haverá mais tempo para falar. Mas anote-se desde já que a aposta fundamental baseada na criação de 90 e tal círculos uninominais (assim asfixiando o eleitor na tenaz da velha «bipolarização» por cima - a inventada «eleição do Primeiro-Ministro» - e de uma nova «bipolarização» por baixo - a eleição de um só candidato em cada círculo uninominal), em vez de aproximar grande parte dos eleitores do candidato em que não votaram os distanciaria do próprio acto pelo sentimento de que não viriam a conseguir a representação conforme com as suas opções de voto.

Além disso, não se esqueça que as eleições presidenciais em que se acaba de verificar 50,2% de abstenção são exactamente a eleição mais uninominal que há ou pode haver!



Vítor Dias
Membro
da Comissão
Política



ASPP

A Lista A, encabeçada por Alberto Torres, venceu com 71 por cento dos votos as eleições de 23 de Janeiro para a direcção da Associação Sócio-Profissional da Polícia. Segundo a Lusa, de um total de 4 465 eleitores, 3 153 votaram na Lista A e 1 233 na Lista B (que tinha como primeiro nome António Augusto), tendo sido também contabilizados 51 votos em branco e 28 nulos.

A abstenção totalizou 41 por cento, num universo de 7 600 associados da ASPP com as quotas em dia. O presidente reconduzido manifestou-se satisfeito com os resultados eleitorais, declarando que os mesmos expressam a grande maturidade associativa dos polícias que militam na ASPP. «Apesar de uma grande campanha de outras associações, que procurou denegrir a imagem da ASPP e dos seus actuais dirigentes, os profissionais da PSP deram mostras de maturidade associativa, participando massivamente na votação e dando um expressivo voto de confiança à actual direcção, pela forma como negociou com o poder político e a Direcção Nacional da Polícia, na resolução dos problemas que afectam a corporação e os seus profissionais», disse Alberto Torres. A Lista A integrou a maioria dos dirigentes do anterior mandato e contou com o antigo dirigente José Carreira como candidato a presidente da mesa da Assembleia Geral.

CTT

Para mudar de instalações, o Centro de Distribuição Postal de Leiria tem até final de Fevereiro. Após este prazo, o sindicato e os trabalhadores poderão avançar com greves e manifestações. Os funcionários alegam falta de condições de trabalho nas instalações do CDP 2410, em Leiria, perto das garagens de um prédio na Avenida Marquês de Pombal, onde «o ar está viciado de dióxido de carbono», segundo referiu uma sindicalista à Lusa. Nos dias 21 e 22 de Dezembro, os trabalhadores fizeram greve e desde então recusam-se a fazer horas extraordinárias. «Quando mudámos para aquele centro de distribuição foi com a promessa de seria um local provisório», explicou a sindicalista Dina Serrenho, ao informar sobre as decisões tomadas dia 25 de Janeiro, em plenário, pelos trabalhadores.

STAL

Os órgãos dirigentes do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local, eleitos a 20 de Dezembro, tomaram posse na passada sexta-feira, numa cerimónia realizada no auditório municipal do Cartaxo. Dos 53 mil associados do STAL, a lista única recolheu 25590 votos, num total de 26497 votantes, informou a Direcção Nacional do sindicato.

É preciso suspender a privatização e a segmentação e reflectir sobre a aliança estratégica

Novo rumo para a TAP

Toda a estratégia do Governo PS e do ministro Jorge Coelho fica posta em causa com as alterações anunciadas na estratégia da Swissair, afirma a célula do PCP na transportadora aérea nacional.

Face às notícias de que a Swissair vai recuar no negócio com o Governo português para aquisição de 34,5 por cento do capital da TAP, os comunistas que trabalham na empresa defendem que, mais valendo tarde do que nunca, deve ser agora suspenso o processo de privatização e segmentação e deve proceder-se a um «estudo sério para, finalmente, se negociar uma verdadeira aliança estratégica, que sirva para dinami-

zar e complementar os serviços prestados pela TAP, mantendo a sua identidade de companhia de bandeira».

Num comunicado distribuído na semana passada aos trabalhadores, a célula do PCP na TAP lembra as várias tomadas de posição do Partido sobre as políticas adoptadas naquela matéria e afirma que «toda a estratégia do Governo e do ministro Jorge Coelho, norteada para a privatização da empresa a qual-

quer preço e sua dissolução no seio do grupo Qualiflyer – Swissair, fica irremediavelmente posta em causa» pelas alterações no SAir Group.

O Governo é apontado como «responsável por todo o processo», pelo que «tem de assumir» os custos e «ressarcir a TAP dos elevados prejuízos que lhe causou», exigem os comunistas, recordando que «desde a decisão de integração no Qualiflyer Group, tomada pelo Governo PS para efectivação da privatização da empresa, a TAP viu a sua situação económica e financeira degradar-se con-

tinuamente» e foram-lhe retirados «os seus elementos estratégicos, entregues ao SAir Group, transformando-a numa simples executora de estratégias alheias».

«Não há tempo para esperar por Março», defendeu, em declarações à Lusa, uma dirigente do Sindicato dos Trabalhadores de Aviação e Aeroportos.

Luísa Ramos disse que o Governo deve suspender o processo de privatização e repensar as parcerias estratégicas, considerando que a inversão da estratégia do SAirGoup «confirma as nossas dúvidas pela opção pela Swissair».

O Governo foi oportunamente alertado para a instabilidade no SAir Group

Não privatizem os aeroportos

Em comunicado aos trabalhadores da ANA, a célula do PCP na empresa que gere os aeroportos reafirma que os comunistas tinham razão, quando recusaram o desmembramento da empresa pública, pois «não era o interesse do País, ou do seu desenvolvimento sustentado que orientava esta decisão, mas sim e tão-só o de criar condições para, no curto prazo, avançar com a privatização da ANA SA, ou seja, da entrega ao grande capital nacional ou estrangeiro desta importante empresa pública».

Segundo o programa de privatizações aprovado pelo Governo do PS, a primeira fase de privatização da parte da ANA que foi transformada em sociedade anónima deverá iniciar-se a par da construção do Aeroporto da Ota.

Os comunistas reafirmam que «não existem

razões que justifiquem esta decisão» e apontam alguns motivos de peso. A ANA foi, no plano económico e financeiro, uma empresa pública equilibrada, que só na década de 90 deu 45 milhões de contos de lucros e fez investimentos de 88 milhões; em 1999, o seu volume de negócio foi de 34,5 milhões de contos e o valor acrescentado bruto atingiu os 29 milhões.

A ANA foi-se modernizando e melhorou continuamente a qualidade e eficácia do serviço. Contribuiu também para a coesão nacional, realizando investimentos na modernização de infra-estruturas aeronáuticas em regiões periféricas.

Hoje, «é mais uma das vítimas da política de direita que o PS vem pondo em prática, com os seus governos», acusa o PCP.

Manutenção

A área de Manutenção da TAP corre agora risco de esvaziamento, alertam os comunistas, referindo que o novo protocolo assinado com a OGMA prevê que sejam aqui feitas as grandes revisões da frota Airbus.

«Toda a política governativa para a TAP aponta para o desastre», protesta a célula comunista, defendendo que «há que parar imediatamente e enveredar por outro caminho», assente «na viabilização e consolidação da TAP como empresa de bandeira, com respeito pelos seus trabalhadores e pelos interesses nacionais».

Barlavento

Os trabalhadores do Hospital do Barlavento Algarvio realizaram segunda-feira uma greve de 24 horas, em protesto contra o novo estatuto jurídico da unidade. A paralisação foi convocada pela União dos Sindicatos do Algarve e pelos sindicatos dos Médicos da Zona Sul, dos Enfermeiros Portugueses, das Ciências e Tecnologias da Saúde, e dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores. A greve teve por objectivo levar o Governo a retirar o diploma do novo estatuto jurídico do Hospital do Barlavento, aprovado em Conselho de Ministros, mas ainda não promulgado pelo Presidente da República. O PCP, através da concelhia de Portimão, manifestou-se também contra a alteração do estatuto jurídico do hospital, solidarizando-se com a luta dos profissionais de saúde daquela unidade hospitalar.

Ex-Inapa

Na Portucel de Setúbal está convocada greve para dias 6 e 14 de Fevereiro, caso a administração não responda à reivindicação de melhorias salariais e «justa equiparação das condições de trabalho, face à aquisição da Inapa pela Portucel». Uma nota de imprensa do sindicato da Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa informa ainda que os trabalhadores reclamam aumentos salariais de 5,8 por cento (3,5 por cento de actualização, mais os ganhos de produtividade referentes a 1999 e 2000, «conforme acordo existente com a anterior administração»). Também é exigido que o novo valor do subsídio de alimentação seja igual para todos os turnos e horários de trabalho.

Solverde

Para iniciar negociações de revisão do Acordo de Empresa na Solverde, a Fesaht/CGTP solicitou a intervenção do Ministério do Trabalho. À proposta entregue pelos sindicatos no dia 10 de Novembro, a administração recusou-se a responder, alegando que estava a negociar com outras estruturas. «Por que é que negociam com uns e não negociam com outros?», pergunta a federação da Alimentação, Bebidas, Hotelaria e Turismo, que responsabiliza a administração da Solverde «pelo conflito que possa vir a surgir» e declara que «só faremos o jogo que interessar aos trabalhadores, para defendermos os seus direitos e interesses, e não outros». A Fesaht admite «adoptar formas de luta, dentro e fora dos casinos e unidades hoteleiras», caso falhe a tentativa de diálogo com mediação do Governo solicitada a 19 de Janeiro.

Lutas no comércio

A situação dos trabalhadores da EPAC e dos super e hipermercados levou à intensificação da actividade sindical, unindo e organizando a luta colectiva.

Na sexta-feira, pessoal da EPAC Comercial concentrou-se junto aos ministérios das Finanças e da Agricultura. Os trabalhadores exigem que o Governo lhes garanta o direito de opção, no processo de liquidação da EPAC e

da Silopor, entre receber as indemnizações ou aceitar a colocação em postos de trabalho compatíveis, designadamente na Agrigénese, informou o CESP/CGTP. Uma síntese divulgada durante a concentração recorda que o Governo mandou liquidar a EPAC Comercial e a Silopor, ambas de capitais públicos e criadas através do destacamento de activos da EPAC SA (também esta

mandada liquidar pelo Governo). À semelhança do que tinha feito com os trabalhadores da empresa-mãe, também na Comercial e na Silopor «o Governo limitou-se a fazer vagas promessas aos trabalhadores».

Agora, as soluções propostas não são consideradas seguras, faltando garantias quanto a estabilidade de emprego e preservação de direitos. «O Governo, tão

lesto a liquidar a EPAC em decorrência da aplicação das decisões comunitárias, não quer respeitar a directiva comunitária que permite aos trabalhadores recusar a transferência de empresa», nota o sindicato.

Segunda-feira, funcionários dos supermercados Nobrescolha manifestaram-se frente ao local onde decorria a assembleia de accionistas da empresa, que se encontra encerrada, «depois de um processo complexo de gestão, que se traduziu em 2 meses de salários em atraso, mais o subsídio de Natal, para além de mais de 1 milhão de contos de dívidas a fornecedores», refere o CESP.

Envolvendo também o Cesnorte, foi desencadeado um movimento reivindicativo nos grupos Jerónimo Martins Retalho (onde já estão a decorrer reuniões de trabalhadores das cadeias Pingo Doce, Feira Nova, Recheio e Gestiretalho) e Continente (cujo caderno reivindicativo vai ser debatido durante Fevereiro e onde os sindicatos se propõem angariar mais 500 novos sócios e eleger mais um delegado sindical por cada loja).



Passadas as promessas, os trabalhadores defrontam-se agora com sérias ameaças ao emprego e aos direitos de que usufruíam na EPAC

Indignação responde à pressão de Constâncio

As declarações do governador do Banco de Portugal, defendendo a redução dos salários dos trabalhadores portugueses, «**não fazem qualquer sentido**», para a CGTP, e constituem uma «**afrenta**» aos funcionários públicos, segundo a Frente Comum de Sindicatos.

Quinta-feira, na apresentação do Boletim Económico do Banco de Portugal, Vítor Constâncio alertou para o excessivo défice externo na economia do País, que atinge cerca de 10 por cento do produto. «O Governador põe o dedo na ferida em relação a problemas de fundo da economia portuguesa», reconhece a CGTP, lamentando que «a única solução que apresenta é a contracção dos salários dos trabalhadores».

É que, face ao excessivo desequilíbrio das contas, preconiza uma redução da despesa, que terá de passar por uma diminuição do poder de compra, com vista a diminuir as importações. «Trata-se de uma visão decorrente duma análise simplista, porque ignora as razões por que existe perda de competitividade e se continua a verificar um baixo nível de produtividade», protesta a CGTP. Na nota de imprensa que divulgou sexta-feira, a central acusa Vítor Constâncio de apenas abordar estas razões de fundo «para concluir que são questões de médio e de longo prazo», pelo que, no curto prazo, não haveria alternativas à redução dos salários, que deveriam ser claramente inferiores a 3 por cento, embora preveja uma inflação média de 2,9 a 3,3 por cento (acima da previsão do Governo).

Vítor Constâncio converge com o Banco Central Europeu, numa «ortodoxia monetarista», e com «um patronato retrógrado, que insiste num modelo ultrapassado de competitividade baseado em baixos salários».

«Curiosamente», repara a Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública, Vítor Constâncio «não fala em moderação dos lucros, quando é sabido que há grupos financeiros com lucros de 60 por cento». Na nota da estrutura mais representativa dos trabalhadores do Estado contesta-se ainda a referência do Governador a médias harmonizadas de aumentos salariais na zona euro, contra o princípio da coesão económica e social e a prometida equiparação dos salários portugueses ao nível médio europeu.

Nos trabalhadores «as diatribes dos vícios constâncios deste país geram novos factores de revolta, que se irão traduzir no prosseguimento da luta por salários dignos, carreiras revalorizadas, estabilidade do emprego e defesa do vínculo público e de serviços de qualidade», conclui a Frente Comum.

CGTP contra remição de pensões

A CGTP exige que o Governo ponha de imediato fim à obrigatoriedade da remição de pensões e mantenha a possibilidade de os sinistrados do trabalho optarem por receber a pensão mensalmente ou de uma só vez.

Em conferência de imprensa dada quinta-feira, dia 25, Maria do Carmo Tavares considerou que a remição obrigatória – prevista no Regime de Reparação dos acidentes de trabalho e doenças profissionais, que entrou em vigor a 1 de Janeiro de 2000, para o pagamento das pensões a sinistrados com incapacidade parcial até 30 por cento – **só é benéfica para as seguradoras**, que deixam de se preocupar com reservas matemáticas, evitando manter um fundo para os pagamentos mensais e libertando-se de encargos com o sinistrado de uma só vez.

Para Maria do Carmo Tavares, da Comissão Executiva da CGTP-IN, era desejável manter, do Regime de Reparação antigo, o direito de opção dos sinistrados. Na actual remição obrigatória, acrescentou a sindicalista, citada pela Agência Lusa, o valor da pensão é calculado com base numa taxa de mortalidade até aos 65 anos e numa taxa técnica de juro de cinco por cento, que não correspondem à realidade.

A par das críticas ao novo regime de reparação, a CGTP exige a **revalorização** geral de todas as pensões por acidente de trabalho e doenças profissionais, fixadas antes de 1 de Janeiro de 2000. No anterior regime, considera a central, só os sinistrados com pensões iguais ou inferiores ao salário mínimo nacional eram aumentados, enquanto os que tinham valores acima do SMN não tinham qualquer aumento – a não ser quando a sua pensão desvalorizava e atingia um valor igual ou inferior ao ordenado mínimo.

A CGTP denunciou ainda os baixos valores das pensões, referindo que, em 1998, um sinistrado com grau de incapacidade até 30 por cento recebia em média 6 113 escudos, enquanto à incapacidade total correspondia uma pensão de 47 contos.

Decisão de lutar deu resultados Têxteis em greve

Em dezenas de empresas foram acordados aumentos salariais que nalguns casos chegam aos 12 contos. Mas há patrões que não passam dos 700 escudos.

Num contexto em que a maioria dos trabalhadores auferem salários muito próximos do mínimo nacional e em que muitas empresas se recusam a negociar melhores remunerações, a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal avançou com a marcação de uma greve e uma manifestação, na passada sexta-feira.

A greve teve âmbito nacional, nos sectores dos têxteis, vestuário, lanifícios e cordoaria, durante 24 horas, em empresas que não chegaram a acordo com os trabalhadores, não fixaram aumentos ou se recusaram a negociar novos salários.

A concentração realizou-se em Guimarães e nela interveio o secretário-geral da CGTP. Criticando severamente as declarações proferidas na véspera pelo Governador do Banco de Portugal, Carvalho da Silva lembrou que, se os salários fossem o único factor de competitividade da economia, Portugal seria um país de altas taxas de produtividade – ao contrário do que acontece – já que os salários que aqui se praticam são muito mais baixos do que os dos restantes países da Europa comunitária.

Carvalho da Silva considerou inadmissível que o Banco de Portugal se preocupe com a

contenção salarial, num país onde os trabalhadores auferem os salários mais baixos da Europa. «Não se compreende como é que o governador do Banco de Portugal vem a público defender a contenção salarial, esquecendo as centenas de milhões de contos que os patrões receberam nos últimos anos», protestou, contrapondo que seria mais normal que Vítor Constâncio tivesse perguntado, perante o País, qual o destino que foi dado a esse dinheiro. A posição do Banco de Portugal sobre a evolução salarial em

Portugal tornou-se, assim, «uma ajuda aos patrões mais conservadores», que aproveitaram este tipo de declarações «para manterem uma política de salários de miséria», como sucede nos sectores têxtil e do vestuário.

Forte adesão

Um dirigente da Fesete/CGTP, apontando vários exemplos no Norte do País, referiu que a greve teve uma adesão que, em média, rondou os 90 por cento. José Fernando, citado pela Lusa, revelou que na Finex (Maia) a adesão foi de 99 por cento; na Jonibel e na Tor (Guimarães), de 70 por cento; na Beira-Lã (Guarda) a adesão foi total; na Camisaria Sagres, de 90 por cento. O sindicalista acrescentou que na Finex e no

Grupo Somelos, os trabalhadores concentraram-se à porta das empresas.

Das 90 trabalhadoras da «Moda Real», a maior parte das quais teria um aumento de 700 escudos, apenas 15 não aderiram à greve, informou Branquinho Pinto, coordenador da União dos Sindicatos do distrito.

A Fesete reclama aumentos mínimos de oito mil escudos, enquanto as associações patronais que ainda não quiseram abrir as negociações avançam com três ou quatro por cento.

José Fernando salientou que «a marcação desta greve já deu frutos», na medida em que houve empresas que, entretanto, chegaram a acordo com os trabalhadores e sindicatos e outras onde os patrões se comprometeram a aplicar aumentos salariais que chegam a atingir os 12 contos.

Os baixos salários contrastam com elevados lucros dos patrões



Prosseguir a luta é o caminho escolhido pela Fesete e pelos trabalhadores para garantir salários

Professores preparam lutas nacionais

Plenários nos distritos de Castelo Branco, Coimbra e Aveiro, com a participação de 1500 professores, aprovaram segunda-feira uma moção, apresentada pelo Secretariado Nacional da Fenprof, que prevê várias acções de luta, com destaque para uma manifestação em Lisboa, a **22 de Março**, e uma greve, também de âmbito nacional, no dia **30 de Março** – refere uma nota do Sindicato dos Professores da Região Centro.

Os plenários de dia 29 sucedem-se a outros realizados na

região Sul e estão marcados mais, para Lisboa, região Norte e regiões autónomas, explicou Mário Nogueira à Lusa. Este dirigente da Federação Nacional dos Professores referiu ainda o facto de estas lutas se realizarem a par do congresso da Fenprof, marcado para os dias 21 a 23 de Março, em Lisboa.

Com este processo de luta, a federação pretende que o Ministério da Educação acelere negociações, nomeadamente sobre a abolição do sistema de créditos na formação contí-

nua, a alteração do regime de aposentação e a criação de um mecanismo dinâmico de vinculação. A Fenprof pretende ainda negociar com o Governo a redução do número de alunos por turma e do número de turmas e de níveis de aprendizagem por professor, bem como a revisão do modelo de direcção e gestão das escolas. Segundo Mário Nogueira, o tempo que falta até à greve nacional de 30 de Março «é suficiente para o Ministério da Educação inverter as suas posições».

Norte

Encontra-se em preparação o processo de filiação do Sindicato dos Professores do Norte na CGTP. Carvalho da Silva esteve segunda-feira em Bragança, para mais uma sessão de esclarecimento com alguns dos cerca de 16 mil associados do SPN, que vão votar a adesão na semana de 5 de Maio, num processo que tem em vista oficializar a cooperação que há vários anos se verifica entre as duas estruturas, noticiou a Lusa.

Ameaças na Efacec Bombas

A tentativa de «Efacec Bombas e Ventiladores» de levar os seus trabalhadores na Póvoa de Varzim a rescindirem os contratos de trabalho está a gerar mal-estar em todo o grupo. «O grupo Efacec está a viver uma situação preocupante e explosiva, confusa, que está a gerar instabilidade no sector e na vida dos trabalhadores», disse Francisco Amorim à Lusa.

«Houve uma ameaça clara, transmitida aos trabalhadores,

para aceitarem a proposta de rescisão por mútuo acordo, caso contrário o despedimento poderia ser colectivo», afirmou o coordenador da CT, apontando como base da insegurança dos trabalhadores a falta de clareza da administração e, nomeadamente, de Pires da Rocha. Este administrador confirmou o interesse da empresa em despedir, para já, 22 pessoas, um dia depois de uma fonte do STIEN/CGTP ter

denunciado que a meta da empresa era libertar-se de 50 trabalhadores.

A Efacec Bombas oferece como indemnização, para a rescisão por mútuo acordo, pouco mais do que o valor de um mês de trabalho por cada ano de serviço. Os trabalhadores «não devem aceitar essa proposta, visto que a empresa não cumpriu a lei, pois devia falar com a CT, pedindo-lhe até um parecer», defende

Francisco Amorim. Admitindo que poderá haver «convites» à rescisão nas restantes empresas do grupo, o coordenador da CT disse que ainda não conhece em pormenor os interesses da empresa no processo.

Actualmente, os maiores accionistas da Efacec, liderada por José Correia Morais, são o grupo Mello e a Têxtil Manuel Gonçalves, que em conjunto detêm uma participação de 51 por cento.

A investigação científica e as liberdades

• Odete Santos

No centro de acesos debates em torno das liberdades individuais, encontra-se a investigação científica. Cobiçada por poderosos interesses da indústria farmacêutica, e também de uma certa medicina, que querem transformar numa coutada, uma trave mestra do ser humano: o domínio da vida. Vem isto a propósito de temas muito actuais, que também já foram debatidos, e seguramente que voltarão a sê-lo, na Assembleia da República. Temas que se prendem com a repressão de liberdades individuais e a construção cultural de desigualdades. Falamos, por exemplo, da procriação medicamente assistida, do aborto, da clonagem terapêutica. Recentemente, o Parlamento inglês recusou uma proposta para que o Governo não avançasse com a autorização de investigações científicas que pudessem tornar real a clonagem terapêutica.



A clonagem que pode vir a permitir o triunfo sobre doenças incuráveis, como o cancro, e que pode permitir a produção de órgãos e tecidos para transplantes. Há poucos meses, o Parlamento Europeu aprovou uma Resolução contra a clonagem terapêutica, manifestando uma posição política contra o progresso e a caminhada imparável do ser humano para o domínio do Universo. Na base da condenação da clonagem terapêutica, estão questões velhas relacionadas com o valor do embrião e a penalização do aborto. Ao fim e ao cabo, quem está duplamente nos objectivos das vozes conservadoras que se opõem à investigação científica, é a mulher. Está na mira de concepções retrógradas enquanto ser humano, independentemente do sexo, porque qualquer caminhada na senda do domínio da vida, representa o fim da angústia do desconhecido, tirando o tapete a interesses que vivem dessa angústia. Mas está também na mira dessas vozes enquanto ser humano do sexo feminino, porque a sociedade neocapitalista, vivendo de um exército industrial de reserva de desempregados, das mais-valias que dessa maneira se formam, das mais-valias para que contribui o trabalho

desqualificado da mulher, necessita que a mulher seja privada de direitos fundamentais, entre os quais se encontra a liberdade de decidir. Mas nesta área debatem-se os capitalistas com interesses contraditórios: é que os interesses da grande indústria farmacêutica necessitam da investigação científica. Desta contradição surge como beneficiária a própria mulher, quer a nível das políticas dirigidas ao controlo, por ela mesma, da sua fertilidade (o planeamento familiar) quer a nível de decisões individuais e íntimas, como a decisão de abortar, que cada vez menos necessitam de intervenção cirúrgica. Quer dizer: as mulheres, graças à investigação científica, vão-se libertando do poder do Estado, exercido através da Medicina. Medicina que cada vez mais vai perdendo o direito de propriedade sobre o doente. A eutanásia passiva, legalizada no nosso Código Penal, é um claro exemplo da vitória da autonomia individual. Mas as reivindicações de respeito pela autonomia individual que radica na dignidade do ser humano confrontam-se nalguns casos com aproveitamentos ilícitos dos resultados da investigação científica. É isso que leva, por vezes, movimentos organizados de cidadãos, a repudiar e menosprezar a investigação científica. Porque é real o perigo de que os resultados da investigação, num mundo que se caracteriza pelo triunfo das desigualdades, ajudem a cimentar a construção social dessas desigualdades. A investigação científica sobre as diferenças entre o hipotálamo dos homens e o das mulheres arrisca-se a contribuir para que as diferenças biológicas sirvam a construção cultural de dois hemisférios distintos, tão a gosto de algumas feministas: o masculino e o feminino. Com as negativas repercussões na quebra de solidariedade entre homens e mulheres explorados. A investigação científica sobre as diferenças biológicas, genéticas ou hormonais verificadas nos homossexuais, bem como a investigação das ciências sociais sobre as causas da homossexualidade, se por um lado tem sido bem aceite por uma parte da comunidade gay que aproveita a investigação para reivindicar o direito à igualdade, suscita noutros/as, ondas de protesto pelo receio do aproveitamento ilícito dos resultados para cimentar a construção social da desigualdade dos homossexuais. E, no entanto, essa investigação, a nível clínico, é aconselhada pela Associação dos Médicos Psiquiatras Americanos. E é essa investigação que leva esta Associação a reiterar a afirmação de que a homossexualidade não é doença mental. E é essa investigação que leva essa Associação, como a Associação dos Psicólogos Americanos, a afirmar que a orientação sexual não é uma escolha. Sendo, por isso, censuráveis as terapias reparativas. Apesar de todos os perigos, a investigação científica, porque é progresso, não pode ser senão um poderoso suporte para as liberdades individuais. Ponto é que se consiga derrotar os senhores da guerra. Os auto-intitulados neoliberais, que contradizendo a designação, atropelam e reprimem as liberdades individuais e colectivas. A ciência não pode senão servir o HOMEM. Para que este domine a vida e o próprio Universo. Porque como diz o Homem de um poema de Gedeão: «O Universo sou eu.»

Parceria entre a TAP e a Swissair comprometida por rompimento à vista

Estratégia do Governo falhou

O Governo foi incompetente na condução do processo de parceria entre a TAP e Swissair. Esta uma frase sublinhada pelo deputado Lino de Carvalho que sintetiza o comportamento do Executivo.

São os mais recentes desenvolvimentos a comprová-lo, o último dos quais foi o anúncio da companhia suíça de que está a reequacionar a sua estratégia de alianças e participações.

O tema esteve em foco no Parlamento, no período de antes da ordem do dia, faz hoje uma semana, não tendo o Governo sido capaz de garantir se existe de facto um contrato firmado entre o Governo e a Swissair que acautele os interesses da TAP no caso de ruptura da parceria estratégica.

Os deputados socialistas que intervieram no debate sustentaram que existe legislação internacional que regula os casos de ruptura de contratos, como está iminente entre a TAP e a Swissair, mas não passaram dessa alegação. Perante as sucessivas per-

guntas da oposição, o PS nunca se referiu em concreto a contratos ou cláusulas penais firmadas entre o Governo e os suíços, relegando sempre as respostas para o plano da lei geral, isto é, argumentando que o regime geral que regula os contratos prevê sanções para casos de incumprimento.

O deputado comunista Lino de Carvalho, que duvidou da existência do contrato e da cláusula de penalização - até «porque nunca foi apresentada à Comissão de Inquérito ao negócio TAP/Swissair», disse - exigiu mesmo que o Governo apresente ao Parlamento o (alegado) contrato.

Criticando duramente a opção do Governo de escolher como parceiro estratégico da TAP a Swissair, o parlamentar do PCP exigiu mesmo

de Jorge Coelho que suspenda desde já o processo de privatização e reabra negociações para alianças estratégicas.

Mais: exigiu ao Governo, em particular ao ministro do Equipamento e ao Primeiro-Ministro, que «prestem contas ao País e apresentem soluções alternativas, sólidas e credíveis, que viabilizem o futuro da TAP, o emprego dos seus trabalhadores e o interesse nacional».

Comentada por Lino de Carvalho fora momentos antes a afirmação de Jorge Coelho em que este vem implicitamente reconhecer o erro da estratégia seguida pelo Governo. «Como ainda há pouco tempo o mesmo ministro afirmava exactamente o contrário e criticava o PCP, registamos a sua mudança de posição, mas esperamos que, de facto, não seja mais uma declaração vazia de conteúdo para procurar silenciar ou atenuar as críticas à actuação cega do Governo e das administrações da TAP», afirmou o deputado comunista, que não deixou passar em claro o facto de o PCP desde há muito ter alertado para os erros cometidos nesta matéria pelo Governo.

É tempo de o Governo parar com a corrida para o precipício em que envolveu a TAP



Exige-se do Governo que apresente soluções alternativas credíveis para o futuro da TAP

Bloqueio à negociação colectiva PCP quer ouvir o ministro do Trabalho

O Grupo Parlamentar do PCP requereu com «carácter de urgência» a presença do ministro do Trabalho e Solidariedade na Assembleia da República para prestar esclarecimentos sobre o «bloqueio da negociação colectiva».

Em carta dirigida ao presidente da comissão parlamen-

tar de trabalho, solidariedade e segurança social, subscrita pelos deputados Odete Santos e Vicente Merendas, a iniciativa é justificada pela atitude assumida por «entidades patronais de vários sectores» de bloqueio à negociação colectiva.

Inaceitável, para a bancada comunista, é igualmente o

facto de o Governo não estar a recorrer aos instrumentos legais e normais estabelecidos por lei, por forma a fazer cumprir o direito de contratação colectiva.

Para além de Ferro Rodrigues, os parlamentares comunistas querem que sejam ouvidos no decorrer da audição as confederações sindicais.

Organização tributária

Reforma fiscal dá um novo passo

Reforçar os direitos dos contribuintes e melhorar a eficiência do combate à evasão e fraude fiscais, em síntese, o sentido de uma proposta de lei do Governo de reforma tributária que o Parlamento debateu e aprovou na passada semana.

Depois da reforma dos impostos sobre o rendimento - encarado como o primeiro e decisivo passo da reforma fiscal -, com a aprovação deste diploma cumpre-se uma nova etapa no sentido de uma maior equidade do sistema fiscal. Às críticas oriundas do PSD e do CDS/PP, que cerraram fileiras contra a natureza das medidas propostas, contrapôs-se a avaliação positiva feita por PCP e BE, que não deixaram de saudar o diploma.

Foi assim nítida a clivagem entre esquerda e direita que emergiu no decurso do debate. O que bem se compreende se atendermos a que, por exemplo, no plano do regime

Novas medidas apertam o cerco à evasão e fraude fiscais

sancionatório previsto no diploma - condição necessária para dotar um sistema fiscal de eficácia prática, como observou Octávio Teixeira - são adoptadas linhas de orientação no sentido de uma maior justiça.

Realçadas pelo líder parlamentar comunista, a este propósito, são as propostas tendentes à unificação dos elementos essenciais do direito fiscal sancionatório, bem como a inclusão de normas punitivas relativas a crimes contra a Segurança Social e infracções respeitantes aos impostos especiais de consumo.

Outro dos aspectos que levaram a bancada comunista

a acolher favoravelmente o diploma reporta-se às medidas nele contidas com vista ao reforço das garantias dos contribuintes. Este é também, segundo Octávio Teixeira, «um instrumento essencial para o estabelecimento de uma relação de confiança» entre os contribuintes e a administração fiscal. Trata-se, por outras palavras, de «contrariar e combater a "cultura" antifisco» prevalente na nossa sociedade, o que só se consegue se forem incrementadas medidas, como prevê o diploma, que sejam capazes de ir ao encontro dos «direitos de reclamação e de impugnação, bem como à fixação de prazos e regras mais consentâneas com a aceleração de respostas e decisões devidas pela administração fiscal aos contribuintes».

Apesar das considerações positivas por si feitas, Octávio Teixeira deixou claro que se na comissão houver alterações de fundo mudará o sen-



As garantias aos contribuintes são uma condição para o estabelecimento de uma relação de confiança entre aqueles e a administração fiscal

tido de voto da sua bancada. Na base do aviso está sobretudo a redacção de dois artigos (7.º e 8.º) do novo regime geral das infracções tributárias. Em causa, concretamente, a referência em vários normativos a «pessoas colectivas e entidades equiparadas», expressão que não sabe se tem exactamente o mesmo alcance que uma outra - tam-

bém constante do diploma e sem dúvida mais clara -, em que se diz «pessoas colectivas, sociedades, ainda que irregularmente constituídas, e outras entidades fiscalmente equiparadas». Por saber está se se trata de «meras deficiências na necessária uniformização da redacção» ou se, pelo contrário, estão indicadas orientações que o

PCP considera negativas. Além de estipular prazos para as decisões da administração e tribunais, a proposta do Governo contempla medidas para a simplificação do processo tributário e aumenta as penas para os crimes fiscais de maior gravidade, passando a haver a fraude qualificada (por exemplo, para falsificação de documentos).

Insegurança e violência nas escolas

As respostas têm de ser globais

O problema da insegurança e da violência em meio escolar voltou a ocupar a agenda parlamentar. No centro do debate um projecto de resolução do PSD propondo medidas de combate a este fenómeno que vem gerando crescentes preocupações entre os vários intervenientes do processo educativo.

No entender dos autores do projecto de resolução, que hoje deverá ser votado favoravelmente, o Ministério da Educação deve criar um programa integrado de combate à violência em meio escolar a desenvolver em articulação com os ministérios da Justiça, da Administração Interna, da Cultura, da Saúde, da Solidariedade Social e da Juventude e Desportos.

A criação, na dependência do Instituto de Inovação Educacional, de um «Observatório sobre Violência Escolar» e a concepção e adopção de módulos de formação sobre a indisciplina e violência nos cursos de formação inicial e contínua de professores, constituem outras medidas

preconizadas no texto, onde se defende, por outro lado, o reforço da capacidade de intervenção dos estabelecimentos de ensino mediante o aumento e acréscimo de qualificação de equipas especializadas de apoio sociopedagógico assim como a elaboração de um «Guia sobre as medidas contra a violência nas escolas» para divulgação na comunidade educativa.

Espelho da sociedade

Lúsa Mesquita, falando em nome da bancada comunista, lembrou que todas as expressões de violência desenvolvidas no ambiente escolar reproduzem no fim de contas a própria violência existente no seio da sociedade. «Um acto de agressão na escola, um comportamento desviante é sempre sintoma transportado para as escolas e não uma doença adquirida», referiu, contestando assim a perspectiva dos que, como o CDS/PP, são apologistas da

pura repressão policial como resposta à violência.

Citado pela deputada comunista, momentos antes, fora o relato público de um professor que é em si mesmo um notável documento revelador de como a realidade é bem mais complexa e exige a definição urgente de estratégias que importa incrementar primeiro na sociedade e depois também na escola.

«Os meus alunos são» - observa o referido professor -, «não raras vezes, filhos de toxicod dependentes, alcoólicos ou presidiários. São meninos e meninas que não comem direito, não vestem decente nem habitam em segurança (...) São rapazes e raparigas que a vida tornou adultas, rapazes e raparigas que em crianças foram amarrados com cordas para estarem quietos, queimados com pontas de cigarros para estarem calados ou pura e simplesmente violados. São adolescentes que andam "a-deus-dará" sem o menor respeito pelas normas sociais, no fundo, sem qualquer futuro.»

Governo falha

Um quadro de extrema gravidade a que o Governo, no entender do PCP, não tem sabido dar a resposta adequada. E por isso motivou as críticas de Lúsa Mesquita, que, com fina ironia, admitiu mesmo que para o Executivo até parecer que a violência ou a indisciplina se resolvem com um decreto-lei definindo um «código de conduta» para as crianças e jovens.

A parlamentar do PCP referia-se ao diploma publicado em 1998 sobre a conduta dos alunos e conse-

quente punição. Passado três anos, inevitáveis, entre outras que formulou, ficaram perguntas de Lúsa Mesquita: onde estão as escolas com actividades e medidas de apoio específicas aos alunos, no âmbito da psicologia e orientação vocacional?; onde estão os créditos de horas para professores, educadores e técnicos poderem trabalhar?; onde está o aumento das taxas de sucesso escolar?; onde está a diminuição do abandono escolar e da violência na comunidade educativa?

Para o PCP resulta claro,

pois, que pôr termo à indisciplina e à violência implica percorrer outro caminho. «As medidas de política têm que responder aos problemas sociais, familiares e psicológicos na sociedade e também na escola», afirmou Lúsa Mesquita, antes de enunciar alguns objectivos que, do seu ponto de vista, cumpridos que sejam, não deixarão de se reflectir na escola: «Segurança no emprego, eliminação das manchas de pobreza e outras chagas sociais, protecção dos mais desfavorecidos, combate às discriminações, defesa da saúde e da educação públicas.»

Por proposta de Lino de Carvalho Conselho da Europa diz não às armas com urânio

A Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa aprovou um texto sobre as consequências da guerra na Jugoslávia para o meio ambiente no sudeste da Europa em que manifesta a sua preocupação pela gravidade das consequências ecológicas das operações militares levadas a cabo naquele país na Primavera do ano passado, como o comprovam, entre outros, documentos da ONU.

Reconhecido no texto é o facto de todos os países do sudeste europeu terem sido afectados pela difusão de poluentes na atmosfera, nos cursos de água e no subsolo, como é o caso da Albânia, da Bulgária, da Grécia, da Hungria, da Roménia, da Macedónia e da Ucrânia.

Em resultado de uma proposta apresentada pelo deputado comunista Lino de Carvalho e do Grupo de Esquerda onde se integra o PCP, o texto final aprovado contempla ainda uma recomendação no sentido da proibição do fabrico, ensaios, utilização e venda de armas contendo urânio empobrecido e plutónio.

Ainda de acordo com as alterações propostas por Lino de Carvalho que foram acolhidas no documento aprovado, a Assembleia Parlamentar exige da NATO e da ONU um programa de vigilância médica das populações civis nos Balcãs, dos soldados que têm participado nas operações, dos membros das organizações humanitárias, assim

como dos jornalistas que têm trabalhado no terreno.

Depois de considerar que as munições utilizadas nos Balcãs configuram «verdadeiras armas de guerra química, proibidas pela Convenção de Genebra, cujas reais consequências só serão conhecidas daqui a alguns anos», o deputado do PCP, intervindo no debate, afirmou estar-se perante a «confirmação da natureza de uma guerra criminosa lançada pela NATO contra os povos dos Balcãs para dar cobertura à sua expansão para Leste».

E estando-se perante «verdadeiros crimes de guerra contra a Humanidade», exigiu, os seus «responsáveis devem ser criticados e julgados».



A violência na escola é em larga medida o próprio espelho de sociedade

As populações das bacias do Mondego e do Tejo foram particularmente atingidas pela tempestade

As marcas de um país devastado

Lentamente, as águas começaram a baixar. Uma melhoria das condições meteorológicas abre laivos de esperança a populações profundamente afectadas. Mas o que fica, desde já, são as marcas de um país devastado.

Há várias mortes a lamentar. Centenas de famílias desalojadas. Povoações quase submersas e/ou isoladas. Estradas e vias férreas cortadas. Culturas irremediavelmente perdidas. Diques que ruíram. Regiões sujeitas a cortes de água e electricidade. Um sem-número de árvores arrancadas. Por todo o lado, um mar de lama. Um país devastado por chuvas de que quase não há memória.

Para além da marca das intempéries, há naturalmente a marca das muitas debilidades de que enferma a realidade social do nosso país. Ou das opções inadequadas. E impõem-se respostas prontas à dimensão dos problemas que as intempéries provocaram e/ou revelaram.

Seis localidades isoladas em Santarém, diversos troços de estradas cortadas nos distritos de Aveiro, Coimbra, Santarém, Vila Real e Viseu e quatro linhas ferroviárias afectadas, era o balanço sucinto da Protecção Civil, na sequência das tempestades do passado fim-de-semana.

A situação mais crítica

registou-se na bacia do Mondego, devido ao rebenatamento de vários diques. No distrito de Coimbra foram retiradas de suas casas 400 famílias da localidade de Eiras, que vieram juntar-se às 150 que anteriormente tinham sido forçadas a abandonar Pereira do Campo.

A bacia do Tejo, como é tradicional, foi outra das zonas mais afectadas pelos temporais e, mesmo em fase de desagramento da situação hidrológica, as localidades de Reguengo de Alviela, Caneiras, Porto de Muge, Valada, Reguengo de Valada e Palhota, no distrito de Santarém, mantinham-se isoladas.

Em todo o distrito de Vila Real, particularmente nos concelhos da Região Demarcada do Douro, registaram-se múltiplas situações de derrocada, cortes de estrada e inundações.

Particularmente graves foram as situações que ocorreram no lugar da Rapada, freguesia de Alvações do Corgo, concelho de Santa Marta de Penaguião, e no lugar de Ariz, freguesia de Godim, concelho de Peso da Régua.

No primeiro caso, uma grande derrocada de pedras e lama soterrou parte de uma habitação, vitimando uma mulher e duas crianças.

Em Ariz, uma torrente de lama destruiu três habitações e danificou outras. Os bombeiros conseguiram salvar sete pessoas dos escombros e uma senhora de 72 anos faleceu soterrada.

Em Lares, Figueira da Foz, viveram-se horas de angústia face à ameaça das águas libertadas pelo rebenatamento de um dique em Ereira. «Depois de três cheias, os diques do rio já tinham várias micro-rupturas e não conseguiram aguentar as águas mais uma vez. Estavam fragilizados», explicou um responsável pela protecção civil.

Em hora de balanço

Em hora de balanço, são múltiplas as vozes reclamando uma ajuda adequada aos danos. Das estradas cortadas, às oficinas e lojas alagadas. Das famílias que ficaram sem casa, despojadas de haveres, às culturas perdidas.

Vozes ainda que põem em causa orientações e políticas, de que os erros e debilidades sobressaem particularmente em momentos críticos como este.

Em Coimbra, o PCP acusou o Estado de, a par do mau tempo, ser responsável pela devastação que ocorreu

na região, por não ter concluído a tempo as obras no rio.

Também em Coimbra, a Associação Distrital dos Agricultores considerou que as cheias no baixo Mondego «trouxeram à tona» os erros cometidos na Obra de Fomento Hidro-Agrícola, que rondou os 100 milhões de contos.

A Comissão Concelhia de Montemor-o-Velho do PCP exigiu o apuramento de responsabilidades relativas à realização da Obra do Baixo Mondego, «pois está definitivamente posta em causa a validade deste projecto» e lamentou «a descoordenação entre as entidades responsáveis da Protecção Civil e da Câmara Municipal».

Por parte dos agricultores, são muitas as preocupações e as críticas.

O temporal ameaça reduzir a produção de cereais de forma significativa. Por razões diversas, a produção de batata e de frutas e hortícolas, está também afectada. No Douro, os socalcos não resistiram à tempestade. As enxurradas afectaram sobretudo os terrenos com maior inclinação, em particular as vinhas mais recentes, cujas terras não estavam ainda bem consolidadas.

A Associação da Lavoura do Distrito de Aveiro (ALDA) lembra que os temporais causaram grandes prejuízos em diferentes áreas. Em causa estão, por exemplo, as estufas destruídas. Ou a necessidade de retirar o gado dos campos, construir estábulos provisórios e investir em forragens. Os terrenos e caminhos agrícolas danificados pelas cheias.

No domínio da agricultura - como noutros - ressalta a interligação entre a dimensão dos estragos provocados pelas tempestades e as polí-



As inundações afectaram em particular as bacias do Tejo e do Mondego

ticas implementadas nas várias áreas.

Em comunicado de imprensa em que sublinha os grandes prejuízos causados pelos temporais na agricultura, a ALDA lembra também os aumentos dos preços de combustíveis e dos factores de produção, a dramática situação de pequenos e médios agricultores que continuam à espe-

ra de resposta para as taxas de Segurança Social, a retirada de apoios à substituição de máquinas e equipamentos. E reclama «o levantamento de todos os prejuízos e medidas urgentes para a resolução dos problemas graves com que a agricultura da região se debate».

Uma exigência igualmente válida para outras áreas e para outras regiões do País.

PCP solidário

Em nota da Comissão Política sobre as consequências dos temporais, o PCP manifesta «a sua profunda solidariedade com as populações duramente atingidas pelos temporais e inundações dos últimos dias».

Neste quadro, o PCP apela aos seus militantes «para que prossigam com a sua generosa atitude de participação na ajuda e solidariedade às populações» e pronuncia-se pela «rápida adopção e concretização de medidas de emergência de apoio às populações, às actividades económicas afectadas e aos respectivos trabalhadores».

O PCP chama ainda a atenção para que, para além das medidas imediatas, se coloquem «necessidades de reconstrução de estradas, pontes e outros equipamentos públicos que a maior parte

das autarquias locais não terá recursos para suportar», pelo que se impõe, «na base de critérios de solidariedade social, que o Governo para tanto mobilize apoios financeiros de carácter excepcional».

Eurodeputados propõem iniciativa

Os deputados do PCP no Parlamento Europeu dirigiram à Comissão Europeia (CE) uma pergunta escrita de carácter prioritário, com o objectivo de saber «quais as medidas de urgência que a CE considera tomar, em cooperação com o governo português e as autoridades locais», para ajudar a combater os efeitos do mau tempo no nosso país.

Na questão apresentada, os

deputados comunistas referem a dramática situação que se tem vivido em Portugal e que originou «a perda de vidas humanas, um número considerável de famílias desalojadas, populações isoladas, para além de consideráveis consequências para a actividade económica em geral».

Os eurodeputados alertam para a grande destruição de infra-estruturas e fortes prejuízos a nível dos diversos sectores económicos, «podendo apontar-se desde já, para prejuízos na ordem dos milhões de contos».

Face a esta situação, os deputados comunistas propõem o agendamento de uma resolução de urgência para a próxima sessão plenária do PE, que terá lugar em Estrasburgo, França, de 12 a 15 de Fevereiro.

Movimentos de Paz vão reunir em Lisboa

O Conselho Português para a Paz e Cooperação - CPPC anunciou, na passada sexta-feira, que se vai realizar, em Lisboa, no próximo mês de Março, uma reunião de coordenação dos Movimentos de Paz da Europa.

O anúncio foi feito durante um jantar de paz e solidariedade, que teve lugar na «Tasca do Careca», e que contou com a presença de dezenas de participantes.

O CPPC foi eleito coordenador da Europa, na última Assembleia do Conselho Mundial da Paz - CMP, realizado em Atenas, no ano passado. Esta responsabilidade

acumula-se à de participante do Secretariado Executivo do CMP, lugar que já ocupa há vários anos.

A agressão à Jugoslávia, com a utilização de munições radioactivas, a intenção de criação de um «exército europeu», o alargamento da NATO, serão questões a ser tratadas naquela reunião europeia.

Domingos Lopes, vice-presidente do CPPC, apelou à necessária participação dos intelectuais, nomeadamente médicos, cientistas, investigadores, na luta contra a utilização de armas nucleares.

Comissão de utentes exige melhor saúde

A Comissão de Utentes do Centro de Saúde da Pontinha exige, em comunicado de imprensa, que a entrega de cartões de utente seja feita «de forma responsável e organizada» e protesta contra o comportamento assumido pela Direcção deste Centro de Saúde.

No comunicado, a Comissão de Utentes denuncia a marcação, para um sábado, «da entrega dos cartões de utentes requeridos há mais de três anos». Um abuso a que outros se seguiram: a recusa da entrega de mais senhas para atendimento, ainda antes da hora do almoço; o facto de muitos cartões não estarem

ainda prontos; a recusa em receber a Comissão de Utentes e em facultar aos interessados o livro de reclamações.

Por fim, a directora do Centro de Saúde chamou mesmo a polícia. E foi «só através dos agentes» que se conseguiu, finalmente, «reclamar no livro como é direito de todos nós».

A Comissão de Utentes denuncia ainda que não tem havido, por parte dos actuais responsáveis, capacidade reivindicativa para que o Centro seja dotado «dos meios necessários ao seu melhor funcionamento».



Os direitos das mulheres são uma preocupação fundamental do MDM

MDM reúne Conselho Nacional Duas campanhas em marcha

O Conselho Nacional do MDM, reunido sábado passado, decidiu o lançamento de duas campanhas nacionais, em defesa dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e pela afirmação do MDM no novo milénio.

A campanha em defesa dos direitos sexuais e reprodutivos será lançada a 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, e decorrerá até 7 de Abril, Dia Mundial da Saúde.

O seu objectivo é contribuir para uma maior informação e debate com as mulheres sobre estes direitos

e dar novos passos no sentido do seu reforço.

No âmbito desta campanha será elaborado um *dossier* que levantará diversas questões. Quem é que deve intervir na defesa daqueles direitos, quais são as áreas por legislar, como funciona a pílula do dia seguinte, são alguns dos temas a abordar no *dossier*, adiantou Rosa Xisto, do Secretariado Nacional do movimento, em declarações à *Lusa*.

O MDM pretende ainda, no âmbito desta iniciativa, realizar uma série de debates, onde se abordarão questões como a manipulação genética de embriões.

A segunda campanha visa

alargar a rede de núcleos do MDM e reforçar os apoios de mulheres aos seus objectivos de acção.

O movimento continua ainda a apostar nos Centros Mulheres em Movimento

O movimento continua ainda a apostar no funcionamento dos Centros Mulheres em Movimento, projecto lançado em 1996 e que actualmente

conta com onze centros a funcionar na cidade de Lisboa, envolvendo cerca de 250 mulheres. Segundo Rosa Xisto, as câmaras municipais de Moura, Seixal e Loures já mostraram interesse em conhecer melhor o projecto, que tem como âmbito de acção a dinamização da prática desportiva e a ocupação dos tempos livres das mulheres.

O Conselho Nacional decidiu também «desenvolver esforços junto dos Partidos políticos com vista a um efectivo reforço da participação feminina nas listas às eleições autárquicas e nos futuros órgãos a eleger».

Sobre a situação nos Balcãs e a utilização de munições

com urânio empobrecido e plutónio, o Conselho Nacional do MDM aprovou uma moção, que será enviada para os órgãos do poder político.

Situação nos Balcãs

A utilização de munições com urânio empobrecido e plutónio «vem evidenciar a falsidade e hipocrisia dos argumentos da NATO para ocupar o Kosovo», denuncia o MDM, na Moção aprovada sobre a situação nos Balcãs.

O movimento sublinha que «é a população do Kosovo, homens, mulheres e crianças inocentes (a quem a NATO dizia querer proteger) que é a principal vítima dos bombardeamentos sofrendo directamente os seus efeitos destrutivos e radioactivos».

Neste quadro, o Conselho Nacional do MDM exige a saída imediata dos militares portugueses e de todas as forças da NATO dos Balcãs

O movimento exige ainda o fim da utilização de todas as armas e munições nucleares, o fim da corrida aos armamentos e a implementação de uma «política de paz e solidariedade entre os povos, de uma política efectiva de desenvolvimento económico e bem-estar social».

Fenprof protesta

O Ministério da Educação (ME) «desvirtuou completamente os objectivos» das provas aferidas, denunciou a Federação Nacional dos Professores – Fenprof, em conferência de imprensa realizada a semana passada.

A Fenprof considera as provas aferidas «como um instrumento técnico útil de recolha de informação necessária à tomada de medidas correctoras de eventuais disfuncionamentos do sistema educativo», afirmou-se em comunicado de imprensa.

Um objectivo entretanto desvirtuado, na medida em que lhes é dado «mais o carácter de provas globais, a

realizar anualmente, do que de provas aferidas a realizar periodicamente e por amostragem».

Esta lógica gerou reacções particularmente negativas. O acto educativo «passa a ter como foco de orientação as matrizes daquelas provas». Começou-se mesmo a preparar manuais dedicados a «orientar a actividade do professor exclusivamente para a obtenção de sucesso nas referidas provas». E, por último, o efeito mais perverso – a possibilidade de elaboração de «uma graduação ou *ranking* de escolas a nível do país, conforme a sua maior ou menor eficiência face ao resultado das provas».

Por tudo isto, a Fenprof denuncia «a opção do ME de transformar provas aferidas em provas globais anuais», a ausência de «medidas de correcção a introduzir no sistema, por parte do ME, em função dos resultados das provas aferidas», o que configura uma atitude de desresponsabilização.

Por último, a Fenprof opõe-se à publicação de listas graduadas de escolas e propõe que sejam privilegiadas as organizações com as organizações sindicais dos professores e outros parceiros educativos, «no sentido de encontrar as medidas necessárias à melhoria do sistema».

Votos e influência política

• Sérgio Ribeiro

O desfasamento entre as votações no PCP e a sua real influência deveria ser uma questão maior de reflexão (na) política.

Penso, evidentemente, em quem pensa a política como uma actividade séria e não como uma mera traficância de influências com base nos resultados eleitorais. E se considero essa reflexão inerente à nossa condição de comunistas, de membros do PCP, não é ela exclusivo nosso e alguns dos nossos adversários políticos a praticarão. Honra lhes seja, até por tão raros serem...

Sendo o voto (e a abstenção) um sintoma da «saúde da democracia», não se pode esquecer que vivemos numa «democracia em capitalismo», o que leva a que a ideologia dominante procure fazer desse acto – de escolha de representantes das populações a diversos níveis do ordenamento do

Importante, insubstituível mas de modo nenhum única. Nos outros partidos (em J. Génereux, iguais a firmas que agrupam «homens políticos» que actuam no mercado, pelo lado da oferta, com medidas públicas se estão no poder ou com programas-promessas se estão à margem dele e querendo a ele aceder...), os seus «resultados de exercício» são a percentagem de votos. No PCP, esta é um elemento muito importante para conhecimento da situação política – no eleitorado e em nós – mas, com esse elemento, muito mais temos para fazer além de procurar melhorar essa expressão eleitoral. Quando nos definimos como partido de classe, essa opção intrínseca exige que vejamos a luta política de um outro modo. Revolucionário.

O exemplo de Santarém

Nas presidenciais, a nossa expressão eleitoral no distrito de Santarém só ligeiramente diferiu da nacional. Como é habitual, aliás. O camarada Abreu teve uma votação percentualmente um pouco acima da nacional, e a abstenção foi ponto e meio mais baixa. Quer isto dizer que o panorama político distrital reproduz o nacional? Talvez eleitoralmente mas está longe de o fazer politicamente. A nível nacional e distrital, seria grave se nos limitássemos à análise das médias. No distrito, oscilou-se entre 27,5% em Alpiarça e pouco mais de 1% em Ferreira do Zêzere e Ourém. O que, como compreenderá quem me conhece a origem, me obriga a mais aturada reflexão...

Na verdade, no distrito encontro situações em que o afastamento entre os resultados eleitorais e a influência política

é enorme e, por isso, ilustrativo do nosso modo de estar na política. Em ano autárquico, isto torna-se mais evidente. E pergunto-me se alguns dos problemas que temos, ou que prevemos ir ter, não resultarão de, em certas alturas, se ter procurado, através da escolha de candidatos, forçar resultados eleitorais que se aproximassem da nossa real influência? Acresce que esses resultados, até mesmo a conquista de algumas câmaras, tendo sido bons eleitoralmente, só teriam sido um ganho de influência política se tivesse sido feita a «ponte» entre o que não é separável na nossa actividade. Quando não o conseguimos, pode acontecer que um bom resultado eleitoral tenha, a prazo, efeito negativo na nossa influência política.

Mas a luta política em que estamos, como militantes e como colectivo, é isto mesmo: uma procura constante de caminhos, uma permanente correcção de atalhos, sem nunca perder o rumo, o que nos faz ser o que somos, estar onde estamos, lutar contra o que lutamos, lutar pelo que lutamos.



Estado – mais um acto mercantil. Para essa ideologia, tudo deve passar pelo mercado (!) e nada que não se formate nos dois ou três conceitos da «rica» e «diversificada» panóplia conceptual dessa ideologia (produtividade, competitividade) não vale, não tem valor... mercantil!

Avaliar a abstenção fora deste quadro é aceitar tal ideologia por omissão, é discutir o sexo dos anjos, como se anjos houvesse e sexo eles tivessem.

Temos de lutar contra a abstenção? Claro que sim. Porque é nosso dever lutar pela democracia representativa e contrariar o império da exploração e do lucro que tudo pretende subjugar. Até o acto do cidadão escolher os seus representantes.

Votos e luta política

Se a luta política, para alguns, se esgota na conquista de votos para ter poder político, no nosso Partido a luta política é muito mais que isso e, mais, o acesso a lugares institucionais nunca será um fim mas um meio para reforçar a democracia representativa e contrariar o domínio exclusivo do capital nas instâncias do poder político e, além disso, ser veículo para estimular a democracia participativa e a luta de massas.

A nossa expressão eleitoral reflecte, pois, uma faceta da actividade política.

(!) São significativos trechos de um livro que me serve de bibliografia para as aulas: *Introdução à Política Económica*, de Jacques Génereux, em 5.2. A lógica da acção política - 5.2.1. O mercado político a) a oferta política; b) a procura política; c) o equilíbrio do mercado político.

• Miguel Inácio
Texto
• Sérgio Morais
Fotos

«Militares nos Balcãs, não»

Os crimes cometidos pelos governantes e comandos militares contra a humanidade não podem ficar impunes; como tal, devem ser julgados. Esta a principal mensagem do protesto promovido pelo PCP em São Bento, junto à residência oficial do primeiro-ministro, na passada quinta-feira.

No dia em que a polémica em torno das munições com o urânio empobrecido voltou a incendiar as relações políticas portuguesas entre o Presidente da República e o ministro da Defesa, cerca de 1500 pessoas responderam ao apelo do PCP e concentraram-se junto à residência do primeiro-ministro.

A acção em São Bento foi convocada para protestar contra a ida de soldados portugueses para os Balcãs, num momento em que na opinião pública ganhou grande relevância a questão da morte e doença de militares portugueses que estiveram no Kosovo. O PCP lançou também um abaixo-assinado a ser subscrito pelo maior número possível de portugueses, que foi entregue a António Guterres.

A acção foi promovida pelo PCP, na passada quinta-feira, num ambiente de grande indignação popular face ao comportamento do governo português. As palavras de ordem mais proferidas pelos manifestantes foram: «Portugal, fora dos Balcãs», «Paz sim, guerra não» e «urânio não, proibição», enquanto aguardavam que o abaixo-

assinado fosse entregue em mãos. Na iniciativa participaram, entre outras personalidades, o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, Maria Rosa Rabiais, membro da Comissão política do PCP, advertiu que «é necessário pôr termo à sistemática violação da Carta da ONU e do Direito Internacional, como aconteceu na guerra contra a Jugoslávia».

«É necessário pôr termo à nova corrida aos armamentos, proceder ao desarmamento nomeadamente nuclear, e utilizar os imensos recursos assim disponibilizados para a abolição da Dívida Externa e ajuda solidária e desinteressada ao Terceiro Mundo», sublinhou Rosa Rabiais.

A soberania nacional e a própria democracia de países como Portugal está a ser atingida por políticas que nada tem a ver com os interesses dos trabalhadores e dos povos, que nada tem a ver com propósitos humanitários, que transportam graves perigos para a paz e a segurança na Europa e no mundo — referiu ainda a dirigente comunista, lembrando que,

se os mandatários da guerra são os Estados Unidos, os seus principais cúmplices são as potências europeias. Os dirigentes da União Europeia não podem por isso fugir das responsabilidades que lhe competem. Entretanto, acções públicas de protesto e recolha de assinaturas, realizaram-se um pouco por todo o país.

Dezenas de pessoas na Baixa de Coimbra

Dezenas de pessoas concentraram-se na baixa de Coimbra num protesto organizado pelo PCP contra a participação de militares portugueses nos Balcãs.

Numa banca instalada na Praça Oito de Maio, os transeuntes subscreveram o abaixo-assinado em que é reiterada a posição dos comunistas contrária à «militarização da União Europeia e à corrida aos armamentos».

«Reclamamos a dissolução da estrutura militar agressiva e injustificável da NATO», afirmou Jorge Gouveia Monteiro, numa curta intervenção.

Em nome da Direcção da Organização Regional de Coimbra (DORC) do PCP, o vereador da CDU na Câmara Municipal de Coimbra rejeitou «a lógica de guerra e da NATO, a monstruosidade de gastos com armamento de todo o mundo». O coordenador da União dos Sindicatos de Coimbra, António Moreira, dirigentes de vários sindicatos da região Centro, estudantes e alguns reformados participaram na concentração. «Submarinos não, invistam na educação», lia-se num dístico exibido

por um jovem, enquanto um outro optava por uma «provocação mais radical»: «Guterres para o Kosovo, paz para o povo».

Aveiro contra envio de contingentes

«Estamos aqui a distribuir informação e a recolher assinaturas de apoio a um texto dirigido ao primeiro-ministro contra o envio de mais contingentes de soldados ou polícias portuguesas para os Balcãs e exigir o regresso daqueles que lá estão.» As palavras são de António Salavessa, do Comité Central e da DORAV do PCP, na iniciativa que decorreu junto à Biblioteca Municipal de Aveiro.

O documento serve para também para reclamar do governo uma solidariedade efectiva para com as populações afectadas pelos bombardeamentos da NATO, justificou.

«O PCP, desde sempre, defendeu a não ingerência estrangeira no conflito», lembrou António Salavessa, sublinhando que esta posição não vingou e que Portugal foi envolvido numa intervenção que os comunistas consideram «à margem do direito internacional».

Salavessa mostrou-se confiante no sucesso da campanha e calculou que, em todo o País, deverão ser recolhidas dezenas de milhares de assinaturas. «Penso que, neste caso, há uma opinião pública muito sensível e que partilha da nossa posição», justificou. «Hoje demos uma maior visibilidade, mas a campanha irá continuar nas empresas, nas escolas e nos bairros com uma recolha mais directa junto das populações», concluiu.

Buziões na Marinha Grande

O Movimento Sindical Unitário, a União dos Sindicatos de Leiria marcou para o dia 29 de Janeiro na Marinha Grande um buzirão de protesto, junto do Monumento ao Vidreiro, devido à situação ambiental deixada no Kosovo pelos bombardeamentos com que a Nato decidiu agredir a região dos Balcãs.

A par do regresso imediato dos portugueses que lá se encontram e o não envio de outros, a União dos Sindicatos de Leiria exige que as Forças Armadas Portuguesas abandonem de imediato a posse e a utilização de todo o tipo de armamento radioactivo, nuclear, químico ou bacteriológico, e que este abandono se imponha a nível mundial, como exigem todas as forças democráticas e amantes da paz em todo o mundo.



Pela retirada dos militares portugueses nos Balcãs Sessão pública no Porto

Cerca de uma centena de pessoas participaram na sessão pública promovida pelo PCP, no Porto, pela Retirada dos Militares Portugueses nos Balcãs. No Auditório da Junta de Freguesia de Massarelos, Jorge Cadima, membro da Secção Internacional do PCP, e Nuno Pinhão, físico e cientista no Instituto Tecnológico e Nuclear, participaram num debate em que se discutiu, entre outras questões, a presença dos militares portugueses nos Balcãs, decorrente da guerra desencadeada, no passado ano, contra a Jugoslávia e os problemas de saúde recentemente tornados públicos que afectam as populações locais e os militares ali estacionados.

Por um lado foram denunciadas as consequências que o uso de munições com urânio empobrecido, utilizadas na guerra contra a Jugoslávia, trazem para a saúde de militares e populações, tendo sido tirada a conclusão de que tal problema é apenas a ponta do icebergue de toda uma série de interesses económicos que giram em torno da sinistra indústria nuclear, militar e civil. Na realidade, calcula-se em cerca de 4 a 12 biliões de dólares o custo do tratamento de todos os resíduos de urânio acumulados pelos EUA (cerca de 600.000 toneladas), pelo que se torna aparentemente mais compensador, no plano económico, descarregar todo este refugo em terra alheia. Jornalistas presentes nos Balcãs durante a guerra chegaram a noticiar o facto de que forças norte-americanas teriam seleccionado um parque natural em território jugoslavo, sem qualquer interesse político-militar objectivo, para servir de campo de tiro com o objectivo de enterrar toneladas de material composto de urânio e outras substâncias afins.

NATO mais agressiva

Para mais, o urânio utilizado nestas munições, e em outras componentes de armamento, emite cerca de 60% da

radioactividade do urânio natural e tem uma meia vida de 4500 milhões de anos, sendo que, no momento de impacto de uma munição com urânio empobrecido, cerca de 70% desse urânio é libertado sob a forma de partículas aerosolizadas, que podem ser transportadas pelo vento, ou entrar nos solos, água e na cadeia alimentar, e assim penetrar no organismo por via respiratória ou por ingestão.

Como os efeitos mais directos e graves do uso de armas compostas de urânio se saldaram em problemas de saúde que vão desde os cancros, passando por problemas renais e neurológicos sérios até variado tipo de imunodeficiências, parece justo considerar que a NATO acrescentou à guerra ilegal que desencadeou contra a Jugoslávia uma boa série de armas criminosas com consequências terríveis para as populações e militares a elas expostas.

A crescente agressividade demonstrada pela NATO, com a cumplicidade dos EUA e de vários países da UE, demonstra claramente a intenção do curso progressivamente militarista da própria Aliança Atlântica e da União Europeia, armadas agora também de expressões como «intervenção militar humanitária» ou «bombardeamentos cirúrgicos», definições hipócritas e insanas - às quais ficarão ligadas quer o Presidente da República Portuguesa quer o seu Primeiro-Ministro - próprias de quem pretende fazer vergar o mundo ao sabor de interesses de dominação económica, não importando para tal os rastros de morte, destruição e sofrimento que vão entretanto causando.

Ficou portanto patente, na súplica das intervenções nesta sessão pública, a necessidade de um grande movimento de resistência e contestação à guerra da Jugoslávia, pela defesa da paz, pela defesa dos militares portugueses e das populações dos Balcãs, pela dissolução da NATO e pelo desaparecimento definitivo dos seus propósitos bélicos.

PORTUGAL
FORA DOS BALCANS



Espanha nega direitos a imigrantes

A nova lei de estrangeiros na Espanha, que entrou em vigor na passada semana, está a provocar controvérsia junto aos imigrantes, sobretudo aqueles que não possuem documentação. A nova lei permite ao governo espanhol expulsar, no prazo de 48 horas, todos os trabalhadores que sejam encontrados em situação ilegal. O sentimento entre os imigrantes é de «autêntica paranóia», que temem «a expulsão em massa», segundo informou o porta-voz da Associação dos Imigrantes marroquinos, Mustafa Elmerbet. Segundo dados de organizações não-governamentais estas medidas vão afectar mais de 150 mil imigrantes que se encontram ilegais em Espanha.

Cruz Vermelha em greve na Colômbia

Os 260 funcionários da Cruz Vermelha Colombiana iniciaram na passada semana uma greve, a primeira em 85 anos da organização humanitária neste país. Os funcionários reivindicam aumentos salariais de três por cento acima da inflação, informou a presidente do sindicato dos trabalhadores do organismo, Myriam Triana. O presidente da Cruz Vermelha Colombiana, Alberto Bejarano, disse que as reivindicações do sindicato são exageradas e a organização não tem recursos para atendê-las.

Tchetchénia

Moscovo aprovou na passada semana um programa para a reconstrução da Tchetchénia para o ano 2001 num montante de 14,4 milhões de rubros (514 milhões de dólares), o dobro do ano passado. «A prioridade número um é a reconstrução das habitações destruídas (pelos bombardeamentos). O mais importante é que a população possa deixar as tendas precárias e tornar a viver numa casa», afirmou o chefe do governo tchetcheno, Stanislav Iliassov. Mais de 200 mil tchetchenos foram obrigados a deixar as suas casas para se instalarem noutras regiões da república independentista, e entre 280 a 320 mil ainda se encontram nas repúblicas vizinhas. Iliassov disse ainda que este programa também visa a melhoria da situação do emprego na república, onde a maioria da população está no desemprego.

Depois da euforia da Internet a crise instala-se em força. Os trabalhadores são os primeiros a sofrer as consequências

Despedimentos em massa na rede

Cerca de 13 000 trabalhadores foram despedidos em Janeiro de empresas de Internet nos Estados Unidos. Um aumento de 23 por cento em relação a Dezembro.

Segundo dados divulgados pela Challenger, Gray and Christmas, a empresa que regista o número de despedidos das diferentes empresas norte-americanas, desde Dezembro de 1999 ascenderam a um total de 54 343 as reduções de pessoal em 610 companhias do sector, das quais 108

encerraram no final desse ano, o que representa uma percentagem de 18 por cento.

Os casos de maiores despedimentos começaram por se registar em empresas de Internet que vendiam produtos e serviços através da rede mas, segundo o estudo da Challenger, dados mais recentes revelam que as dificuldades estão agora a atingir fortemente as próprias companhias tecnológicas

que constroem e mantêm a rede, como é o caso das que oferecem serviços e assessorias a outras empresas da rede. Só no mês de Janeiro, neste sector, foram eliminados 2600 postos de trabalho.

Ainda de acordo com o referido estudo, as empresas com menos dificuldades

parecem ser as que utilizam a Internet apenas como complemento da sua actividade.

Esta constatação não impediu no entanto a Disney de anunciar segunda-feira, segundo o diário espanhol *El País*, o encerramento do seu portal Go.com, despedindo 400 pessoas.

Lançado em Dezembro de 1997, o portal terá registado resultados fortemente negativos, que atingiram no últi-

Quanto ao destino dos trabalhadores despedidos, nem uma palavra

Lucent Technologies dispensa dez mil...

A Lucent Technologies, uma das maiores empresas produtoras mundiais de equipamento de telecomunicações, vai despedir cerca de dez mil trabalhadores — o equivalente a oito por cento do número total de empregados —, avançar com a reestruturação orçamental de 1,6 milhão de dólares, e cortar as suas despesas em pelo menos dois mil milhões de dólares.

O presidente da empresa, Henry Schacht, afirmou na passada semana que as mudanças devem «servir como base para trazer a companhia de volta aos trilhos».

A empresa norte-americana reviu as suas estimativas de crescimento por diversas vezes no ano passado, num momento em que era ameaçada por competidores no mercado de redes de fibra óptica, e quando se acentuou a queda das vendas nos equipamentos de rádio.

Esta fase menos positiva da empresa levou à demissão do então presidente da companhia, Richard McGinn, e provocou uma queda de quase 60 por cento das acções da empresa no último ano, segundo informações da agência Reuters.

... e a Warner 2000

A AOL-Time Warner vai despedir mais de dois mil trabalhadores.

Esta medida ocorre menos de uma semana depois da CNN — departamento da AOL-Time Warner —, nascida de uma fusão de 111 mil milhões de dólares no início do ano, ter anunciado que também fechará as suas lojas da Warner Bros.Studio, que emprega cerca de 3800 pessoas.

Os despedimentos fazem parte de uma «política de austeridade» implementada para cumprir a promessa feita aos investidores de que a fusão daria um impulso maior aos lucros das companhias envolvidas.

Uma porta-voz da AOL-Time Warner em Londres não negou que se estejam a efectuar despedimentos, mas recusou-se a fornecer detalhes.

A New Line Warner já despediu cerca de 100 empregados, ou seja, 20 por cento da sua força de trabalho, de acordo com informações vindas a público.

Já a Warner Music, outra divisão da AOL-Time Warner, irá dispensar cerca de 600 trabalhadores — incluindo alguns por reforma antecipada —, cerca de cinco por cento do total dos seus funcionários.

A AOL liquidará agora cerca de 300 empregos na sua sede de Dulles, no estado de Virginia, prevendo-se para breve novos cortes noutras sectores da empresa.



A Internet deixou de ser um milagre?

mo exercício os 317 milhões de dólares.

De acordo com o presidente da Disney, Michael Eisner, em entrevista àquele jornal, «o mundo da publicidade abandonou a Internet», pelo que não vale a pena manter um portal que se transformou apenas num motor de busca.

À custa dos trabalhadores

O recurso aos despedimentos continua a ser o método preferido das empresas para sanear a suas economias. É o caso da Xerox, que anunciou no início da semana a eliminação de 4000 postos de trabalho como forma de fazer face à perda de lucros em 2000.

Segundo a empresa, no ano passado registou uma perda de 384 milhões de dólares, quando em 1999

havia contabilizado 1400 milhões de dólares de lucro.

O recurso ao despedimento não é novo. Já em 1999, a Xerox despediu 10 000 dos seus trabalhadores em todo o mundo, e no início de 2000 anunciou a liquidação de mais 5000 postos de trabalho. Este «plano de reestruturação» deverá conduzir, segundo os responsáveis da empresa, a uma poupança de 1000 milhões de dólares, a que se propõe acrescentar mais 4000 milhões de dólares da venda de activos. Também a Chrysler, filial norte-americana da DaimlerChrysler, vai despedir 26 000 trabalhadores, ou seja, 20 por cento do total da sua mão-de-obra na empresa automobilística de Detroit, um quinto dos trabalhadores nos EUA e Canadá, e encerrar ou parar a produção em seis fábricas noutros países.

Confirmado está já o encerramento definitivo das fábri-

cas de Toluca (México) e de Córdoba (Argentina), onde a «reestruturação» afectará 19 000 trabalhadores das cadeias de produção e 6900 administrativos. Em Campo Largo, Paraná (Brasil), a filial vai parar temporariamente.

Jürgen Schrempp, director executivo da DaimlerChrysler, considera «vital» reduzir custos, pelo que a palavra de ordem passa a ser vender mais com menos meios. Mesmo com as medidas drásticas anunciadas os investidores não ficaram satisfeitos: «O plano é decepcionante, porque não vai mais longe», disse um analista. A opção, segundo fontes da especialidade, deveria ser o encerramento das filiais nos EUA e Canadá, onde estará centrado o problema da superprodução da empresa.

Quanto ao destino dos trabalhadores despedidos, nem uma palavra.

Pinochet acusado da morte de 75 pessoas

O juiz chileno Juan Guzmán Tapia acusou formalmente esta segunda-feira o antigo ditador Augusto Pinochet por responsabilidade na execução sumária de 75 prisioneiros políticos pela unidade militar que ficou conhecida como «Caravana da Morte» em 1973.

O tribunal autorizou também a instauração de um processo contra o ex-ditador por homicídio, sequestro qualificado, inumação ilegal e associação criminosa.

A decisão foi tomada depois do ex-ditador ter sido submetido a exames médicos com o objectivo de apurar o seu estado de saúde mental e neurológico, e de um breve interrogatório levado a cabo pelo juiz no passado dia 23.

Entretanto, Pinochet foi hospitalizado na passada semana no Hospital Militar de Santiago. Os familiares das vítimas desconfiam do súbito «enfarte cerebral» que o ex-ditador chileno terá sofrido quando estava iminente a sua acusação por violações de direitos humanos.

A vice-presidente do grupo de Familiares de Detidos Desaparecidos (AFDD), Mireya García, afirmou que o inesperado internamen-

to de Pinochet num centro de assistência «tem a ver com a revelação, perante a opinião pública, o país e o mundo inteiro, da verdade dos acontecimentos e que o apontam como o principal culpado pelo que se passou no país».

A secretária-geral do Partido Comunista chileno, Gladys Marín, manifestou também a sua estranheza por esta doença súbita, que atribuiu, em parte, às declarações proferidas na passada semana pelo general na reforma Joaquín Lagos Osorio, chefe da divisão do exército em 1973 na zona onde ocorreram a maioria dos crimes da «Caravana da Morte».

O general Lagos foi o primeiro a denunciar as atrocidades cometidas por esta unidade militar e o único que entregou os corpos das vítimas às respectivas famílias, e responsabilizou directamente Pinochet e o seu «encarregado especial», o general Sergio Arellano Stark, por estes actos.

Por outro lado, o presidente do Partido Socialista, o senador Ricardo Núñez, acrescentou que as revelações do general Lagos e as provas recolhidas pelo juiz Juan Guzmán, «são tão contundentes que dificilmente Pinochet poderá escapar à acção da justiça».

Revolta no Equador

Greve geral a 7 de Fevereiro

Milhares de indígenas chegam a Quito para exigir a revogação do aumento de preços dos combustíveis. Para 7 de Fevereiro está marcada uma greve geral.

O levantamento indígena e camponês com o objectivo de «tomar Quito», a capital do Equador, em protesto contra as recentes medidas económicas que ditaram o aumento generalizado do preço dos combustíveis, ameaça transformar-se num novo braço de ferro entre a população e o governo, de consequências imprevisíveis.

O primeiro confronto ocorreu na noite de sábado, quando a polícia desalojou mais de meia centena de indígenas autorizados a pernoitar na Casa da Cultura Equatoriana (CCE).

«Encontrávamo-nos na Agora da CCE e fomos encerrados por 200 polícias, mas saímos pacificamente para demonstrar que não viemos provocar violência, mas sim lutar de forma pacífica em

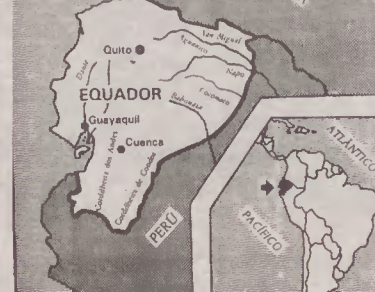
O povo já não suporta a fome e a pobreza em que vive o país

benefício de todos», afirmou o presidente da Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (CONAIE), Antonio Vargas, citado pelo jornal «La Hora».

Por seu lado, Marco Murillo, presidente da Federação de Povos e Organizações Indígenas Evangélicas do Equador (FEINE), responsabilizou directamente os ministros da Defesa e do governo pela repressão. «Os

indígenas não são responsáveis pelas crises nem implantaram o caos no país», afirmou, sublinhando o carácter pacífico dos que foram a Quito «exigir que se cumpram os pedidos para baixar os preços dos combustíveis e dos transportes».

Murillo, que apelou aos estudantes, trabalhadores, professores e outros sectores



Os indígenas do Equador estão a convergir para a capital, Quito, numa acção de protesto contra os novos aumentos de bens essenciais

situação de pobreza em que vive o país», disse Murillo.

Por uma vida digna

sociais para que se juntem à «justa causa» pela revogação das medidas económicas, denunciou ainda as tentativas dos serviços secretos militares para intimidar a população. «Colocaram cães mortos ensanguentados com cartazes dizendo que esse será o destino dos indígenas», afirmou, garantindo que longe de se sentirem intimidados os indígenas continuarão agora mais do que nunca a sua luta até às últimas consequências.

«Se é para dar a vida, fá-lo-emos em benefício das crianças subnutridas e do povo que não suporta a fome e a

A firme disposição de luta dos indígenas, que se estão a concentrar nos arredores da capital à espera de «tomar Quito», é confirmada pelas diferentes organizações que promovem o protesto. Segundo Pedro de la Cruz, presidente da Federação Equatoriana de Organizações Indígenas, Camponesas e Negras (FENOCIN), admite-se que as acções possam assumir várias formas, desde a greve de fome, de braços caídos e marchas pacíficas.

«As armas não estão incluídas nestas lutas, que

decorrerão de forma pacífica», assegura De la Cruz, salientando que se o governo recorrer à violência a culpa não será das populações «vítimas desses atropelos».

«O indígena e o camponês sempre foram pacíficos, mas nestas condições vamos morrer de fome (...), não queremos morrer assim, preferimos morrer lutando», diz.

Segundo De la Cruz, «os indígenas decidiram levar a cabo este novo levantamento para conseguir um melhor nível de vida», porque o governo e as Forças Armadas violam «a Constituição Política do Estado e os direitos humanos ao manterem o povo mergulhado na pobreza e pela falta de condições para que os camponeses tenham uma vida digna».

Luta sem tréguas

As principais organizações indígenas estão apostadas em não dar tréguas ao governo e a rejeitar qualquer tentativa de divisão do seu movimento. Nesse sentido, no início desta semana, e enquanto prosseguem as mobilizações para a greve geral de 7 de Fevereiro, decidiram não negociar em separado com o executivo de Quito.

De acordo com os dirigentes do protesto, seja o que for que possa vir a ser acordado deverá sê-lo no âmbito de um acordo global. Para as negociações foi criado um Comité Indígena, integrado por Antonio Vargas, da Conaie; Mario Murillo, da Feine; Jorge Llor, do Seguro Campesino; Pedro de la Cruz, da

Fenocin, e José Agualzaca, da Fei. De acordo com a imprensa equatoriana, o movimento decidiu ainda prosseguir as jornadas de luta, apesar da repressão que poderá ocorrer a qualquer momento, e procurar compromissos com as autoridades locais.

Segundo declarações de Antonio Vargas, no início da semana, os protestos contra as medidas económicas vão prosseguir e aumentar até ao próximo dia 7, culminando numa marcha nacional. Apesar de considerarem que o governo «assumiu uma atitude ditatorial», os movimentos indígenas não colocam como objectivo da sua luta o derrube do governo.

Jornada de luta em França

Os trabalhadores dos transportes públicos entraram em greve na passada sexta-feira na maioria das cidades francesas, em solidariedade com a «jornada de mobilização e luta» em defesa da reforma aos 60 anos.

A jornada foi uma resposta às pretensões da Mefed, federação do patronato, que pretende que as empresas cessem de pagar fundos especiais de aposentação para profissionais entre os 60 e 65 anos de idade.

De acordo com as rádios francesas, as populações de mais de 40 cidades estiveram sem transportes públicos, registando-se uma adesão de quase cem por cento em Lyon, Marselha, Toulouse, Rennes e Montpellier.

O tráfico de comboios das principais linhas e a TGV estiveram também paralisados durante todo o dia, segundo a Sociedade Nacional dos Caminhos-de-Ferro.

Entretanto, os sindicatos convocaram manifestações em todo o país. Na capital, os lí-

deres das principais organizações sindicais - CGT, CFDT, FO, CFE-CCG e CFTC - marcharam durante a tarde percorrendo as ruas de Paris.

Apesar de apenas o sector privado poder vir a ser atingido, os sindicatos do sector público quiseram aderir ao protesto num gesto de solidariedade. «Do nosso ponto de vista não há razão económica ou social para o país decidir o fim das reformas aos 60 anos», afirmou Bernard Thibaut, dirigente do sindicato da CGT.

27 mortos na Tanzânia

Manifestantes da oposição envolveram-se esta semana em confrontos com a polícia nas ilhas de Zanzibar. Um médico, citado pela Reuters, afirmou que pelo menos 16 pessoas morreram em Pemba e alguns habitantes da ilha anunciaram que o exército tanzaniano tomou controlo da ilha.

A polícia afirmou que onze pessoas, incluindo três membros das forças de segurança, em Unguja. Os confrontos começaram depois da oposição Frente Cívica Unida ter apelado às manifestações exigindo novas eleições no país. O Governo declarou que os protestos eram ilegais e deteve o líder do partido, Ibrahim Lipumba. O número de mortos ascende já às 27 vítimas.

Diálogo no México

O Presidente mexicano, Vicente Fox, afirmou esta semana, em Milão, que espera alcançar um acordo de paz já no próximo mês com os rebeldes zapatistas, na sequência de negociações que estão a decorrer entre as duas partes.

«Penso que o México e as comunidades indígenas necessitam urgentemente de chegar a um acordo de paz», disse Fox, citado pela Reuters.

O subcomandante Marcos lidera um grupo de 24 delegados do Exército Nacional Zapatista de Libertação Armada (EZLN) que irão percorrer onze estados mexicanos fazendo consultas a juristas para a elaboração de um documento com os direitos e protecção da cultura indígena.

Protestos na Indonésia

Centenas de manifestantes, na sua maioria estudantes, concentraram-se esta semana junto ao Parlamento indonésio, exigindo mais reformas políticas no país. Os manifestantes solicitaram também aos deputados que se constitua uma comissão de inquérito ao presidente, Abdurrahman Wahid, acusado em dois casos de corrupção, o primeiro relacionado com o desvio de 373 mil contos da Agência Nacional da Alimentação (Bulog), estando implicado um director do organismo que declarou ter actuado a pedido do Chefe de Estado e da sua massagista pessoal. A segunda investigação refere-se a uma doação de 426 mil contos oferecida pelo sultão do Brunei que deveria ter sido investida no desenvolvimento da província de Aceh, e que Wahid assegura ser uma oferta pessoal. Segundo analistas o cenário de um processo de destituição de Abdurrahman Wahid é ainda improvável.

Governo recusa diálogo

O governo do presidente Gustavo Noboa divulgou segunda-feira um comunicado rejeitando «qualquer diálogo» com os movimentos indígenas e camponeses, cujas reivindicações considera «impossíveis de aceitar», e acusou a imprensa de incitar os protestos.

O documento, que procura desacreditar algumas organizações envolvidas nos protestos, designadamente a CONAIE, garante que o executivo não permitirá «a acção de dirigentes extremistas - contrários ao sistema democrático - que manipulam as suas funções directivas convocando manifestações, com o claro propósito de perturbar a ordem constitucional da República».

Sem fazer qualquer referência aos aumentos que estão na origem dos protestos, o governo «ratifica a decisão da Frente Económica de 28 de Dezembro no sentido de que não haverá novas medidas económicas durante o ano de 2001».

O comunicado termina com uma verdadeira ameaça aos órgãos de informação: «O governo nacional adverte os cidadãos, principalmente os meios de comunicação de massas, para que não se convertam em eco dos rumores que pretendam provocar alarme ante a escassa convocatória das mobilizações e a evidente falta de apoio popular às propostas de uma direcção que pretende politizar as mobilizações do sector indígena no Equador.» Para que não restem dúvidas, o documento exorta ainda «os directores e editores gerais dos meios de comunicação para que observem um equilíbrio no serviço informativo que prestam», pedindo expressamente «para que se abandonem práticas nocivas como o sensacionalismo jornalístico que conspira contra a manutenção da ordem e a reivindicação económica e social do Equador».

Com menos retórica falou o secretário de Informação da Presidência, Alfredo Negrete, ao afirmar que «a política económica não é negociável, pois constitui o suporte fundamental do plano de estabilização da dolarização e das projecções de crescimento».

Como recordou Negrete, o programa económico - que inclui privatizações e aumentos dos preços de bens e serviços (gás, electricidade, combustíveis) - faz parte do compromisso assumido pelo Equador junto dos organismos internacionais de crédito para saneamento da sua economia.

Teoricamente, o plano destina-se a melhorar os níveis de emprego, educação e apoio aos grupos sociais mais pobres, «entre os quais os indígenas». O facto de os indígenas não reconhecerem os «benefícios» do plano económico em curso deve-se, segundo Negrete, ao facto de certos grupos serem dirigidos por «dirigentes políticos e extremistas», cuja acção pode impedir que se chegue a um acordo. «No fundo» - diz - estamos de acordo quanto às necessidades sociais e temos possibilidades de as atender, mas de maneira limitada.»

Uma agenda neoliberal

● Pedro Guerreiro

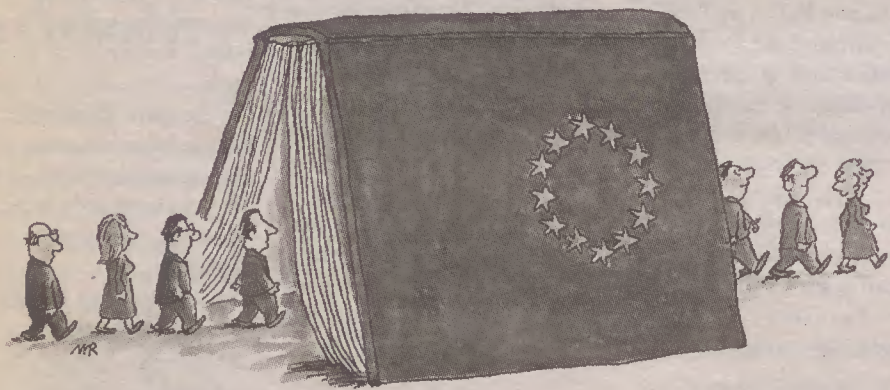
Após a Cimeira de Nice, os grandes interesses económicos e as forças políticas que dominam a UE continuam a avançar na prossecução da sua agenda política, actualmente confiada à Presidência sueca do Conselho. De forma não exaustiva, salientam-se como aspectos centrais desta agenda a ratificação do acordo alcançado em Nice quanto à reforma das instituições e a procura de soluções que melhor promovam novos futuros avanços, as negociações para o alargamento, a consolidação da Política Externa (PESC) e da Política de Segurança e Defesa (PECS), a preparação da introdução do Euro, a consolidação do mercado interno e do papel do Conselho quanto ao acompanhamento e controlo das reformas estruturais nos diferentes estados-membros, o avanço na comunitarização de inúmeros aspectos ligados à justiça e aos assuntos internos (criminalidade, asilo, vistos, imigração), a pressão para o lançamento de uma nova ronda negociada no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC).

concretiza-se um instrumento que tem como objectivo fundamental a intervenção e a ingerência.

Desregular e privatizar

A Cimeira da Primavera, que se realizará em Março, fará uma primeira avaliação das decisões da Cimeira de Lisboa, nomeadamente das «medidas concretas e das metas fixadas para as grandes reformas económicas», consolidando as «novas formas de cooperação acompanhadas de objectivos comuns», que se apoiarão «em indicadores e estudos comparativos permanentes dos estados-membros», por forma a identificar as «áreas onde é necessário intensificar os esforços».

É um processo que evidencia o reforço do papel de orientação e coordenação política do Conselho e que procura continuar a reforçar o mercado interno, nomeadamente prosseguindo a «desregulamentação dos mercados de energia, das



Ao mesmo tempo que se inicia o processo de ratificação do Tratado de Nice nos diferentes estados-membros, e sem que no nosso país tenha sido realizado um amplo debate sobre o que esteve em discussão e sobre as consequências das decisões tomadas, prepara-se um novo «processo de reflexão informal» sobre o futuro da UE tendo em conta a Conferência Intergovernamental prevista para 2004. Procura-se avançar o mais possível nas negociações para o alargamento, nomeadamente no que se refere ao controlo por parte da UE da adopção e implementação prática da legislação comunitária por parte dos países candidatos. Estes, exige a UE, «devem continuar a proceder com energia as reformas necessárias para satisfazer as condições colocadas». O processo avança sem que sejam salvaguardados os meios financeiros e as medidas políticas necessárias para assegurar a coesão económica e social. Aprofunda-se o desenvolvimento da PESC e da PECS, procurando-se uma maior coordenação ao nível da sua direcção política e da utilização dos meios. No fundamental pretende-se construir uma estratégia de intervenção (nas palavras de Javier Solana «quanto mais cedo melhor») coerente e faseada, aprofundando as acções e estratégias comuns, reorganizando os meios existentes e desenvolvendo parcerias com a ONU e a OSCE na gestão de crises. Procura-se concretizar a capacidade militar - Força de Reacção Rápida, implementar os seus órgãos políticos e militares permanentes e assegurar os mecanismos de cooperação com a NATO. Ou seja,

telecomunicações e dos transportes» e a «reforma das regulamentações e eliminação dos entraves no domínio dos serviços». Pretende-se liberalizar e privatizar serviços públicos (como a saúde e a educação) e posteriormente financiar com fundos públicos os serviços privatizados. Pretende-se «dar um passo em frente» na «modernização» do «modelo social europeu» através da «refundação dos regimes de pensões e dos sistemas de saúde e de acompanhamento das pessoas idosas», medidas devidamente acompanhadas da «redução da dívida pública» e do desenvolvimento dos serviços financeiros, para especular com os «fundos de pensões» entretanto criados.

Quanto à OMC, na opinião da Presidência do Conselho, «a UE tem sido a força condutora por detrás dos esforços para uma nova ronda de negociações multilaterais». Esta aponta como uma das primeiras prioridades que a «UE trabalhe, no seio da OMC, no sentido das liberalizações concretas». Para tal, esforça-se por chegar a acordo com o grupo de «Países Menos Avançados». Esta é uma agenda que evidencia o aprofundamento da integração neoliberal e de orientação federalista, assim como a procura de meios que possibilitem a influência em diferentes áreas do Mundo. Uma agenda que é contrária aos interesses dos trabalhadores e populações do nosso país, que é contrária aos interesses da Europa, e que exige o nosso acompanhamento e esforço no esclarecimento e intervenção.

Novo relatório do Banco Mundial defende a criação e melhoria da Segurança Social

Populações desprotegidas

Menos de um quarto da população mundial está protegido pela Segurança Social e menos de cinco por cento dispõe de economias próprias, terras ou outros activos privados para fazerem face a crises.

Um relatório do Banco Mundial, divulgado na passada semana em Washington, considera que «novas formas de protecção social poderiam reduzir mais rapidamente a pobreza» e defende a melhoria das redes de segurança social dos países em desenvolvimento, nomeadamente de África e América Latina. Esta estratégia social possibilitaria tirar maior partido da globalização económica e reduzir os seus riscos, adianta o documento intitulado «Da Rede de Segurança ao Trampolim».

Este documento, que constitui o mais recente relatório

do Banco Mundial sobre a globalização económica e as repercussões sobre os países mais pobres, afirma que mais de 80 por cento de todos os países em desenvolvimento registaram pelo menos um ano de crescimento negativo do produto *per capita* devido a recessões económicas, conflitos sociais ou catástrofes naturais, como os terremotos que devastaram recentemente El Salvador, matando centenas de pessoas e deixando milhares sem abrigo.

Enquanto que nos países mais desenvolvidos os programas de segurança social tor-

naram-se cada vez mais elaborados desde o aparecimento do Estado providência, muitos países em desenvolvimento encaram as redes de segurança como um último recurso, a ser usado em situações de emergência e postas de parte, uma vez passada a crise.

O BM refere que a recente crise económica da Ásia oriental, que por tabela atingiu os mercados emergentes da Rússia e Brasil, evidencia a urgência de protecção às populações mais desfavorecidas e vulneráveis durante períodos de crise económica e também a necessidade de contar com redes de segurança antes de estalar uma crise.

O novo relatório constitui a primeira estratégia sectorial para a protecção social, permitindo ao Banco Mundial reformular o conceito de protecção social e cimentar a análise, a estrutura e a aplicação de programas num contexto integrado para redução da pobreza.

UE deve reavaliar política de imigração

O secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, pediu à União Europeia que faça uma «reavaliação positiva das suas políticas de imigração».

«Actualmente, e contrariamente à América do Norte, a Europa parece dizer não à imigração», declarou Annan, na segunda-feira, aos participantes de um fórum internacional contra a intolerância, o anti-semitismo e a xenofobia, entre os quais se contava o primeiro-ministro sueco, Goeran Persson, cujo país assegura a presidência rotativa da UE.

«A impressão que prevalece é que os homens políticos europeus adoptaram leis populistas que contrastam fortemente com a riqueza da UE, prosseguiu numa alusão à Convenção Schengen que, embora suprimindo os controlos das pessoas nas fronteiras internas de quase todos os Estados membros da UE, torna mais difícil a chegada de imigrantes a esses países.

Dirigindo-se a Persson, o secretário-geral da ONU afirmou que «os imigrantes não devem ser vistos como um problema mas como uma

solução» para a penúria da mão-de-obra actualmente constatada em vários países da UE.

Na abertura da conferência, realizada na capital sueca, a Alto Comissária da ONU para os Refugiados, Mary Robinson, criticara igualmente os dirigentes europeus, acusados de voltar as costas aos imigrantes numa altura em que as taxas de natalidade estão em baixa e que o continente precisará de mais habitantes para assegurar a sua vitalidade económica.

Excedentes bovinos alarmam Comissão

O comissário europeu da Agricultura e Pescas, Franz Fischler, apelou na segunda-feira aos estados-membros para que ponham urgentemente em prática o esquema de destruição dos bovinos com mais de trinta meses.

Segundo as estimativas, serão destruídos 50 mil animais em Portugal até finais de Junho no âmbito deste esquema que tem como objectivo prioritário o equilíbrio do mercado, dada a diminuição do consumo, que foi na ordem dos 30 por cento desde o início da segunda crise da doença das vacas loucas, em Outu-

bro do ano passado. Na União Europeia, as estimativas apontam para uma diminuição de 27 por cento no consumo de carne de vaca em relação ao mesmo período.

Franz Fischler advertiu ainda os ministros para o facto de, se a queda do consumo superar os 10 por cento previstos inicialmente, a União Europeia poderá ter problemas para financiar a crise da BSE com a margem disponível na Agenda 2000 (240 milhões de contos).

Com esta estimativa, que Bruxelas já considera optimista, os excedentes comunitários

irão elevar-se a 795 mil toneladas este ano e 1,2 milhão em 2003. Na hipótese do consumo descer 12 por cento, os excedentes comunitários ascenderiam a 967 mil toneladas em 2001 e a 1,7 milhão em 2003, de acordo com os cálculos do executivo comunitário.

Se os estados-membros optarem por não levar à prática este esquema, que destruirá um total de 500 mil toneladas de carne, em 2003, os excedentes irão elevar-se a 1,7 milhão no caso da redução do consumo em dez por cento e a 2,2 milhões no segundo cenário.

Antiglobalização

Ninguém cala os protestos

O Fórum Social Mundial, no Brasil, e as manifestações que, apesar da forte repressão policial, se realizaram quer nas imediações de Davos quer noutras cidades suíças, reflectem a crescente mobilização da opinião pública contra as injustiças e desigualdades provocadas pela globalização neoliberal.

Desde os acontecimentos de Seattle, no final de 1999, quando poderosas manifestações conduziram ao fracasso das negociações da toda poderosa Organização Mundial do Comércio, que o movimento antiglobalização (leia-se anticapitalismo selvagem) tem vindo a crescer e a multiplicar iniciativas e acções de protesto, algumas marcadas por violentos confrontos entre activistas e forças policiais.

Davos, a famosa estância turística da Suíça, onde anualmente se reúne os mais influentes «patrões» da economia mundial, tem sido nos últimos três anos um dos palcos preferenciais destes movimentos, os quais, pesem embora críticas e dúvidas sobre as formas radicais de luta que por vezes adoptam, têm conseguido alertar as opiniões públicas para a existência de uma espécie de directório do planeta que toma decisões capitais para o futuro dos povos no segredo dos hotéis de luxo e à revelia de qualquer poder democrático. Recorde-se que o Fórum Mundial Económico de Davos foi fundado em 1971, cumprindo este ano a sua 31.ª reunião, à qual assistiram cerca de dois mil participantes do mundo económico e político, incluindo cerca de 30 chefes de Estado e de governo.

Retocar a imagem

Enquanto lá fora um inédito dispositivo policial e mili-

tar fazia os possíveis e impossíveis para cumprir a proibição total de manifestações decretada pelas autoridades helvéticas, lá dentro a organização fazia um esforço para melhorar a imagem do Fórum, colocando entre os temas em discussão pretensas preocupações sociais, dando a palavra aos adversários da globalização e aceitando até uma ligação via satélite com o outro lado do Atlântico, onde decorria o Fórum Social Mundial de Porto Alegre, que reunia cerca de 10 mil opositores ao neoliberalismo.

De um lado, em Davos, estava o mega-especulador George Soros, capaz de levar um país à falência em escassas transacções-bolsistas. De outro, estavam 2800 representantes de organizações não-governamentais e milhares de excluídos da «globalização neoliberal perversa».

Bernard Cassen, representante da Acção pela Taxação das Transacções Financeiras em Apoio à Cidadania (Attac) e director do jornal «Le Monde Diplomatique», propôs aos que estavam em Davos que fizessem um abaixo-assinado exigindo que os banqueiros perdoassem a dívida externa dos países do Terceiro Mundo, aceitassem a taxa de Tobin sobre as operações financeiras e proibissem os paraísos fiscais. Soros respondeu que esse abaixo-assinado, certamente, não teria muitas adesões, mas ele, pessoalmente, era a favor da taxa Tobin sobre



As manifestações de Seattle, em 1999 (na foto), foram o primeiro grande sinal de que os povos estão dispostos a lutar contra a ofensiva capitalista a nível planetário

transacções financeiras. O mote «humanista» acabou mesmo por pegar em Davos, com os líderes das maiores empresas do mundo a anunciarem o seu empenhamento na melhoria da saúde e da educação e na erradicação da pobreza.

O presidente da Vivendi Universal, Jean-Marie Messier, afirmou que «não pode-

mos ignorar os protestos», notando que «estes movimentos são cada vez mais fortes e bem organizados» e que «é nossa responsabilidade construir um diálogo e trabalhar com as organizações não governamentais».

Depois foi a vez de Bill Gates, o presidente da Microsoft, anunciar a doação de 100 milhões de dólares (mais

de 20 milhões de contos) para a investigação de uma vacina contra a SIDA. O presidente da Electricité de France, François Roussely, não abriu os cordões à bolsa mas propôs que as companhias passem a ser avaliadas pela sua actualização social, assim como são avaliadas pelo lucro. Resta saber por quem e com que efeitos...

Filantropia e água benta...

Se a caridade fica bem a quem a usa, a verdade é que está longe de atacar as verdadeiras causas dos graves problemas sentidos por milhões de pessoas. Foi isto mesmo que vários representantes de países do terceiro mundo, convidados a estarem presentes em Davos fizeram questão de lembrar.

O presidente da África do Sul, Thabo Mbeki, sublinhou que «a marginalização contínua de África no processo de mundialização e a exclusão social de uma vasta maioria do nosso povo constituem uma grave ameaça à estabilidade social mundial». Mbeki apresentou um «programa de renascimento de África para o milénio», cujo ponto de partida, referiu, é «um exame crítico da situação pós-independência e a aceitação do facto de que as coisas devem ser feitas de forma dife-

rente para conseguir progressos socioeconómicos sensíveis».

Mais contudente foi a representante indiana, Vandana Shiva, que não teve dúvidas em considerar o que o actual processo de globalização, especialmente as barreiras que os países ricos impõem aos produtos agrícolas dos mais miseráveis, constitui «um genocídio num escala que a humanidade jamais conheceu».

A Índia, recordou, prepara-se para levantar as últimas restrições às importações no próximo dia 1 de Abril, de acordo com os compromissos assumidos na Organização Mundial do Comércio. No entanto, os países industrializados vão manter até 2005 os limites à importação de produtos têxteis.

Shiva considerou ainda que esta globalização tem um «alto preço em termos de democracia», já que os acordos injustos suscitam uma resposta violenta por parte dos povos que só podem ser dominados por estados policiais.

Em 30 anos de reuniões, o clube de Davos nunca aceitou expor-se aos ataques directos dos países do terceiro mundo, que acusaram o Ocidente de utilizar instrumentos ilegítimos para obter maiores benefícios da globalização: barreiras alfandegárias, regras desiguais do comércio, ou o volume reduzido das ajudas e fluxos financeiros.

Por isso, afirmou o presidente da Tanzânia, Benjamin Mkapa, «aumenta o fosso entre os países mais pobres». «Claro que nos dizem que a globalização é boa para todos e que a Tanzânia também pode beneficiar dela; mas nós temos tantas possibilidades de beneficiarmos da globalização como teríamos de ganhar o campeonato mundial de futebol.»

Repressão sem precedentes

A repressão dos activistas antiglobalização bem como a polémica proibição das manifestações em Davos acabou por também entrar na ordem do dia do congresso. Hipocritamente, o especulador George Soros foi um dos que se mostrou pródigo em críticas acusando as forças policiais suíças de não terem agido da melhor forma, o que, segundo considerou, foi uma vitória para aqueles que queriam corromper o espírito do evento.

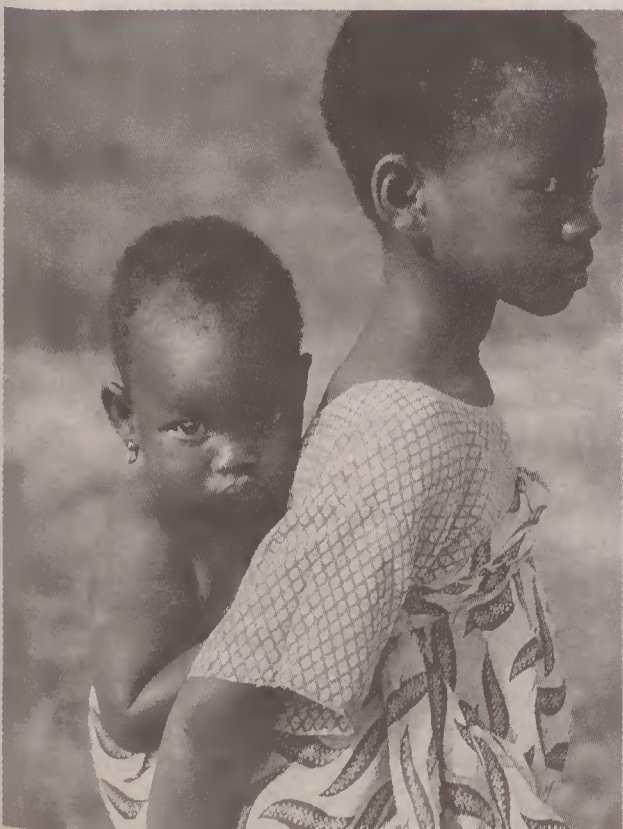
Também pela primeira vez, a opinião pública helvética se mostrou escandalizada com as medidas adoptadas. Os principais jornais fizeram primeiras páginas afirmando que a Suíça é um estado em ditadura e algumas forças políticas já começaram a pedir as cabeças dos chefes da polícia do cantão de Grisons e de Zurique, cargos de nomeação política. O ambiente é tal que alguns já põem em causa que o Fórum Económico Mundial continue a realizar-se no país, tendo o Partido Socialista Suíço agendado um debate no Parlamento para debater os acontecimentos dos últimos dias.

Quanto ao exagero de meios empregues basta dizer que, só no sábado passado, dia em que se previa uma gigantesca manifestação, foram gastos com o dispositivo de segurança qualquer coisa como cinco milhões de francos suíços (cerca de 650 mil contos). Centenas de polícias e militares impediram o acesso a Davos, não hesitando em encerrar durante várias horas o posto fronteiriço com a Itália de Chiasso. Af, pelas 9 horas, carregaram sobre os manifestantes que queriam entrar no país disparando gás lacrimogéneo. Com todas as estradas cortadas, só se acedia a Davos por helicóptero.

Mesmo assim, cerca de 300 manifestantes chegados na véspera àquela localidade avançaram para o Centro de Congressos tendo sido rechaçados violentamente. Afastados do local, cortaram a auto-estrada n.º 3 e à noite mais de um milhar de activistas desfilarão nas ruas de Zurique. A polícia voltou a investir e a violência alastrou causando o caos na cidade, com montras partidas e carros destruídos.

Embora sem indicar o número de feridos, a polícia confirmou a prisão de 121 activistas, entretanto libertados na segunda-feira, depois de se terem registado novas manifestações nas cidades de Zurique, Berna e Genebra com essa reivindicação.

Alternativas à miséria



A mil quilómetros de Davos, na cidade brasileira de Porto Alegre, cerca de 10 mil participantes vindos de 120 países de todos os continentes realizaram o Fórum Social Mundial. Destes 2800 eram delegados de organizações não-governamentais e outras entidades, 500 parlamentares e nada menos que 1782 jornalistas, segundo dados da organização.

No Fórum Parlamentar Mundial (uma das muitas iniciativas realizadas), o PCP fez-se representar por Ilda Figueiredo, deputada no Parlamento Europeu. Os participantes aprovaram uma resolução em que anunciam a constituição de rede internacional de parlamentares e se declaram decididos a coordenar as suas acções sobre temas como a aplicação da taxa Tobin sobre os movimentos especulativos de capitais internacionais, a erradicação dos paraísos fiscais e a reforma das instituições financeiras e comerciais internacionais.

Para Ilda Figueiredo, que interveio nos trabalhos, esta luta tem de se encaminhar para a exigência de uma nova ordem económica internacional, o que implica igualmente profundas alterações no plano político.

O Fórum teve início na noite de quinta-feira da passada semana, com uma manifestação que juntou mais de cinco mil pessoas nas ruas da cidade de Porto Alegre, que foi denominada «Marcha pela Vida e Contra o Neoliberalismo», convocada pelos sindicatos de esquerda e o Partido do Trabalho, que dirige esta cidade há 12 anos. Nas mais de 400 mesas de debate, ficou claro que existem alternativas à actual ordem neoliberal, responsável pelo agravamento da miséria no planeta.

Encontro Regional de Setúbal aponta como objectivos a criação de colectivos de escola, o recrutamento de novos militantes e o aumento de actividade própria

JCP sai reforçada da luta do secundário

A JCP do distrito de Setúbal reafirmou o seu apoio às reivindicações dos estudantes do secundário e fez um balanço muito positivo da acção dos jovens comunistas.

A JCP contribui para a luta dos estudantes do ensino secundário e saiu ela própria reforçada desta luta - esta é uma das principais conclusões do 2.º Encontro Regional da Organização do Secundário de Setúbal, que teve lugar no sábado, em Cacilhas.

Ana Pato, eleita para a nova Coordenadora Regional, afirmou na intervenção final que «a organização da JCP foi decisiva para a luta dos estudantes, pelo seu trabalho de consciencialização, mobilização e agitação» e alertou para a necessidade de «superar as nossas insuficiências, sendo fundamental ter a funcionar o maior número de colectivos de escolas da JCP, elemento essencial na ligação aos estudantes, na organização do descontentamento e na propagação do ideal comunista».

«A luta dos estudantes do secundário é mais um pequeno

mas imprescindível passo para lutas mais amplas, lutas pela construção de uma sociedade de participação social, uma sociedade democrática, mais justa e mais fraterna, uma sociedade sem classes e sem lugar à exploração, o socialismo e o comunismo, objectivos supremos pelos quais lutaram, lutam e continuarão a lutar os comunistas portugueses e o seu Partido», afirmou Ana Pato.

Falta de vontade do Governo em apoiar e fomentar o associativismo

Lutar

Os cerca de 60 participantes no encontro alertaram para as barreiras que encontra quem procura formar ou ingressar numa associação de estudantes: complicados processos de legalização, falta de apoios financeiros e materiais, sobrecarga horária, etc.

«A tudo isto se junta a falta de vontade política do Gover-



A luta dos estudantes vem contrariar a ideia de que a juventude é amorfa

no em apoiar e fomentar o associativismo e consequentemente diminuir a consciência e o espírito reivindicativo dos estudantes, o que leva a que muitas vezes as AEs não

sejam mais do que meras comissões de festas», consideraram.

«O trabalho desenvolvido pelos estudantes no ano passado vem contrariar a ideia de que a juventude é amorfa, sem capacidade de organização e espírito crítico e reivindicativo. A luta foi o caminho

escolhido e foi com ela que os estudantes conseguiram a regulamentação da lei da educação sexual e o adiamento da revisão curricular», sublinham.

Na iniciativa foi eleita a nova Coordenadora Regional do Ensino Secundário do distrito de Setúbal e apon-

tou-se como objectivos a criação de colectivos de escola onde não existam e reforçar os existentes, o recrutamento de mais jovens e o desenvolvimento de mais actividade própria, através de acções reivindicativas e da divulgação dos ideais e das propostas da JCP.

Ministério não passa EPPET para privados

O Ministério da Educação «recuou» na passagem da Escola Profissional Pública de Electrónica e Telecomunicações (EPPET) para as mãos do Instituto de Educação Técnica (INETE), privado.

A notícia foi revelada por Amélia Costa, da Associação de Pais da EPPET, no final de uma reunião realizada na segunda-feira com o ministro da Educação, Augusto Santos Silva, a secretária de Estado da Edu-

cação, Ana Benavente, e a directora-adjunta da Direcção Regional de Educação de Lisboa, Isabel Simões.

Segundo Amélia Costa, citada pela agência Lusa, «houve um retrocesso por parte do Ministério da Educação» e «o ministro não disse que a EPPET vai passar para o INETE».

Na reunião, os responsáveis do Ministério afirmaram que o Estado não pode com-

portar os custos da escola e apostaram nos cursos tecnológicos, integrados na nova revisão curricular para o ensino secundário. Os pais são peremptórios: «Sabemos como estes cursos funcionam actualmente.»

Os pais e os alunos da EPPET lembram que a escola tem um prestígio ímpar e índices praticamente totais de sucesso escolar e de empregabilidade e consideram que a sua passagem para a INETE «vai deteriorar a qualidade do ensino». Por outro lado, estranham que o Governo queira «passar à viva força uma escola pública para a alçada privada e, ainda por cima, sem concurso».

A associação de pais é hoje recebida pela Câmara Municipal de Lisboa e está a preparar um dossier sobre a situação da escola para entregar ao Presidente da República.



Concentração de alunos e pais à porta da EPPET, na semana passada

Sintra É urgente a renovação das escolas

A Coordenadora Concelhia do Secundário da JCP de Sintra exige a recuperação das escolas do concelho e acusa o Ministério da Educação de ignorar a grave situação que aqui se vive.

Os jovens comunistas afirmam que as escolas do concelho estão «bastante carentes e empobrecidas», vivendo «imensas dificuldades». «O investimento público que é aplicado na educação é mínimo e precário», acusam.

Das onze escolas existentes, apenas duas têm pavilhão gimnodesportivo. A construção de pavilhões nas escolas secundárias Gama Barros e Padre Alberto Neto cessou a

meio do processo, e para agravar a situação não foram contemplados no protocolo assinado entre a Câmara Municipal e a Direcção Regional de Educação de Lisboa (DREL), em Maio do ano passado.

Os alunos não sabem sequer quem é responsável pela construção dos pavilhões: «Tanto o vereador Rui Pereira como a senhora presidente da Câmara, Edite Estrela, não forneceram qualquer esclarecimento.»

«Exigimos o que é nosso por direito. Queremos as escolas devidamente equipadas, onde os alunos possam de uma vez por todas ter acti-

vidades extracurriculares e de tempos livres, fomentando laços de amizade num saudável intercâmbio entre toda a comunidade escolar, de forma a diminuir o abandono e o insucesso escolares, problemas sociais e a falta de democracia nas escolas», reivindicam.

A JCP critica também a forma como os representantes da Plataforma de Estudantes foram tratados na Assembleia Municipal. «Chocou-nos profundamente o facto de alguns dos autarcas presentes terem abordado os estudantes com ofensas pessoais, imagem que traduz uma política de direita de uma câmara municipal do PS.»

Ourém debate Nato

A JCP de Ourém promoveu na quinta-feira uma «conversa de café» sobre a presença de militares portugueses nos Balcãs, com o objectivo de fazer um esclarecimento sobre as agressões dos Estados Unidos e da Nato contra Estados soberanos e as suas populações, sob o pretexto de «intervenção humanitárias».

Esta foi a primeira iniciativa do tipo realizada em Ourém e, segundo a organização, teve o melhor acolhimento por parte da população, levando à mesa de um café do centro da cidade mais de duas dezenas de pessoas, predominantemente jovens.

A conversa durou mais de duas horas, discutindo a

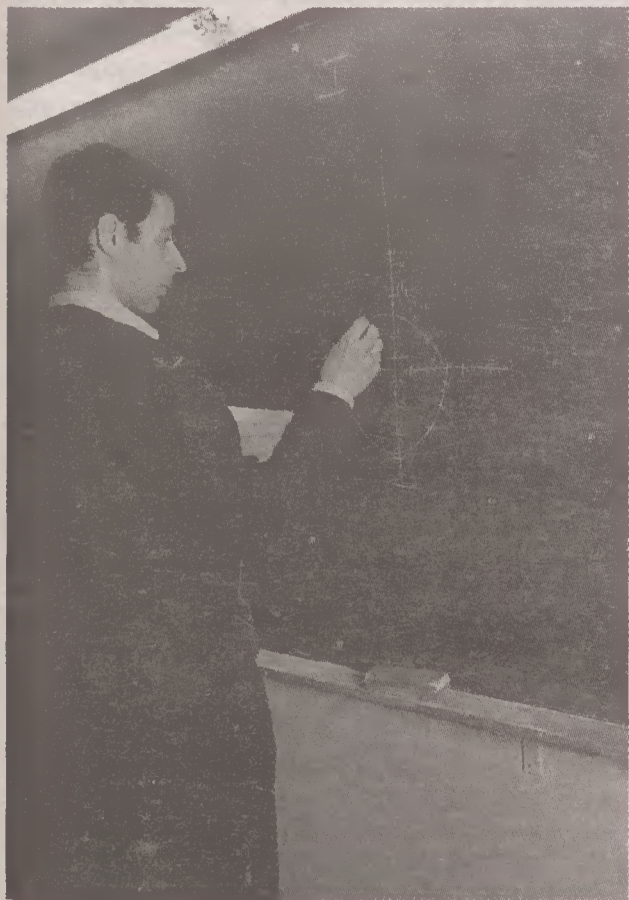
hipocrisia imperialista e o conceito de «ingerência» em política internacional, tendo como base as posições do Partido e aproveitando as informações veiculadas pelo *Avante!*.

A JCP refere que o debate alastrou para outros temas, sublinhando o estímulo sentido para a realização de outras iniciativas semelhantes.

Estado não respeita estatuto de trabalhador-estudante

Reféns dos patrões e das faculdades

Trabalhar e estudar ao mesmo tempo é cada vez mais difícil. O estatuto de trabalhador-estudante não é cumprido pelas universidades nem pelas empresas. Disso falam dois representantes dos estudantes, Ricardo Mata e Vasco Cardoso.



Entre todos os direitos que a lei prevê, apenas um é aplicado: a existência de uma época especial de exames

Desconhece-se o número de trabalhadores-estudantes existentes em Portugal, mas é clara a situação em que se encontram. A lei não é cumprida nem pelas instituições em que estudam, nem pelas empresas onde trabalham.

«O estudante acaba sempre por ser o elo fraco: é o que sofre mais e o que tem menos poder reivindicativo, porque tem um trabalho para suportar e um curso para frequentar», afirma Ricardo Mata, da Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

«A lei permite dar uma série de regalias e direitos aos trabalhadores-estudantes, mas é suficientemente vasta e abstracta para ser interpretada de várias formas. Por exemplo, para se obter o estatuto, prevê-se que seja fornecida a prova em como o estudante está a trabalhar, mas o que acaba por ser pedido são três ou quatro documentos, decididos de forma arbitrária por cada faculdade, chegando a ser pedido o recibo de vencimento», explica Ricardo Mata.

Vasco Cardoso, membro da Comissão Nacional de Educação (CNE), diz que o estatuto «muito raramente passa

do papel para o dia-a-dia. Se fôssemos esmiuçar a lei, quanto mais olhássemos para ela, mais descobriríamos o muito que não é cumprido».

Entre esses direitos, incluiu-se a não obrigação de assistir a um número mínimo de aulas em disciplinas cuja avaliação o requer, a existência de aulas de compensação e horários pós-laborais de exames

e serviços de apoio. «O único direito que existe é a possibilidade de ter uma época especial de exames», acrescenta.

Cursos nocturnos

Uma das principais exigências das associações de estudantes é a criação de cursos em horário pós-laboral e a manutenção dos poucos que existem. Esta reivindicação vai, aliás, ao encontro do que está definido no estatuto. «A lei diz que o Estado deve criar cursos nocturnos e expandir os já existentes, mas isto não surgiu nos dois anos e meio a seguir à sua entrada em vigor», recorda Ricardo Mata.

A vida dos trabalhadores-estudantes está sempre dificultada e não é apenas nas aulas. Na Faculdade de Ciências de Lisboa, por exemplo, não há qualquer tipo de serviço a funcionar em horário nocturno. A Secretaria está aberta das 9 às 15 horas e a biblioteca funciona entre as 9 e as 20 horas.

Ricardo Mata fala das dificuldades que os estudantes-trabalhadores sentem na hora das avaliações. «Em cursos como Informática ou Matemática (que têm muitos trabalhadores-estudantes), os professores não vêem necessidade de alterar os programas, de modo a substituir a avaliação contínua por outro tipo de avaliação mais compatível. Os testes realizados durante o semestre não podem ser substituídos por outro tipo de avaliação.»

«Isto acaba por ser um negócio um bocado obscuro: no ensino público acaba-se com os cursos nocturnos, no ensino privado abrem-se cada vez mais. Hoje o negócio das privadas são cursos pós-laborais», diz este representante da AE de Ciências.

Estudo, a quanto obrigas!

«Quer o aumento de propinas quer o aumento dos custos de frequência do ensino superior tiveram influência no crescimento dos trabalhadores-estudantes. As pessoas vêem-se forçadas a arranjar outras fontes de financiamento», considera Vasco Cardoso.

Muitos destes jovens não têm contrato de trabalho ou trabalham a tempo parcial e não conseguem arranjar documentos comprovativos. Isto significa que, tendo um emprego, não são considerados trabalhadores-estudantes pelas faculdades. «Existem faculdades que só aceitam o estatuto no início da matrícula e quem comece a trabalhar a meio do ano lectivo têm dificuldades em o conseguir», diz Vasco Cardoso.

Mas não é só na escola que os problemas existem. «São muitos os casos de jovens que, sendo trabalhadores-estudantes, não assumem esse estatuto para conseguir agarrar o primeiro emprego ou com medo de não revalidar um contrato de seis meses», considera este representante da CNE.

O que diz a lei?

- considera-se trabalhador-estudante todo o trabalhador por conta de outrem, independentemente do vínculo laboral, e que frequente qualquer nível de ensino. Não perdem o estatuto de trabalhador-estudante aqueles que sejam entretanto colocados na situação de desemprego involuntário;
- o trabalhador-estudante não está sujeito a qualquer norma que obrigue à frequência de um número mínimo de disciplinas ou a normas que instituem regimes de prescrição. Não estão ainda sujeitos a quaisquer disposições legais que façam depender o aproveitamento escolar da frequência de um número mínimo de aulas;
- o trabalhador-estudante não está sujeito a normas que limitem o número de exames a realizar na época de recurso. Pelo contrário, gozam de uma época especial de exames em todos os cursos, têm direito a aulas de compensação, bem como a exames e serviços mínimos de apoio em horário pós-laboral;
- as empresas ou serviços devem elaborar horários de trabalho específicos para os trabalhadores-estudantes, com flexibilidade ajustável à frequência das aulas e à deslocação às escolas. Quando tal não seja possível, o trabalhador-estudante será dispensado até seis horas semanais, sem perda de salário ou qualquer regalia;
- a dispensa de serviço pode ser utilizada de uma só vez ou fraccionadamente e depende da duração do trabalho semanal: trabalho entre 20 e 29 horas, dispensa até 3 horas; trabalho entre 30 e 33 horas, dispensa até 4 horas; trabalho entre 34 e 37 horas, dispensa até 5 horas; trabalho igual ou superior a 38 horas, dispensa até 6 horas;
- o período normal de trabalho de um trabalhador-estudante não pode ser superior a 8 horas por dia e a 40 por semana;
- o trabalhador-estudante tem direito a ausentar-se para prestação de provas: até dois dias por prova, sendo um o da realização da prova e o outro o imediatamente anterior, incluindo sábados, domingos e feriados. No caso de provas em dias consecutivos ou de mais de uma prova no mesmo dia, os dias anteriores serão tantos quantas as provas a efectuar;
- o trabalhador-estudante tem direito a marcar as férias de acordo com as suas necessidades escolares e ao gozo interpolado de 15 dias de férias à sua livre escolha;
- ao trabalhador-estudante devem ser proporcionadas oportunidades de promoção profissional adequada à valorização obtida por efeito de cursos, não sendo obrigatória a reclassificação profissional por simples obtenção desses cursos;
- no prazo de seis meses após a entrada em vigor da lei, o Governo deve promover a criação de um organismo que tratará as questões específicas dos trabalhadores-estudantes. O Governo deve ainda fomentar a criação de aulas nocturnas nos estabelecimentos onde o número de trabalhadores-estudantes o justifique.

Subfinanciamento agrava incumprimento da lei

Os problemas do financiamento do ensino superior são em grande parte responsáveis pelo não cumprimento do estatuto de trabalhador-estudante.

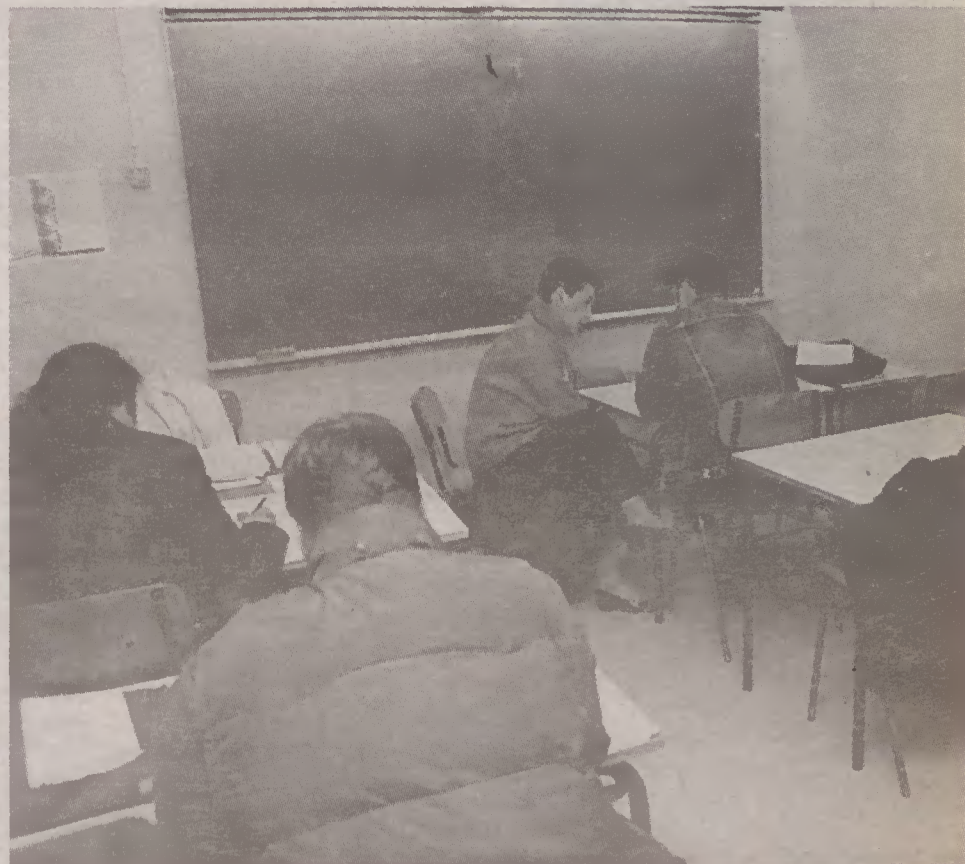
«O subfinanciamento crónico das instituições dão o principal contributo para que a lei não seja aplicada, para que os estudantes não possam beneficiar dela. Se há problemas de financiamento que vão ao limite de não haver dinheiro para pagar

professores em horário de trabalho normal, muito menos haverá dinheiro para pagar a professores que dêem aulas em horários pós-laborais», afirma Vasco Cardoso.

«A questão passa sempre pela dificuldade orçamental – e aí podemos compreender um pouco os órgãos da faculdade. A faculdade é obrigada a ir pelos canais normais para tentar criar cursos nocturnos, o que é naturalmente muito complicado», refere Ricardo

Mata, lembrando que tem de se pagar 1,5 vez mais a um professor que dá aulas no período pós-laboral.

«Mesmo assim, acaba por haver alguns professores que teriam algum interesse na resolução desta questão, mas isto levanta demasiados problemas burocráticos, demasiados problemas orçamentais, que não são em nada auxiliados pela política do Ministério da Educação», acrescenta.



Se não há dinheiro para pagar aos professores, menos haverá para as aulas nocturnas (foto: Ensino recorrente do secundário)

A proliferação das informações destinadas a moldar o conhecimento dos cidadãos sob a orientação da elite económica retira o espaço devido à memória da verdadeira história. O mais grave é que nem sempre a informação respeita a verdade e, quase sempre, cumpre a função de publicidade de produtos do mercado (candidatos, ideias, modas, etc.). As novas gerações formadas por tal ficção ouvem, com ar de dúvida, as referências ao passado de luta vivido pelos mais velhos.

No Brasil isto ocorre quando falamos sobre o período da ditadura iniciado em 1964, tal como em Portugal quando são recordados os episódios do 25 de Abril. Só os que acompanham as informações produzidas pelas organizações de esquerda nos relatos sobre a luta popular não se deixam engolir pela lixiviação da história que promove as elites governantes a heróis e mentores de uma massa amorfa e dependente, antigamente chamada povo.

A pressão da informação mercadejada é muito forte, sobretudo quando conta com um sistema escolar que apenas lhe faz ressonância. Passa a constar que o

A grandeza da memória de um povo

Uma luz no túnel

A Fundação Perseu Abramo, criada pelo PT (Partido do Trabalho), editou um importante livro de «Rememórias» com uma colectânea de entrevistas feitas a destacadas personalidades que, com origens partidárias e formação cultural diferentes, uniram-se a um partido considerado eclético e aberto, o maior de oposição no Brasil. As diferenças entre tantas pessoas, todas de esquerda e defensoras de um pensamento revolucionário, permite ao leitor descobrir as nuances culturais e as peculiaridades das situações históricas tornadas determinantes para cada um. As diferenças explicam as posições, por vezes divergentes entre eles, e acentuam o denominador comum que os une: o empenho na

luta pela transformação social do Brasil em benefício do povo. Ali vemos, na maioria dos casos, o peso do impulso emocional quase sempre sobrepujando as descobertas racionais trazidas pelos estudos da ideologia e da história, a fidelidade ao compromisso com as organizações de luta apesar de dúvidas íntimas com as medidas preconizadas, a prevalência da solidariedade humana e da defesa da dignidade nos momentos de confronto social, o que traduz o abandono do individualismo em favor do interesse social. Em algumas entrevistas, ao contrário, percebe-se que os problemas pessoais ou as elaborações teóricas se sobrepõem à realidade do colectivo condicionando uma visão parcial, muitas vezes dominada por mágoas antigas, que se torna reduzida quando confrontada com a amplitude da realidade histórica. A leitura de depoimentos transcritos sem a preocupação de explicar ou corrigir, permite ao leitor observar, como num filme, a colcha de retalhos que compõe a consciência dos que militam lado a lado diante dos acontecimentos históricos.

Recordando a determinação autoritária e obscurantista de Rui Barbosa, quando Ministro em 1890, de arrecadar todos os papéis, livros e documentos relativos à escravidão no Brasil e «proceder à queima e destruição imediata deles...» com o intuito de «destruir esses vestígios por honra da pátria...», a edição de «Rememória» promete o contrário: resgatar o passado que condiciona o presente. Desfilam diante do leitor os combatentes comunistas, anarquistas, intelectuais, religiosos, artistas, operários e estudantes, que participaram das lutas no Brasil nas décadas de 20, 30, 40, 50, 60 e 70 e sofreram os impactos da Revolução Socialista, da Guerra da Espanha, do Estado Novo no Brasil, da Guerra Mundial, e do caminhar do socialismo no

dentro e se permitem discriminar pessoas e menosprezar situações colectivas como se nunca perdessem a íntima segurança, ou, ao contrário, o peso da modéstia revolucionária que impele o militante a observar e estudar cada detalhe do comportamento alheio e da situação que o envolve para prever as consequências das acções desencadeadas.

A entrevista com o professor Florestan Fernandes, que de «menino de rua» se transformou no mais renomado sociólogo do Brasil e foi eleito por dois mandatos como deputado federal, é uma lição clara sobre todas as contradições que se somam ao longo da vida de alguém que procura adquirir conhecimentos profundos e participar politicamente na sociedade. A análise que faz da sua própria trajectória na vida é pedagógica e facilita o entendimento do leitor. Cresce o respeito por um homem daquela estatura intelectual que manteve como referência o elevado sentido da integridade e do respeito humano.

Outra intelectual, Madre Cristina, esta filha de uma família da elite, dá testemunho valioso de várias lutas: da mulher nascida em 1916 que, para alcançar a sua independência e construir o seu próprio caminho de participação social, tornou-se freira. A combatente que se serve dos privilégios herdados da elite para se afirmar tanto perante a hierarquia da Igreja como diante do autoritarismo dos servidores da ditadura. A mulher que trata todos os problemas sociais com destemor e constante investigação científica e cria um posto de saúde

mental para ajudar os revolucionários, inclusive os que estão presos. A profissional de psicologia, capaz de criticar o desvio intelectualista do PT (que atravessava a fase de «PI» - I de intelectual e de Igreja, em lugar de T de trabalhadores), recomenda como fundamental a educação popular como veículo de integração na realidade para criar o vínculo imprescindível de «partido de massas». É taxativa: «a luta pelo poder só deve ser realizada quando puder assegurar a participação do povo».

A «Rememória» restaura a confiança nos homens e mulheres do Brasil que dedicam o melhor de si na construção de uma sociedade sadia com a consciência do seu próprio valor. É importante levantar a cortina do esquecimento, colocada pelas forças reacçãoárias, trazendo à luz estas referências que confortam os que lutam, ensinam os que estudam a história, animam os que se vêem atolados na mediocridade da cultura do chamado «mercado livre».

Para os que renovam as actividades revolucionárias é importante conhecer tanto as grandes conquistas do passado como os erros cometidos. Não precisamos carregar o fardo dos preconceitos e nem dos desvios ocorridos no secular percurso da experiência revolucionária. A herança é positiva e o entendimento da história a liberta das impurezas.



Lan: «Juvenal, Cartola e Nelson Cavaquinho, famosa comissão da frente da Mangueira»

passado se confunde com uma fantasia que alguns desajustados insistem em recordar. Assim são vistos os resistentes que defendem a memória histórica. Tal estratégia lembra os processos da Inquisição (e de tantas ditaduras que a imitam) com a condenação de cidadãos aos manicómios para que as suas palavras deixem de merecer crédito.

Hoje a «democracia de mercado» adopta a mesma estratégia com aparente doçura, institucionalizando-a. Pinochet, aluno da sra. Thatcher e pioneiro do neoliberalismo na América Latina, chegou ao cúmulo de colocar no jardim do Palácio de La Moneda o busto dos ex-presidentes chilenos excluindo o de Allende, como se não tivesse existido. Mas, o mais comum é a construção de obras faraónicas que se impõem pelo tamanho e pelo luxo à miséria que se arrasta junto ao chão. Neste sentido o Brasil tem exibido em prédios públicos, sobretudo para a instalação do governo, das embaixadas e dos tribunais, uma riqueza negada ao desenvolvimento do país e que deixa gordos beneficiários nas contas dos responsáveis corruptos. Numa visão turfística-burra, a imagem é a de uma sociedade rica e moderna. Nada mais perigoso para esta estratégia da informação que a memória histórica e o conhecimento da realidade.

luta pela transformação social do Brasil em benefício do povo.

Ali vemos, na maioria dos casos, o peso do impulso emocional quase sempre sobrepujando as descobertas racionais trazidas pelos estudos da ideologia e da história, a fidelidade ao compromisso com as organizações de luta apesar de dúvidas íntimas com as medidas preconizadas, a prevalência da solidariedade humana e da defesa da dignidade nos momentos de confronto social, o que traduz o abandono do individualismo em favor do interesse social. Em algumas entrevistas, ao contrário, percebe-se que os problemas pessoais ou as elaborações teóricas se sobrepõem à realidade do colectivo condicionando uma visão parcial, muitas vezes dominada por mágoas antigas, que se torna reduzida quando confrontada com a amplitude da realidade histórica. A leitura de depoimentos transcritos sem a preocupação de explicar ou corrigir, permite ao leitor observar, como num filme, a colcha de retalhos que compõe a consciência dos que militam lado a lado diante dos acontecimentos históricos.

Contrariando a tendência, imposta pelo sistema capitalista, de enterrar a memória dos povos para que se tornem massa maleável na sociedade de consumo, a «Rememória» vai levantando as marcas de um passado que adquire vida

mundo até à implosão da URSS. Todos foram perseguidos pela ditadura militar de 1964 manifestando formas de oposição isoladas, até que puderam somar os seus esforços com os primeiros sinais de abertura democrática que permitiu a volta ao país dos exilados políticos e o fortalecimento das organizações de massas que agiam na clandestinidade.

A vida real dos brasileiros

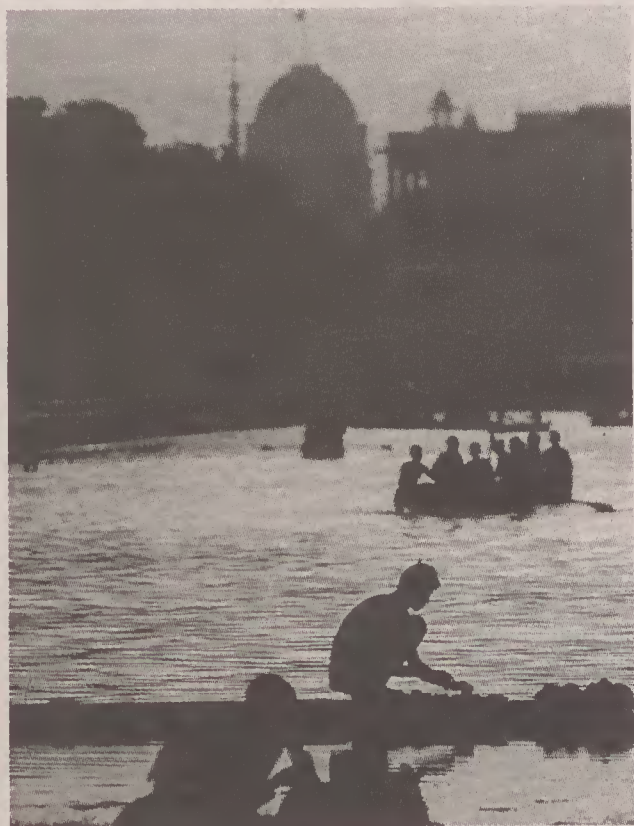
É como um filme da vida brasileira no campo da luta social, onde as divergências pontuais aparecem enquadradas pela história mundial, servindo de instrumento para aglutinar ou dividir partidos e grupos, como se fossem obstáculos intransponíveis, até que o perigo contra-revolucionário exige a solidariedade para a sobrevivência da esquerda. Aprende-se o valor das ideias, sobretudo do conhecimento da realidade muitas vezes distanciada das teorias imediatistas. Descobre-se a importância das emoções criando forças para vencer o comodismo, o medo, a pressão dos modelos sociais tradicionais, o individualismo. Valoriza-se a coerência e o sentido da dignidade diante da corrupção e da inércia que derivam de pressões autoritárias. Percebe-se também a marca de pequenas vaidades dos que conheceram o poder por

Comunicação O último olhar de Manú Miranda

• Francisco Silva

Poderão perguntar-se por que raio de ideia nos vem este, agora e aqui, escrever sobre o mais recente romance de Orlando da Costa. Uma leitura a que andei preso durante os últimos tempos, e deslumbrado. Eu, um filho e neto, etc., de *paclé*, ou seja português, branco, de Goa - sempre me «garantiram» a «brancura» -, mas, talvez - quem sabe? -, também um «pouco» descendente, isto é, também eu um produto escondido de mestiçagem.

Afinal, estas crónicas sobre a temática da «Comunicação» são sobretudo supostas ser dedicadas - pelo menos é como visio no seu enquadramento - a matérias onde se cruzam os aspectos tecnológicos da mediação (do interface) com as decorrentes vivências por parte das pessoas e das sociedades. E isto segundo uma perspectiva apontada, quanto for necessário e quanto eu o souber fazer, pela mira do factor «natureza de classe». Enfim, é isso, ir considerando todos os resultados ou impactos -



todos, dentro do possível -, sejam eles de boa ou má fama, para estes e para aqueles outros.

É porque não existiria este Manú Miranda caso os meios de comunicação próprios da sua época não fizessem parte integrante do mundo da sua vida que ele nos aparece tal como é pela mão deste texto. Os meios de antes da electricidade, os jornais, na área da comunicação social e o correio, as cartas, na área interpessoal, e mesmo o fonógrafo ou a grafonola, como se chamava em casa dos meus avós - dava-se à manivela e aí vinha a música, roufenha, do 78 rotações. E, por outro lado, os

meios possibilitados pelo chegar da energia eléctrica - neste caso, a Mormugão, sítio de raiz para o desenrolar da narrativa -, na altura, nos anos quarenta, a radiodifusão e as comunicações marítimas via rádio. É isso mesmo. Neste livro há o antes e o depois da electricidade, a linha divisória situada por meados da primeira metade do século XX. E, para não olvidar a tal perspectiva de classe, deve ser dito que antes tinha acesso aos meios de comunicação escritos, às cartas e aos jornais, quem sabia ler. E depois de chegar a electricidade, é bem de ver, que a radiodifusão, a rádio, era, naqueles infceios, também só para alguns, como, aliás, o fonógrafo também o continuava a ser. E Manú era um desses alguns, bem como o ambiente familiar e social no qual ele existia, viveu, era inimaginável sem esses - todos - meios de comunicação, tal como o autor no-lo demonstra de forma magistral. Demonstração efectuada, claro, segundo os métodos de exploração do conhecimento que são os próprios da ficção. Com efeito, esta tem a aptidão para desvendar aquilo que as reflexões sociológicas ou sociopolíticas não alcançam.

É ainda o correio e as cartas (o telefone não está lá ainda; e o *e-mail*, nem sequer ainda sonhado), que perpassam todo o romance, o meio de comunicação mais influente. E isto não só nas situações «normais» de comunicação entre apaixonados, parentes ou amigos, onde o carteiro tem o seu papel comunitário - tudo como se o sistema postal fosse um instrumento neutro. Mas também o contrário: aparece a interferência do poder político no combate à luta do povo indiano contra o colonialismo e, ainda, uma vez iniciado o confronto com o Eixo, contra os alemães e os italianos. É o caso do julgamento em Pangim por suspeita de utilização dos correios por parte dos nacionalistas indianos contra o poder português. Mas é sobretudo o trabalho de goeses durante a II Guerra Mundial, em Bombaim, para o serviço de leitura de cartas: Manú não «descobre» nada a não ser as missivas de amor trocadas entre uma italiana, em Itália, e um marinheiro italiano de um navio fundeado em Mormugão, e fica preso a este idílio! A clássica questão dos meios - a violação da privacidade - e dos fins - o combate da besta nazi-fascista.

Quanto à rádio, não é aqui a possibilitadora de Hitler, é antes a BBC que está do lado dos que combatiam a emergência da nova barbárie. Ela chega num instante a toda a Terra, animando uns e prostrando outros, consoante o teor das notícias.

Finalmente, é o calar do radiotransmissor de um navio alemão fundeado em Mormugão cuja informação era mortífera para os navios britânicos no Índico, sistematicamente afundados por submarinos alemães. Foram de uma vez destruídos todos os navios alemães e italianos aí aportados: acabou o radiotransmissor e morreu também o marinheiro italiano das cartas!

Leiam então este magnífico romance e, por maioria de razão, se estiverem interessados na importante reflexão aí efectuada acerca das grandes questões da Comunicação nas sociedades da nossa época e nas do nosso futuro.

Pontos Naturais

• Mário Castrim

Crónica de mim

I
Cinco horas da tarde
em Lisboa
(não confundir com «las cinco de la tarde»
em Lorca)

O telefone dorme.
A Dois dá o Portugal-Suécia
em andebol.
Além do cão da vizinha do sétimo
(Deus, como se pode ser tão pequeno
e ladrar tanto!)
nada, nem ninguém.
A chuva bate na janela
com dedos finos
e olhar oblíquo.
Digo que não. Pense ela o que pensar
da minha hombridez. Desculpa-me, hoje não.
Ao menos um poema, mas nem isso.
Deixou de haver palavras.

Estendo a mão. A tarde passa
«é um falso pobre», diz.

II

Pouco me ralava se
não tivesse de escrever
os versos para o Avante.

Escrever versos para o Avante
não é tão simples como pensam.
Há como que a obrigação
de se mostrar que se merece a esperança.
Acodem os nomes, os rostos, as palavras
que nos levantavam quando
tudo parecia perdido.

Que é que eu ia escrever?
Que a modorra de sábado
me deixou K.O.?
Juizinho, rapaz!

Ergo-me antes que o árbitro
conte até dez.
Vou dar uma guinada
é escrever, escrever, confiante e seguro.

Não vou nada.
Eu cá sou eu, sou eu, não um robô do futuro.

III

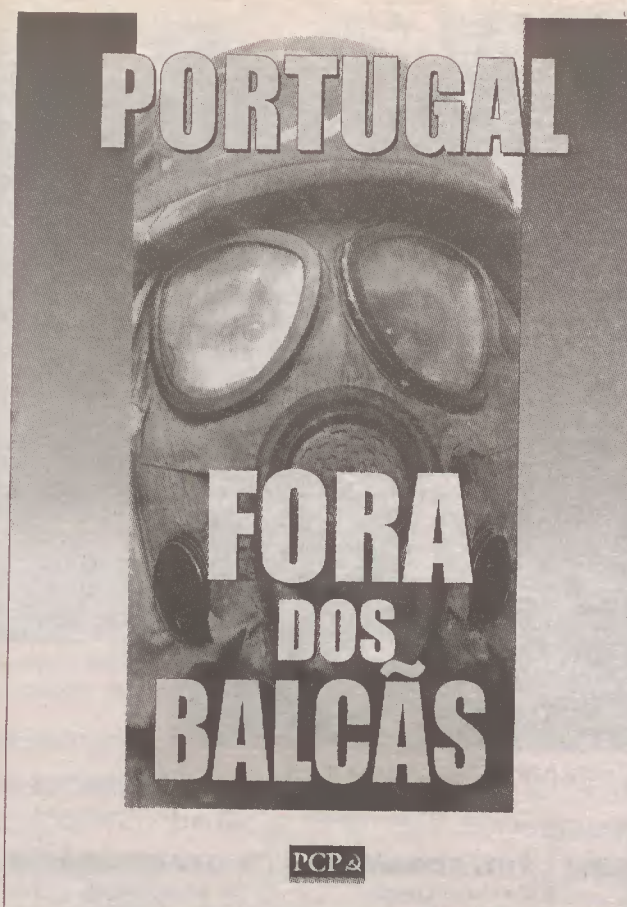
Uff! Desabafei. É isto mesmo
o que vou publicar.

E ninguém vai pensar
que desisti
que me cansei
que desertei
que o que eu quero é sopas e descanso.
Os camaradas vão, sim, compreender
que é sábado
que são cinco da tarde
em Lisboa
(e não «las cinco en punto de la tarde»
em Lorca)
que não tenho tarefas partidárias
para cumprir hoje
que o pequeno-burguês
de mim às vezes
põe os corninhos de fora
que o cão da vizinha do sétimo
me endoidece
que
se eu lhes digo tudo isto
assim
se todo assim me abro
(me rasgo) é só
porque preciso deles.

Cartoon

• Monginho





Debates

Vila Franca de Xira

No Galeria Bar – Rua Serpa Pinto, 77

Sexta-feira, 2, às 21h30

KOSOVO – A questão do urânio empobrecido

Debate com a participação de

Prof. Rui Namorado Rosa - Drs. Mário Pádua e Sotto Teixeira – Vítor Silva, do CPPC

Plenários de militantes

Amadora

Plenário de militantes do Sector de Empresas e da célula dos Trabalhadores das Juntas de Freguesia para discussão da situação política e plano de trabalho 2001: hoje, dia 1, às 18h30, no Centro de Trabalho da Amadora.

Cascais

Reunião da Comissão Concelhia sobre a situação política e questões de Direcção, com a participação da camarada Rosa Rabiais: sexta-feira, 2, às 21h, no Centro de Trabalho de Cascais.

Almoço-convívio – do Sector de Empresas de Cascais. Sábado, dia 3, a partir das 13h no CT de Tires

Coimbra

Reunião plenária do Sector Intelectual de Coimbra e da Organização dos Médicos para análise da situação política e planificação de actividades em 2001.

Lisboa

Plenário de militantes da freguesia de Santa Justa sobre a situação política e as eleições autárquicas: quarta-feira, dia 7, às 18h30, no Centro de Trabalho Vitória.



Aniversário do «Avante!»

Amadora

Dia 8 de Fevereiro às 20h30,

na Sala dos Espelhos dos Recreios da Amadora

Debate com José Casanova sob o tema

Tomar a iniciativa – Um olhar sobre os 70 anos do «Avante!» e as tarefas que estão hoje colocadas aos comunistas

Borba

Dia 18 de Fevereiro às 10h,

no Celeiro da Cultura

Colóquio sobre o «Avante!»,

no seu 70.º aniversário

com a participação de

José Casanova

Comemorações da Revolução Cubana

Setúbal

Domingo, 4 de Fevereiro, 13h30

Almoço-convívio na Cooperativa do Faralhão «Bem-vinda a Liberdade» com a participação de **Gen. Vasco Gonçalves** e **Alm. Rosa Coutinho** e do novo **Embaixador Reynaldo Calviac**
Animação musical, Bar Cubano
(Promovido pela Assoc. de Amizade Portugal-Cuba/ Núcleo Setúbal.
Inscrições até 2 de Fevereiro – 265793864)

Lisboa

Sexta-feira 16 de Fevereiro, 20h

Jantar comemorativo

com a presença do **Embaixador**

Reynaldo Calviac

e a participação de

Manuel Freire

(Promovido pela Associação de Amizade Portugal-Cuba, este jantar esteve anteriormente marcado para dia 7.

Reservas: 213857305)

Carlos Carvalhas com os trabalhadores da Fábrica Clark

Amanhã, sexta-feira, às 15h30, o Secretário-geral do PCP, acompanhado por uma delegação do Partido, estará presente na manifestação dos trabalhadores da Fábrica Clark, em Arouca, distrito de Aveiro, em defesa dos seus postos de trabalho.

Carlos Carvalhas na SIC

Na próxima sexta-feira, dia 2, às 20 h, Carlos Carvalhas estará na SIC Notícias numa entrevista conduzida pelo jornalista Ricardo Costa, a retransmitir à 1 hora da manhã.



CDU

Pinhal Novo

Encontro dos eleitos da CDU na freguesia

CT do PCP, 3 de Fevereiro

– Sessão de trabalho «**CDU Presta Contas**» - às 9h30

– **Debate:** Definição de prioridades até final do mandato;

estratégias de intervenção na

Assembleia Municipal – 10h45

– Almoço – 12h30

– **Visita à Freguesia** – a partir das 14h

– Encontro com a imprensa – 17h

Ceira

Debate sobre acessos a Coimbra «Uma hora de Ceira a Coimbra? Basta!»

Associação Recreativa e Musical, 3 de Fevereiro, 18h

Portalegre

A problemática da água no distrito de Portalegre:

encontro com a participação de **Joaquim Miranda** e de outros responsáveis autárquicos da CDU no distrito.

Restaurante Capote, 2 de Fevereiro às 16h

ATVer

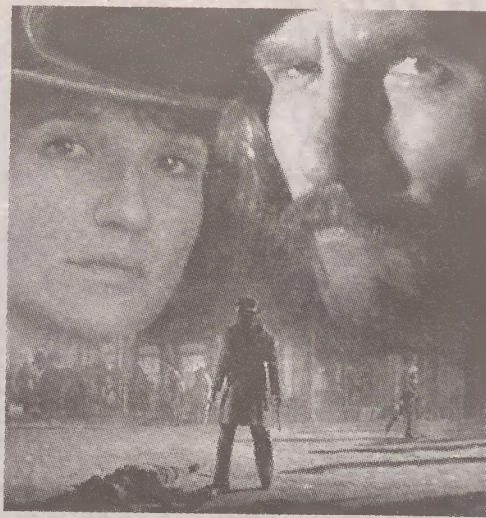
Wild Bill,
western crepuscular

Rio Bravo

(Sábado, 3 de Fevereiro, na RTP-2)

Realizado por **Howard Hawks** em 1959,

Rio Bravo ainda se inscreve na «época de ouro» do género. Embora sujeito a uma das matrizes ficcionais do western – heróis solitários afrontando a injustiça e a ignomínia dos homens, no elementar combate do Bem contra o Mal travado nas deslumbrantes paisagens de um mundo em construção –, **Rio Bravo** vai mais longe e mais fundo ao apresentar heróis longe do arquétipo simplista e simplório dos guerreiros sem medo e sem mácula que tudo vencem com um sorriso nos lábios. Aqui, temos um ex-ajudante de xerife bêbado (**Dean Martin**) que se reergue e redime graças à solidariedade do seu chefe e amigo de sempre (**John Wayne**), ele próprio a braços com o drama de afrontar um rancheiro todo poderoso que, tripudiando a lei e a ordem, o ameaça com um exército de pistoleiros para libertar o irmão, preso por homicídio. Nesta luta flagrantemente desigual, o xerife encontra coragem na intransigência dos princípios que defende (a supremacia da lei e da ordem na resolução dos conflitos) e ajuda no amigo redimido, num jovem pistoleiro fascinado pelo carácter do xerife (**Ricky Nelson**), num velho ajudante e numa jogadora profissional (**Angie Dickinson**), os únicos que ficam do seu lado numa cidade que cobardemente o abandona. E tudo é magistral, neste filme, desde a constru-



heróico e impoluto com que Hollywood construiu este seu «herói nacional». Interpretado por um convincente **Jeff Bridges**, este Hickock estará mais próximo da personagem real – um jogador violento, apaixonado e aventureiro, bem diferente do xerife justo e frio de outras versões –, tal como o Oeste retratado se afasta do estereótipo da «cidade sem lei» disciplinada a tiro por um herói redentor, para nos surgir como um local e um tempo de agreste luta pela sobrevivência, onde o sentido épico está no conflito emocional de personagens torturadas e extremas, como o próprio **Wild Bill**, a também lendária **Calamity Jane** (aqui no «papel» de apaixonada de Hickock) ou assassino de **Will Bill**, **Pat Garrett**, que o mata pelas costas não para se tornar famoso (como reza a lenda hollywoodesca), mas para vingar a mãe, presumivelmente abandonada pelo célebre pistoleiro. O herói solitário continua lá, mas agora cavalgando a sua própria tragédia num registo de cruzeza e sensualidade ao gosto dos tempos que correm. O western morreu, viva o western!

A Leste do Paraíso

(Sexta-feira, 2 de Fevereiro, na RTP-2)

Num dos momentos mais dramáticos de **A Leste do Paraíso** – a cena em que o jovem protagonista quer conquistar o afecto do pai oferecendo-lhe o dinheiro que ganhara para salvar a quinta da família –, **James Dean** improvisou um abraço e um choro convulsivo, como resposta à recusa brutal do progenitor em aceitar a sua

oferta, que deixou perplexo o actor que com ele contracenava (e por isso ficou estático, sem saber como reagir) e fascinado o realizador **Elia Kazan** (que não apenas deixou correr livremente o improviso como o aproveitou, na íntegra, na montagem final). É desta matéria que se fazem os grandes actores. E se enriquecem os grandes filmes, como é o caso deste **A Leste do Paraíso**, baseado na obra homónima de **John Steinbeck** e levado superiormente para o cinema em 1955.

Poderosa Afrodite

(Terça-feira, 6 de Fevereiro, RTP-2)

Que dizer deste **Poderosa Afrodite**? Que é mais um filme de **Woody Allen** (o que não é dizer pouco) e que se ainda o não viu, faz favor de não perder. Ou será que não lhe interessa saber o que acontece quando um pai adoptivo (**Woody Allen**) descobre que a criança que adoptou é um garoto superdotado e, ao procurar os pais biológicos, descobre que a mãe não é uma sobredotada (como ele esperava) mas actriz de filmes pornográficos e prostituta ao domicílio, o que o leva a dar uma volta completa à própria vida?



«Dharma e Greg», série humorista ao fim da noite

«Travessa do Cotovelo» na RTP2 tem nova equipa

Quinta, 1

▶ RTP1

07.00 Infantil/Juvenil
08.35 Guia Dia a Dia
10.00 Praça da Alegria
12.30 Regiões
13.00 Jornal da Tarde
13.55 Emoções Fortes
15.30 Marcas da Paixão
17.00 Rosalinda
17.45 Quem Quer Ser Milionário?
18.15 Quebra-Cabeças
18.40 Ajuste de Contas
19.40 Regiões
20.00 Telejornal
21.05 Quem Quer Ser Milionário?
21.40 O Café da Esquina
22.10 Grande Entrevista
23.40 24 Horas
00.10 Turnos de Risco
01.10 «O Arrependido» (de Jacques Tourneur, EUA/1947, com Robert Mitchum, Jane Greer, Kirk Douglas. Policial)

▶ RTP2

07.00 Hora Viva
09.45 Espaço Infantil-Juvenil
13.30 Gente Remota
14.30 Por Outro Lado
15.20 Desporto 2
16.30 Informação Gestual
17.45 Querida Encolhi os Miúdos
18.30 Informação Religiosa
19.00 Andamentos IV
19.30 Cidade Louca
20.10 Viver no Campo
21.50 RTP Economia
22.00 Acontece
22.30 Jornal 2
23.00 Artigo 37
00.30 «Olá Primo» (de Merzak Allouache, Fran./Argé./Bel./Luxem./1995, com Gad Elmaleh, Mess Hattou, Magaly Berdy. Comédia)

▶ SIC

08.00 Buêrére
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 História de Amor
15.00 Chiquinha Gonzaga
16.00 Fátima Lopes
18.00 O Cravo e a Rosa
19.00 Malhação
20.00 Jornal da Noite
21.00 Acorrentados
21.30 Uga Uga/Laços de Família
23.30 «O Império do Mal» (de Michael Karbelnikoff, EUA/1991, com Christian Slater, Patrick Dempsey, Lara Flynn Boyle, Anthony Quinn. Acção)
02.00 Os Anos 60
03.00 Portugal Radical

▶ TVI

08.30 Animação
12.10 Big Brother II
13.00 TVI Jornal
14.00 Tiro e Queda
15.00 Big Brother II Extra
15.30 Batatoon
19.20 Big Brother II Extra
20.00 Jornal Nacional
21.00 Jardins Proibidos
22.00 Big Brother II
23.00 As Pupilas do Sr. Doutor
23.50 A Bola É Nossa
01.50 Última Edição
02.40 Os Segredos de Verónica
03.10 Pensacola

Sexta, 2

▶ RTP1

07.00 Infantil/Juvenil
08.35 Guia Dia a Dia
10.00 Praça da Alegria
12.25 Regiões
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Emoções Fortes
15.30 Marcas da Paixão
17.00 Rosalinda
17.45 Quem Quer Ser Milionário?
18.15 Quebra-Cabeças
18.45 Ajuste de Contas
19.40 Regiões
20.00 Telejornal
21.05 Quem Quer Ser Milionário?
21.45 Alves dos Reis
22.45 Cromos de Portugal II
23.20 Histórias da Noite
24.00 24 Horas
24.30 «Dr. Lucille, A História de Lucille Teasdale» (de Georges Mihalka, Canadá/2000, com Marisa Orsini, Massimo Ghiri, Louis Gosset Jr. Drama)

▶ RTP2

07.00 Hora Viva
09.45 Espaço Infantil-Juvenil
13.00 Livres e Iguais
14.00 Gente Remota
15.00 Conversa Privada
16.00 Euronews
17.30 Querida, Encolhi os Miúdos
18.30 Informação Religiosa
19.00 100.000 Porquês (Estreia)
19.30 Desporto: Basquete
21.15 Viver no Campo
22.00 Acontece
22.30 Jornal 2
23.00 Dharma e Greg II (Estreia)
00.0 Musical
01.00 «A Leste do Paraíso» (de Elia Kazan, EUA/1955, com James Dean, Julie Harris, Raymond Massey. Ver Destaque)

▶ SIC

08.00 Buêrére
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 História de Amor
15.00 Chiquita Gonzaga
16.00 Fátima Lopes
18.00 O Cravo e a Rosa
19.00 Malhação
20.00 Jornal da Noite
21.00 Acorrentados
21.30 Uga Uga/Laços de Família
23.30 «A Febre da Selva» (de Spike Lee, EUA/1991, com Wesley Snipes, Annabella Sciorra, Spike Lee. Drama)
02.00 Jogo Limpo
04.00 Portugal Radical

▶ TVI

08.30 Animação
12.15 Big Brother II
13.00 TVI Jornal
14.00 Tiro e Queda
15.00 Big Brother II Extra
15.30 Batatoon
19.30 Big Brother II Extra
20.00 Jornal Nacional
21.00 Jardins Proibidos
22.00 Big Brother II
23.00 «Comportamento Indecente IV» (de Ellen Earnshaw, EUA, com Shannon Tweed, Peggy Trentini, Christian Noble. Acção)
01.00 Última Edição
01.50 «Sequestrado» (de Matt Dorf, EUA, com Richard Grieco, Marie-José Croze, Michele Greene. Suspense)
03.50 Os Segredos de Verónica
04.20 Pensacola

Sábado, 3

▶ RTP1

07.00 Infantil/Juvenil
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Top +
15.15 Sete em Miami
15.50 Felicity
17.00 «Siga Aquele Camelo» (Longa Metragem)
20.00 Telejornal
21.10 Moda 21
21.40 Sábado à Noite
23.10 Lei Marcial
24.10 24 Horas
24.30 Máquinas
01.10 «36 Horas para Morrer» (de Yves Simoneau, EUA/Canadá/1999, com Treat Williams, Kim Cattral, Saul Rubinek. Policial)

▶ RTP2

07.00 Euronews
09.00 Universidade Aberta
12.00 Iniciativa
14.00 Parlamento
15.00 Desporto
19.00 «Rio Bravo» (de Howard Hawks, EUA/1958, com John Wayne, Dean Martin, Angie Dickinson. Ver Destaque)
21.00 Horizontes da Memória
21.30 Bombardeio
22.00 Jornal África
22.30 Jornal 2
23.00 O Lugar da História
24.00 Britcom («A Ilustre Casa de Blackadder III», «Many Splintered Things», «Chambers»)
01.30 «Olá Primo» (de Merzak Allouache, França/Argé./Bel./Luxem./1995, com Gad Elmaleh, Mess Hattou, Magaly Berdy. Comédia)
03.10 Prazeres

▶ SIC

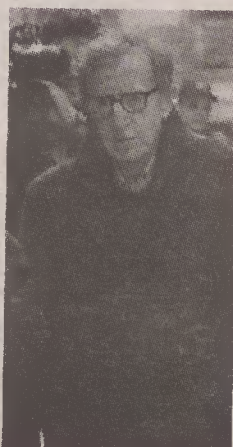
07.00 Zip Zap
11.15 Dá-lhe Gás
12.00 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Malucos do Biso
14.30 «O Leão de África» (de Kevin Connor, EUA/1987, com Brooke Adams, Brian Dennehy, Josef Shiloh. Aventura.)
16.30 «Perdidos em África» (de Mikael Solomon, EUA/1993, com Reese Witherspoon, Ethan Randall, Maximilian Schell. Aventura)
18.30 Malhação
19.30 Mundo Vip
20.00 Jornal da Noite
21.00 Acorrentados
23.00 Herman Sic
01.00 Sexappeal
02.00 «Golpe De Vingança» (de Mark DiSalle, EUA/1989, com Jean-Claude Van Damme, Denis Alexis, Dennis Chan. Acção)
04.00 Portugal Radical

▶ TVI

08.30 Animação
12.20 Big Brother II
13.00 TVI Jornal
14.00 Contra-Ataque
15.00 4ª a Fundo
15.15 Cenas Lindas
17.00 «Águias de Guerra» (de Jerry P. Jacobs, EUA/1998, com Michael Dudikof, Tone Loc, Felicity Waterman. Acção)
19.00 Big Brother II
20.00 Jornal Nacional
21.00 Jardins Proibidos
22.30 Bora Lá Marina
23.20 112
23.50 Lux
00.40 «Milagre na Floresta» (de Arthur Seidelman, EUA/1997, com Meredith Baxter, Della Reese, Patricia Heaton.)
02.40 «Longo do Perigo» (de Marc F. Voizard, EUA/1999, com Claudia Christian, Andreas Apergis, Kristian Ayre. Suspense)
04.40 Juízo Final - 1ª Parte (de Joseph Sargent, com Brian Dennehy, David Strathairn, Michael Tucker. Histórico)



Um trio famoso em Rio Bravo



Woody Allen sempre igual a si próprio

ção dramática do conflito à caracterização das personagens, passando pela tensão narrativa e concluindo na quase apoteose do confronto final.

Wild Bill

(Quarta-feira, 7 de Fevereiro, na SIC)

Realizado em 1995, este **Wild Bill** que nos é servido pelo realizador **Walter Hill** já é um western superlativamente crepuscular, surgido em mais um período de revivalismo com que, periodicamente, a indústria de Hollywood procura reanimar o género. A figura central é o lendário pistoleiro **Wild Bill Hickock**, cuja biografia nos é servida pela enésima vez só que, agora, num quadro que o distancia do perfil



A Leste do Paraíso



Gaspar Borges apresenta mais um «Caderno Diário» na RTP2



«Uma Pistola», uma nova série policial

Domingo, 4

▼ RTP1

07.00 Infantil/Juvenil
10.50 Jet 7
11.40 Atletismo
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Made in Portugal
15.15 Providence
16.15 «A Maldição da Pantera» (de Blake Edwards, EUA/1983, com Ted Wass, Burt Kwouk, Herbert Lom. *Comédia*)
18.00 Agora é que são eles
20.00 Telejornal
21.10 Histórias da Vida Como Ela É
22.05 Domingo Desportivo
23.30 24 Horas
01.15 «O Dia Em Que Morreu o Silêncio» (de Paolo Agazzi, Bolívia/Alemanha/1998, com Dario Grandinetti, Gustavo Angarita, Elias Serrano. *Comédia*)

▼ RTP2

07.00 Euronews
09.30 Programa Religioso
10.30 Missa
11.30 Horizontes da Memória
12.00 Fronteira Ocidental
12.30 Porto 2001
13.10 Sobrevivência
14.00 Desporto
18.30 Sobre Humano
19.30 Uma Mulher de Branco
20.30 Onda Curta («As Terças da Bailarina Gorda» de Jeanne Waltz, Portugal/2000, «Romeu» de Elem Klimov, URSS/1959. *Curta Metragem*)
21.00 Futurama
21.30 Artes e Letras – «Boulgakov»
22.30 Jornal 2
23.00 Travessa do Cotovelo
00.15 «Mãe e Filho» (de Alexander Sokourov, Rússia/Alemanha/1997, com Alexei Ananishnov, Gudrun Geyer. *Drama*)

▼ SIC

07.00 Zip Zap
12.00 Acorrentados
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Big Show
18.00 «Gêmeos» (de Ivan Reitman, EUA/1988, com Arnold Schwarzenegger, Danny De Vito, Kelly Preston. *Ver Destaque*)
20.00 Jornal da Noite
20.30 Futebol: Benfica-União de Leiria
22.30 Acorrentados
23.00 Cuidado com as Aparências
24.00 Esta Semana
01.30 «Showgirls» (de Paul Verhoeven, EUA/1995, com Elizabeth Berkley, Kyle MacLachlan. *Drama*)
04.00 Portugal Radical

▼ TVI

08.30 Animação
11.00 Espaço Religioso
11.15 Missa
13.00 TVI Jornal
13.30 Aquanautas
14.00 «O Seu Último Desejo» (de Kevin Dowling, EUA/2000, com Eric Stoltz, Maureen O'Hara, Trini Alvarado.)
16.00 «Um Pequeno Herói» (de Jennifer Marchese, EUA/1999, com Nathan Kiley, Lindsay Lewis, Robert Schuch. *Aventura*)
18.00 Roberto Leal
20.00 Jornal Nacional
21.00 Super Pai
22.00 Big Brother II
23.30 Jardins Proibidos
24.15 112
24.45 «Janela Indiscreta» (de Jeff Bleckner, EUA/1998, com Christopher Reeve, Steve Haft, Robert Forster. *Triller*)
02.15 «Paixões de Agosto» (de Anthony Hopkins, Inglaterra/1996, com Anthony Hopkins, Leslie Phillips, Kate Burton. *Aventura*)
04.15 Juízo Final – 2.ª Parte (de Joseph Sargent, com Brian Dennehy, David Strathairn, Michael Tucker. *Histórico*)

Segunda, 5

▼ RTP1

07.00 Infantil/Juvenil
08.35 Guia Dia a Dia
10.00 Praça da Alegria
12.30 Regiões
13.00 Jornal da Tarde
13.55 Emoções Fortes
15.30 Marcas da Paixão
17.00 Rosalinda
17.45 Quem Quer Ser Milionário?
18.15 Quebra-Cabeças
18.45 Ajuste de Contas
19.40 Regiões
20.00 Telejornal
20.55 Futebol: Paços de Ferreira-F.C. Porto
22.55 Concurso: Quem Quer Ser Milionário?
23.30 Jogo Falado
01.00 24 Horas
01.30 «Vagabundos Ao Luar» (de Roger Vadim, França/1957, com Brigitte Bardot, Alida Valli, Stephen Boyd. *Ver Destaque*)

▼ RTP2

07.00 Hora Viva
09.45 Espaço Infantil-Juvenil
13.00 2010 (R)
14.00 Universidade Aberta
14.30 Gente Remota
15.30 Parlamento (Rep.)
16.30 Informação Gestual
17.45 Querida, Encolhi os Miúdos
18.30 Informação Religiosa
19.00 Rotações
19.45 Os Rockefeller (Estreia)
20.15 Viver no Campo
20.45 Por Outro Lado
22.00 Acontece
22.30 Jornal 2
23.00 Os Sopranos
24.00 Artes de Palco – Fotógrafo Carlo Valentino
01.40 Andamentos (Rep.)

▼ SIC

08.00 Buérré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 História de Amor
15.00 Chiquita Gonzaga
16.00 Fátima Lopes
18.00 Malhação
19.00 O Cravo e a Rosa
20.00 Jornal da Noite
21.00 Acorrentados
21.30 Laços de Família
22.30 Roda dos Milhões
24.00 «Justiça Vermelha» (de Jon Avnet, EUA/1997, com Richard Gere, Bai Ling, Bradley Whitford. *Drama*)
03.00 Portugal Radical

▼ TVI

08.30 Animação
11.00 Big Brother II
13.00 TVI Jornal
14.00 Tiro e Queda
15.00 Big Brother II Extra
15.30 Batatoon
19.20 Big Brother II Extra
20.00 Jornal Nacional
21.00 Jardins Proibidos
22.10 Super Pai
23.00 Big Brother
24.00 Pretender
01.00 Os Homens do Presidente
02.00 Última Edição
02.50 Profiler

Terça, 6

▼ RTP1

07.00 Infantil/Juvenil
08.35 Guia Dia a Dia
10.00 Praça da Alegria
12.30 Regiões
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Emoções Fortes
15.30 Marcas da Paixão
17.00 Rosalinda
17.45 Quem Quer Ser Milionário?
18.15 Quebra-Cabeças
18.40 Ajuste de Contas
19.40 Regiões
20.00 Telejornal
21.05 Quem Quer Ser Milionário?
21.40 Patilhas e Ventoinha
22.30 Milionários à Força
23.10 João Nicolau Breyner
00.30 24 Horas
01.30 «Suzie Washington» (de Florian Flicker, Áustria/1998, com Birgit Doll, August Zirner, Karl Ferdinand Kratzl. *Drama*)

▼ RTP2

07.00 Hora Viva
09.45 Espaço Infantil-Juvenil
13.00 O Lugar Da História
14.00 Gente Remota
15.00 A Outra Face da Lua
16.30 Informação Gestual
17.45 Querida Encolhi os Miúdos
18.30 Informação Religiosa
19.00 Bombordo
19.45 Os Rockefeller
20.10 Viver no Campo
20.40 O Triunfo dos Porcos
22.00 Acontece
22.30 Jornal 2
23.00 Conversa Privada
24.00 «Poderosa Afrodite» (de Woody Allen, EUA/1995, com Woody Allen, Helena Bonham-Carter, Mira Sorvino. *Ver Destaque*)
01.50 Rotações

▼ SIC

08.00 Buérré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 História de Amor
15.00 Chiquita Gonzaga
16.00 Fátima Lopes
18.00 Malhação
19.00 O Cravo e a Rosa
20.00 Jornal da Noite
21.00 Acorrentados
21.30 Uga Uga/ Laços de Família
23.30 «Máquinas de Guerra» (de , EUA/1992, com Jean-Claude Van Damme, Dolph Lundgren, Ally Walker. *Ação*)
01.30 «Falstaff» (Opera de Verdi, interpretada por Bryn Terfel e Barbara Fritoli.)
05.00 Vibrações

▼ TVI

08.30 Animação
11.00 Big Brother II
13.00 TVI Jornal
14.00 Tiro e Queda
15.00 Big Brother II Extra
15.30 Batatoon
19.20 Big Brother II Extra
20.00 Jornal Nacional
21.00 Jardins Proibidos
21.10 Big Brother
22.00 Big Brother II – Talk-Show
00.30 Ally McBeal
01.30 Última Edição
03.00 Pensuola

Quarta, 7

▼ RTP1

07.00 Infantil/Juvenil
08.35 Guia Dia a Dia
10.00 Praça da Alegria
12.30 Regiões
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Emoções Fortes
15.30 Marcas da Paixão
17.00 Rosalinda
17.45 Quem Quer Ser Milionário?
18.15 Quebra-Cabeças
18.45 Ajuste de Contas
19.40 Regiões
20.00 Telejornal
21.05 Concurso: Quem Quer Ser Milionário?
21.40 «Kundun» (Longa Metragem)
23.30 Turnos de Risco
00.00 24 Horas
00.55 «Trabalho Interrompido» (de Jan Bucquoy, Bélgica/1998, *Documentário*)

▼ RTP2

07.00 Hora Viva
09.45 Espaço Infantil-Juvenil
12.30 Onda Curta
13.00 O triunfo dos Porcos
14.00 Gente Remota
15.00 Travessa do Cotovelo
16.00 Euronews
16.30 Informação Gestual
17.45 Querida, Encolhi Os Miúdos
18.30 Informação Religiosa
19.00 Dinheiro Vivo
19.40 Os Rockefeller
20.10 Viver no Campo
21.40 Livres e Iguais
22.00 Acontece
22.30 Jornal 2
23.00 Zapping
24.00 Sinais do Tempo
01.00 Uma Pistola

▼ SIC

08.00 Buérré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 História de Amor
15.00 Chiquita Gonzaga
16.00 Fátima Lopes
18.00 Malhação
19.00 O Cravo e a Rosa
20.00 Jornal da Noite
21.00 Acorrentados
21.30 Uga Uga/ Laços de Família
23.30 «Wild Bill» (de Walter Hill, EUA/1995, com Jeff Bridges, Ellen Barkin, John Hurt, Diane Lane. *Ver Destaque*)
01.30 «Mozart na Turquia» (de Mick Csáky, com Paul Groves, Yelda Kodalli, Désirée Rancatore.)
03.30 Portugal Radical

▼ TVI

08.30 Animação
11.00 Big Brother II
13.00 TVI Jornal
14.00 Tiro e Queda
15.00 Big Brother II Extra
15.30 Batatoon
19.20 Big Brother II Extra
20.00 Jornal Nacional
21.00 Jardins Proibidos
21.10 Big Brother
22.00 Big Brother II – Talk-Show
00.30 Ally McBeal
01.30 Última Edição
03.00 Pensuola

Nota:
A Redação não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição

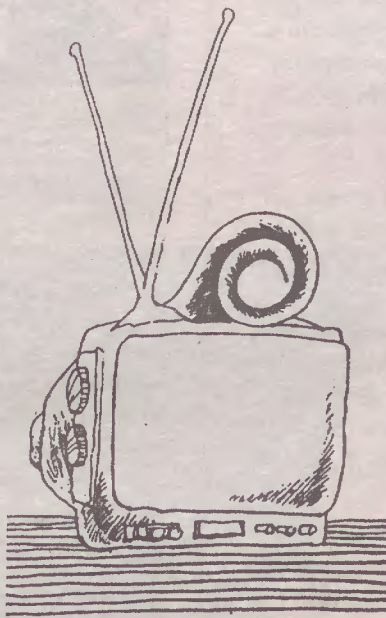
TVisto

• Correia da Fonseca

A Constituição, lembram-se?

Custa-me a entender como é que homens (e provavelmente também mulheres, não sei, não recordei nenhum caso concreto) cujo trabalho implica que a comunicação seja um seu instrumento de trabalho, quando não a sua especialidade, sejam tão inábeis no

interna da emissão pareceu favorecer o cansaço e, portanto, o abandono. Durante quase metade do tempo, isto é, cerca de quarenta e cinco minutos, este «Artigo 37» recapitulou com minúcia a cobertura que no dia 4 de Janeiro as TV's deram ao «assalto e ocupação» da RTP por Manuel Subtil. O programa iria arrancar daí para um exame dos comportamentos actuais dos *media* em geral e da televisão em particular, o que era um bom método. Não imagino, porém, que fosse indispensável investir tanto tempo no que afinal estava ali apenas como factor introdutório, digamos que como preliminar. Talvez, quem sabe?, tudo obedecesse afinal a uma estratégia para fixar as atenções dos telespectadores: dar-lhes uma boa dose de imagens e sons que apostavam num certo grau de sensacionalismo para ganhar audiências. Se foi assim, contudo, a intenção é bem capaz de se ter gorado. O suposto acepipe era, de facto, um prato requeentado, já exaustivamente servido apenas umas semanas antes. E, quanto às posteriores, talvez não interessassem o mesmo segmento de público que seguira, ávido, a afinal pequena aventura de Manuel Subtil.



acto de comunicar. Foi o caso dos participantes na emissão inicial de «Artigo 37», rubrica que na passada semana se estreou na RTP 2, pois não só de ficção vivem as estreias mais ou menos recentes havidas na estação pública de televisão. Convém lembrar que o 37.º artigo da Constituição da República, pois é dele que se trata, define os princípios básicos da liberdade de expressão e informação na democracia portuguesa, o que desde logo aguça o apetite de ver o que está dentro de um programa com tal título. A assinatura de Diana Andringa potencia essa expectativa. E é preciso acrescentar desde já que, na verdade, ali acabaram por ser referidos aspectos muito úteis para o entendimento do caldo informativo em que as sociedades actuais estão mergulhadas. Mas demorou tempo, tempo de mais. E em grande parte por responsabilidade dos convidados de Diana, em maior ou menor grau incapazes de perceberem que não vale a pena ir à TV participar num debate se não se dispõe de poder de síntese bastante para tornar eficaz a comunicação. De outro modo, geram o seu próprio descrédito, o do programa que os acolhe e porventura das convicções que exprimem.

Um prelúdio interminável

O caso é que aconteceu a este primeiro «Artigo 37» uma coisa indesejável: pelo menos durante longo tempo, foi chato. Dizem as sondagens de opinião que o programa terá tido cerca de 125 mil espectadores, o que não é assim tão mau mesmo no quadro de uma teleplateia total de vários milhões, mas eu receio que boa parte daquele número tenha sido constituído por quem se demorou na «2» apenas uns minutos, só até que o enfado impusesse a desistência. Contudo, é certo que a própria organização

Talvez coragem

Resta dizer o mais importante: que quem teve a persistência de não desistir acabou por ouvir falar de pontos relevantes. Foi Eduardo Prado Coelho a lembrar que o discurso anti-Estado hoje dominante nos *media*, que assim corroboram e potenciam sentimentos generalizados na opinião pública, é um discurso de direita. Foi Mário Mesquita a lembrar, a propósito de «estar na moda» ser-se contra o Estado, que «a direita portuguesa é depositária de uma herança opressiva e ditatorial». Foi Diana Andringa a salientar que os heróis televisivos (o mesmo é dizer, os modelos propostos à admiração do público) são de uma forma geral gente que ludibriou a justiça. E também outras questões que ali surgiram embora através de fórmulas de duvidosa justeza. Por exemplo, quando se falou da «margem de manobra» que ainda subsiste, de um modo geral, num mundo jornalístico em que os profissionais, condicionados pela estreiteza do mercado de trabalho e por condições precárias de contratação, estão completamente à mercê das eventuais arbitrariedades de um patronato privado, isto é, com um lugar bem nítido na estrutura classista da sociedade. Estas, e mais algumas, foram provas do mérito que a emissão teve e a tornaram claramente positiva. Mas esta não foi a última, mas sim a emissão de estreia de «Artigo 37», que vai prosseguir e talvez seja só por si um acto de coragem. Vale a pena continuar a seguir a série de programas. E, se tanto se mostrar necessário, combater o sono. Pelo que aqui se viu, acaba por valer a pena.

A talhe de foice

• Henrique Custódio

Inseguranças

A insegurança nas escolas está a mobilizar o discurso político da direita que, no delírio totalitário de Paulo Portas, já vai na proposta de se atribuir aos professores directores de turma o poder de aplicar «penas» aos alunos que — imagine-se! — o Conselho Disciplinar da Escola só poderia recusar «sob fundamentação».

É mais ou menos a mesma coisa que dar a um chefe de esquadra a competência de aplicar sanções a detidos que, posteriormente, um juiz apenas poderá anular «sob fundamentação». A par disso, Portas reclama a transformação das escolas numa espécie de esquadras onde também se dariam umas aulas, para sossego das famílias e dos bons costumes.

Por trás disso — embora Portas e a direita não o digam abertamente — está o ataque cerrado ao ensino geral e gratuito instituído pelo Portugal de Abril, sob pretexto de que a insegurança que se verifica nas escolas é fruto, por um lado, da massificação escolar que mete toda a gente nos estabelecimentos de ensino e, por outro, do «laxismo» pedagógico que impera no conceito de gestão democrática das escolas.

No Governo do PS, a visão do problema só diverge da direita por reacção corporativa, «desmentindo» as acusações de que é alvo com a garantia de que está a fazer, precisamente, o que a direita diz ser necessário: mais polícia e policiamento nas escolas, para descanso das famílias e dos bons costumes.

O que a direita não diz e o Governo do PS apenas alude, como se de uma fatalidade se tratasse, é que a insegurança nas escolas — com o seu rosário de marginalidades e fenómenos de delinquência cada vez mais agressivos e disseminados — é fruto directo da insegurança à escala nacional que atira cada vez mais gente — famílias inteiras — primeiro para a precariedade sociolaboral (quando não desemprego) e depois para a exclusão social, engrossando os guetos que proliferam nas grandes urbes e têm por utentes crónicos os mais vulneráveis de todos os explorados.

É aí que a insegurança tem raiz. Mas também na cultura do salve-se quem puder, da alienação social, da competição sem regras, da lei da selva que tanto agrada e serve ao mundo empresarial que por aí prospera numa cavalgada de concentração capitalista, especulação financeira e apropriação estratégica da economia do país.

Mas atacar essas causas profundas — a verdadeira raiz do problema —, disso não fala a direita nem o Governo do PS.

Preferem, como sempre, atacar os sintomas como se não houvesse enfermidade a produzi-los.

Dá o discurso «indignado» para abrir caminho à exigência da repressão, como se a criminalidade fosse uma disfunção social de geração espontânea que se extirpa metendo-a na prisão.

Dá que até já surja, nestes discursos de apelo à «ordem» e à «segurança», a defesa da implantação da pena de prisão perpétua no nosso país (provavelmente como meio caminho andado para se reimplantar a pena de morte), ao que o católico Primeiro-Ministro António Guterres tranquilamente respondeu «não ser possível» devido ao nosso quadro constitucional.

Ainda bem que temos este quadro constitucional. Sem ele e com governantes destes, pelos vistos já estávamos a caminho da «perpétua»...

Os mais baixos salários e pensões para pagar serviços públicos caros

Parem os preços!

O PCP leva a cabo, até final da semana, uma acção de esclarecimento, a nível nacional, contra os aumentos de preços e apelando à luta por melhores salários e por outra política.

Vários dirigentes e deputados do Partido participaram, com outros militantes, numa distribuição de propaganda que marcou, antontem à tarde, o

início de uma acção de esclarecimento que decorre, até sábado, em todo o País.

O principal instrumento desta campanha é o folheto «Basta de aumentos de preços!», onde os comunistas denunciam que «a população portuguesa tem dos salários e pensões mais baixos, mas paga preços de serviços públicos dos mais caros da União Europeia».

Desta situação resulta que, enquanto «os orçamentos familiares são atingidos» pelos elevados custos do gás, das portagens, dos transportes públicos, da electricidade ou das telecomunicações, bem como dos combustíveis, dos correios ou do abastecimento de água, «os lucros dos grupos económicos e financeiros que controlam as grandes empresas prestadoras de serviços são cada vez maiores» e «a qualidade dos serviços prestados degrada-se».

São apontados os exemplos da subida dos preços da electricidade (mais 1,2

por cento, quando a energia eléctrica é em Portugal das mais caras da Europa e muito mais cara que em Espanha, onde o preço baixou), do gás de uso doméstico (sucessivos aumentos em 2000, que passaram os 40 por cento), dos passes sociais (mais 7 por cento desde hoje) e dos telefones (com brutal encarecimento das chamadas locais, nos últimos anos, e uma nova subida da assinatura mensal, que aumentou cerca de 50 por cento em 6 anos e passou agora a custar mais 6 por cento, sem incluir qualquer valor em telefonemas).

«Isto não pode continuar», protesta o PCP, apelando à exigência de aumentos de salários e pensões «que reponham o poder de compra», de «serviços públicos com mais qualidade e preços mais acessíveis» e de «uma nova política, uma política de esquerda para Portugal».

BASTA de Aumentos de Preços

A população portuguesa tem dos salários e pensões mais baixos, mas paga preços de serviços públicos dos mais caros da União Europeia.



A electricidade aumentou 1,2%. Os consumidores domésticos em Portugal, pagam um preço da energia eléctrica três vezes mais caro do que em Espanha. Em 2001 os preços da electricidade basear-se-ão em Espanha, aumentando mais uma vez em Portugal.



O gás de uso doméstico sofreu durante o ano de 2000 sucessivos aumentos, atingindo mais de 40% em alguns casos.



As portagens das auto-estradas aumentaram quase 7%.



Os transportes públicos pressionam os preços, devido à baixa qualidade, comodidade e preços acessíveis. Mas ao contrário, em pouco mais de um ano os passes sociais foram aumentados três vezes. Com o aumento de 1 de Fevereiro de 2001 os passes sociais são aumentados em mais de 7%, muito acima da inflação.



O custo nas telecomunicações, é em Portugal dos mais caros da Europa, particularmente as chamadas locais que incluem também o uso de Internet. Em 2001, não só se mantém o elevado nível do custo deste tipo de chamadas como, mais uma vez, aumenta a assinatura mensal em 6%, para os 224000 para 237500 (e ao contrário de outros países não dá qualquer delta a chamadas telefónicas). Em 6 anos a assinatura mensal aumentou mais de 50%.



Os aumentos de preços afectam também: os combustíveis, os correios, o abastecimento de água e outros serviços.

Avançando no protesto, os comunistas apelam a que mais portugueses também expressem descontentamento e se juntem ao PCP

Contra o despedimento na Clark

Carlos Carvalhas participa amanhã na manifestação que tem lugar em Arouca, para protestar contra o anunciado despedimento de quase 400 trabalhadores da C&J Clark. Este é mais um caso de «deslocalização» da produção para o estrangeiro, depois da multinacional inglesa ter recebido milhares de contos do Estado português e da UE para modernização tecnológica e criação de emprego.

Na fábrica esteve já, na semana passada, Vicente

Merendas. O deputado do PCP, acompanhado por dirigentes do Sindicato do Calçado de Aveiro e por membros do organismo de empresas da direcção regional do Partido, participou nos dois plenários efectuados à hora de almoço, com cerca de duas centenas de trabalhadores, surpreendidos pela posição da empresa, uma vez que a administração, há cerca de ano e meio, investiu e comprometeu-se a manter os postos de trabalho, e agora

veio anunciar o encerramento das secções de corte e costura e de grande parte da montagem, para ficar, a partir de Julho, apenas com 55 trabalhadores (actualmente tem 430).

Vicente Merendas reafirmou a posição pública assumida pelo organismo de empresas da DORAV e anunciou que o Grupo Parlamentar do Partido vai avançar com um requerimento ao Governo e com acções no Parlamento Europeu.

Dia do Sargento

A Associação Nacional de Sargentos promove hoje, no quadro das comemorações do 31 de Janeiro, iniciativas em Tancos, congregando as brigadas Aerotransportada e Mecanizada e as Escolas Práticas de Engenharia e Serviço de Material. O Dia Nacional do Sargento é também assinalado no sábado, em Lisboa, com uma iniciativa na Voz do Operário.

O programa da ANS inclui ainda, entre outras, iniciativas na Madeira e Açores (a 27 de Janeiro), em Leiria, Monte Real e S. Jacinto (dia 30) e em Viseu, Chaves, Vila Real, Lamego, Porto, Beja, Coimbra e Caldas da Rainha (ontem). Este ano a comemoração do 31 de Janeiro coincide com os 10 anos do jornal «O Sargento», título recuperado pelos sargentos e que, hoje como no século XIX, constitui elemento congregador da classe. A 31 de Janeiro de 1891 teve lugar a histórica Revolta do Porto, uma acção militar que, embora derrotada, ficou marcada como um prelúdio da implantação da República.

Farinhas suspeitas vão para Benavente

Farinhas resultantes do abate de animais foram transferidas de Alvalade do Sado (concelho de Santiago do Cacém) para o campo de tiro de Alcochete, situado na freguesia de Samora Correia, sem que o Ministério da Agricultura tenha prestado qualquer informação à Câmara Municipal de Benavente.

A denúncia foi feita antontem pela Comissão Concelhia do PCP, numa nota de imprensa onde recorda que as populações de Alvalade do Sado protestaram contra o armazenamento das farinhas, queixando-se que

mau cheiro e irritação da garganta e dos olhos.

Os comunistas estranham o silêncio do Ministério da Agricultura, que deixa a população no desconhecimento quanto à realização, ou não, de qualquer estudo de impacto ambiental, bem como acerca das condições de armazenamento das «farinhas animais suspeitas» e do tempo que deverão ficar armazenadas no campo de tiro.

«É tempo de tornar transparente todo o processo relacionado com a política de erradicação

da BSE, quer no que diz respeito aos resíduos dos animais abatidos por desconfiança ou confirmação da doença quer no que diz respeito aos resíduos de animais proibidos de serem incluídos nas rações», reclama o PCP.

Considerando a necessidade de encaminhar correctamente os resíduos dos animais abatidos, a Comissão Concelhia de Benavente «exige os respectivos estudos, que garantam as medidas necessárias à manutenção da saúde pública e da protecção ambiental».



5 603199 000445

01032